



Um pouco da mundialização contada a partir da região da rua 25 de Março: migrantes chineses e comércio “informal”

Douglas de Toledo Piza

Série: Produção Acadêmica Premiada

DOUGLAS DE TOLEDO PIZA

Um pouco da mundialização contada a
partir da região da rua 25 de Março:
migrantes chineses e comércio “informal”



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

São Paulo 2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Reitor: Prof. dr. Marco Antonio Zago
Vice-Reitor: Prof. dr. Vahan Agopyan

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
Diretor: Prof. dr. Sérgio França Adorno de Abreu
Vice-Diretor: Prof. dr. João Roberto Gomes de Faria

SERVIÇO DE EDITORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO
Helena Rodrigues MTb/SP 28840
Diagramação: Walquir da Silva MTb/SP 28841

Indicação Premiada do Programa de Sociologia, de 2012

Copyright (c) Douglas de Toledo Piza

P695 Piza, Douglas de Toledo.
Um pouco da mundialização contada a partir da região da rua 25 de
Março [recurso eletrônico] : migrantes chineses e comércio “informal” /
Douglas de Toledo Piza. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2015.
11878,4 kB ; PDF. -- (Produção Acadêmica Premiada)

Originalmente apresentada como Dissertação (Mestrado) –
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, 2012.

ISBN 978-85-7506-242-5

1. Migração (São Paulo - SP). 2. Chineses (Aspectos político-
socioeconômicos) (Brasil). 3. Comércio (São Paulo - SP). I. Título. II.
Série.

CDD 307.76

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa concedida e pelos pareceres emitidos.

A primeira e última lição de vida que a dedicação a uma pesquisa sobre, em sentido lato, relações sociais oferece é a descoberta de que as pessoas queridas de diversos círculos sociais participam de forma inestimável para minha formação pessoal e realização acadêmica. Cada qual a sua maneira, de modo que resta impossível mensurar suas contribuições em qualquer tipo de régua. A mais perene lição, portanto, entendo como um atravessamento de certas fronteiras construídas por mim e talvez por muitos: não há uma separação rígida entre a vida privada e a trajetória acadêmica.

Meus amigos mais próximos trouxeram subsídios os mais importantes para meu entendimento de mundo e minha grade de inteligibilidade das coisas, e os parceiros que fiz inicialmente nos debates mais ou menos institucionalizados instigaram-me tão intensamente que logo isso transbordou para meu comportamento além dos muros da Universidade. Eu agora entendo mais claramente o sentido da “vida universitária”, sem dissociar vivência e universalidade de formação e conhecimento. Foram conselhos, risadas, viagens, jogos, congressos, encontros, intervalos, críticas, músicas e livros, almoços e noitadas, conversas de bar e promissores debates em cada esquina ou ponto de ônibus que me tornaram (feliz por ser) quem eu sou. Fazem-me também seguro da escolha profissional que abracei.

Ainda assim, é preciso elencar aqueles a quem agradeço. Preciso e quero começar essa doce tarefa (a mais doce de todo o processo aqui exposto) por quem mais se poderia esperar estar no extremo do polo da academia. Com isso quero dizer que não apenas agradeço a orientação de Vera da Silva Telles, como também incluo os momentos mais singelos de nossa convivência no balaio da minha formação-conhecimento. Sua avaliação crítica e precisa veio sempre revestida da forma mais carinhosa. Palpites fertilizadores e podas que tornaram mais robustos os ramos certos. É difícil agradecer-lhe, Vera, de uma única forma o conhecimento transmitido, a orientação instigante e o tratamento materno (que replica a coincidência de nomes), quando das revisões infinitas de textos, dos cafés hospitaleiros em sua casa, das ligações transatlânticas madrugada afora e das burocracias das infovias... aceite, então, estas palavras em meio a outras que espero ter dito e mais outras que virão.

A Marcos César Alvarez, primeiro professor de sociologia e instigador por isso desta paixão nascente, que aceitou a responsabilidade de orientação temporária no segundo semestre de 2010.

A Nadya Araújo Guimarães, pela paciência dos conselhos no momento de minha decisão pela sociologia e, continuamente, pelos comentários valiosos.

A Rosana Pinheiro Machado, pela inspiração adicional que suas pesquisas trouxeram e pelas boas conversas a cada congresso.

A Morgana Barboza Donegá, eterna professora. Em você me inspirei e mantenho uma gostosa admiração que extrapolou há muito tempo a educação formal que tive por suas mãos.

A Adriana Balducci Ottoboni Dias, minha parceira acadêmica mais frequente, algo de que apenas me dei conta quando escrevia estas linhas... Certamente, isso reflete o fato de que a amizade nascida de um encontro “casual” na quinta turma de Relações Internacionais, embora tenha consolidado um saudabilíssimo companheirismo acadêmico que perdurará eternamente de minha parte como orgulho de sua trajetória profissional, nutriu algo da maior importância. Rimos muito juntos e ri muitas vezes sozinho me lembrando de momentos gostosos. Aprendi com você que as contradições e tensões com relação ao futuro (presente?) são fonte inesgotável da força necessária para a consolidação dos projetos pessoais.

A Rui Lopes de Aguiar Junior, amigo de desmedidos esforços, com quem pude compartilhar tantos risos e preocupações. Vi através de você tanta razão na emoção que entendi o valor inestimável de uma amizade.

A Erick Tjong, companheiro de tantos bocejos matinais (você me fazia querer acordar mais disposto somente para deixá-lo ainda mais irritado nessas primeiras horas da manhã) e quem primeiro me sugeriu uma pesquisa sobre os migrantes chineses na região da rua 25 de Março, depois de muito contribuir com explicações sobre a cultura chinesa e a presença histórica em São Paulo dessa migração.

A Hélio Santos Menezes Neto, principalmente pela amizade desde a primeira carona numa quinta-feira de 2006. Se houver apenas uma pessoa que transitou entre as gargalhadas da amizade e os cenhos franzidos dos papos acadêmicos, que mais borrou essas fronteiras (e com quem mais concordei acerca de uma fertilização cruzada entre antropologia e sociologia), certamente foi você!

A Danillo Alarcon, cuja amizade começou recentemente e sem dúvidas perdurará. Suas interpretações sobre a atividade acadêmica e expectativa profissional são, a meu ver, também muito minhas.

A Felipe Cordeiro de Almeida, que também conheci há pouco, mas com quem já compartilhei bons momentos e o sabor da reta final de nossas dissertações.

A Rodolfo Borges Felipe, que teve a paciência de tantas vezes ouvir as angústias pelos longos processos de pesquisa e de redação desta dissertação e a sensibilidade de não procurar ouvir nem falar de nada mais quando esses mesmos processos me requereram silêncio. Que, acima de tudo, foi uma amizade perene, de muito respeito, sempre repleta de bons momentos ao longo da vida universitária e crescente até os momentos mais decisivos da etapa que se encerra agora.

A Jamila Torii Tanaka, que me faz confundir da maneira mais gostosa o amor fraternal e o carinho de mãe que efetivamente você foi e é e será. Foi você o pilar mais forte dos momentos mais delicados desta dissertação, e foram suas as palavras confortantes e encorajadoras que precisei ouvir... Ainda assim, nossa amizade é um pontilhismo de pequenos e quase cotidianos gestos singelos que me faziam, fazem e farão bem e tornam a palavra felicidade um estado de espírito.

A Thais de Campos Gaspar Maria, que me dá ganas de ser artista apenas para poder exprimir da forma mais concreta, que minhas palavras jamais alcançarão, o sentimento fraterno de nossa duradoura amizade. Nem distância tampouco ausência, uma

relação de assuntos sérios e profundos externada apenas poucas vezes com (poucas) palavras, mediada por uma cumplicidade.

A Antônio Laerte Maria Junior, que sempre me fez rir e deu todo o apoio em minhas decisões acadêmicas e profissionais. Ouviu tantas conversas do mundo acadêmico que já poderia reivindicar um título... Mais do que isso, foi sempre um amigo preocupado e divertido, para todas as altas horas.

A Jomana Andrade da Silva, quem me apoiou ao longo do processo de construção deste projeto acadêmico, profissional e pessoal, e quem me deu a motivação para fazê-lo.

Especialmente, a meu irmão, minha mãe e meu pai, por terem me ensinado a parte mais sublime da vida universitária – aquela que se costuma chamar vida.

SUMÁRIO

Introdução.....	13
1 Um olhar sobre a mundialização: migrações, comércio e informalidade.....	19
1.1 Perspectivas sobre migrações internacionais: diferentes contextos, diferentes objetivos.....	20
1.2 Ciências sociais e a questão da mobilidade.....	22
1.3 Mundialização, processos transnacionais e informalidade.....	25
1.4 Fenômenos transnacionais, mas localizados: ancoramentos da mundialização.....	30
1.5 Notas conclusivas.....	32
2 Notas de diário de campo: em torno da presença chinesa no comércio de São Paulo.....	35
2.1 O espaço inicial de pesquisa.....	35
2.2 Exploração do campo e observação etnográfica.....	38
2.3 Os informantes especiais.....	41
2.3.1 Carlos.....	41
2.3.2 Michele.....	44
2.3.3 Shirley.....	44
2.3.4 Paulo.....	45
2.3.5 Yolanda.....	46
2.4 Seguir, mapear, rastrear.....	47
2.4.1 Seguir pessoas: residência, trabalho e lazer.....	47
2.4.2 Seguir produtos.....	47
2.4.3 Procurar empregos.....	48
2.5 Esboço de uma topografia socioeconômica.....	49
2.6 A distribuição geográfica pela cidade.....	51
2.7 Notas conclusivas.....	56
3 Dispositivo comercial e mudança de escala: comerciantes chineses nas galerias e importação de produtos made in China.....	57
3.1 Primeiro produtos, depois comerciantes.....	58
3.2 A entrada de migrantes chineses no dispositivo comercial.....	60
3.3 Multiplicidade de atores e operadores de escalas.....	65
3.4 Redes e jogos de poderes situados.....	69
3.5 Intervenção pública e modos de controle comercial.....	72
3.6 Notas conclusivas.....	75

4 Regimes de mobilidade: em direção a um capitalismo com características chinesas.....	79
4.1 Momentos de uma incipiente migração chinesa para o Brasil.....	80
4.2 Diásporas chinesas (ou: sobre a história dos chineses ultramarinos).....	83
4.3 Regimes de mobilidade: a gestão dos fluxos populacionais pelo Estado chinês.....	88
4.3.1 Da restrição de mobilidade internacional ao reconhecimento de ultramarinos.....	89
4.3.2 A mobilidade interna: do regime de fixação ao redirecionamento da mão-de-obra migrante.....	91
4.4 Modos de espacialização do Estado chinês e relações de cidadania: reorientação em direção ao capitalismo.....	95
4.5 As principais ondas migratórias para São Paulo.....	100
4.6 Notas conclusivas.....	105
Considerações finais: um nó na teoria e na prática.....	107
Referências bibliográficas.....	121

INTRODUÇÃO

A pesquisa que gerou esta dissertação insere-se no amplo tema da globalização, mais especificamente dos processos transnacionais relacionados à mobilidade de pessoas e produtos que faz do centro paulistano um palco da “mundialização por baixo”¹. O objeto da pesquisa são os migrantes chineses² nas galerias de comércio da região da rua 25 de Março, em São Paulo. De partida, é importante dizer que essa foi uma pesquisa de caráter exploratório, que se adentrou em um terreno ainda pouco estudado por pesquisadores brasileiros, sem dispor de acervos significativos de conhecimentos e informações sobre um tema ainda recente no Brasil, em particular em São Paulo.

Conhecer e entender a presença chinesa nesses mercados supõe enfrentar o tema da globalização. Não se pretendeu fazer propriamente um balanço bibliográfico sobre a globalização em geral. Tratou-se de enfrentar alguns temas, mais pontuais, que atravessam o meu campo de pesquisa: migração, fronteiras, Estado, capitalismo global, ilegalismos etc. Com base em descrições finas de processos transnacionais específicos e situados, adotou-se um procedimento analítico que permitisse evitar a alusão a uma noção vaga de globalização (SASSEN, 2010, p.11; 2007, p. 205-207).

Quero começar a dissertação com notas introdutórias. Trata-se menos de apresentá-la no sentido de mostrar uma drácea compacta do conteúdo a seguir – e incorrer no risco de simplificar demasiadamente o que virá – e mais de explicitar quais foram os pontos de partida da pesquisa realizada. De alguma forma, a introdução cumpre o papel

-
- 1 Globalização e mundialização são termos equivalentes e intercambiáveis na literatura e são assim utilizados nesta dissertação. Igualmente, os termos “globalização por baixo” e “mundialização por baixo” são tomados aqui de maneira idêntica e formam parte importante da perspectiva teórica que orientou a pesquisa realizada, o que será alvo de discussão no próximo capítulo.
 - 2 Não constitui interesse inicial deste estudo questionar a identidade chinesa dos migrantes aqui chegados (para um estudo de caso sobre chineses no Brasil, especificamente em Pernambuco, que discute sua etnicidade em contextos prévios e posteriores à migração, ver SILVA, 2008a, p. 21-37). Segue-se a nomenclatura do Governo da República Popular da China (RPC), incluindo as regiões administrativas especiais de Taiwan e as autogovernadas Macau e Hong Kong. O governo de Beijing reconhece ainda 56 etnias do povo chinês espalhadas em seu território. Os dados constam do endereço eletrônico da embaixada da RPC no Brasil (<http://portuguese.cri.cn/chinaabc/chapter6/chapter60101.htm>). Isso quer dizer que se considera migrante chinês, nesta pesquisa, qualquer indivíduo original desses territórios; isso não quer dizer, contudo, que não haja reinvenções e ressignificações das identidades étnicas e nacionais, negociadas não apenas pelas contingências do contexto migratório, senão, antes disso, pelas tensões políticas que marcam as interações históricas das regiões desse território. Quando a construção da identidade revelou-se explicativa da questão sociológica deste estudo, ela tentou ser incorporada na descrição e problematização do assunto. Em tempo: todas as vezes em que aparecer o termo “China”, sem nenhum qualificativo, ele se refere à China continental, seja o regime vigente o do Império, seja o das Repúblicas, e independentemente do reconhecimento internacional do governo desse Estado; quando me refiro a Regiões Administrativas Especiais, menciono seu nome (oficial ou popular) e utilizo República Popular da China apenas quando isso traz clareza que desfaz ambiguidades e leituras equivocadas ou quando suscita uma questão política ou ideológica em relação às demais regiões chinesas.

de esclarecer algumas das omissões do texto. Ela chama a atenção às fraturas e aos remendos feitos ao longo do trabalho e agrega um sentido adicional ao que apenas a leitura dos seguintes capítulos poderia sugerir.

A migração chinesa para o Brasil resta ainda pouco estudada,³ e não dispomos ainda de pesquisas “definitivas” sobre o tema. Comecei, então, uma investigação exploratória com a intenção de melhor compreender esse acontecimento:⁴ por que e de que forma o mais pujante comércio popular paulistano estava repleto de comerciantes chineses nos boxes das galerias de comércio da região da rua 25 de Março. A hipótese inicial é que esses comerciantes chineses haviam chegado a São Paulo recentemente, na segunda metade da década de 1990. Diferente das ondas migratórias anteriores, os novos migrantes pareciam portadores de certo caráter “aventureiro”: deixavam a terra natal ou algum lugar entre lá e cá, perseguindo oportunidades de comércio, de modo que sua permanência em São Paulo dependia, sobretudo, da medida em que isso permitir-lhes-ia retornos econômicos vantajosos, podendo ser substituída por novos destinos e por retornos pendulares ao sabor das oportunidades.

Demorei para me dar conta da magnitude de tal acontecimento. Comecei a tomar gosto por diversos assuntos relacionados à China quando decidi acompanhar as aulas de língua chinesa oferecidas pelo Departamento de Letras Orientais da FFLCH-USP aos alunos da graduação, ainda no primeiro ano da minha própria graduação em Relações Internacionais. Com a intenção de treinar o idioma e aperfeiçoar o aprendizado, os alunos eram incitados a saber mais sobre a presença chinesa em São Paulo, e foi assim que comecei, primeiro, a conhecer os restaurantes na região da Liberdade junto de professores e colegas e, depois, a me aventurar sozinho à procura de algum migrante disposto a conversar comigo.

Antes disso, meu contato com os chineses era nulo e minhas incursões à região da rua 25 de Março tinham o sabor dos passeios com minha mãe e outras tantas pessoas que vinham de ônibus, em excursão, para, depois de passar bem cedo na Feira da Madrugada do Brás, comprar algum presente ou utilidade para casa. Se, por um lado, depois dos três

3 Talvez a primeira pesquisa que se tenha debruçado sobre isso seja o doutorado de José Roberto Teixeira Leite, defendido em 1992 no Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sobre a presença chinesa no país – em especial, buscando traços da cultura sínica nas artes do Brasil – e que traz dados dessa migração histórica. Pouco depois, surgiu na Universidade de São Paulo (USP) a revista *China em Estudo*, organizada pelos professores de língua e literatura chinesas do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), com artigos publicados sobre diversos assuntos, e que às vezes tratavam de algo relacionado à migração chinesa no Brasil. Mais recentemente, os trabalhos de Rosana Pinheiro Machado sobre os camelôs no circuito Porto Alegre–Ciudad del Este (mestrado em 2004) e as rotas dos produtos made in China (doutorado em 2009) trazem mais robustez ao tema ao tratar também dos migrantes chineses na tríplice fronteira entre Brasil–Paraguai–Argentina, assim como o mestrado de Marcos de Araújo Silva, de 2008, que fala sobre “a diáspora chinesa no Pernambuco”.

4 Tomo a noção de acontecimento aqui como a emergência de um fenômeno cuja configuração é de tal modo particular e inédita que seus efeitos práticos para os indivíduos requerem sua problematização para a compreensão de nossa atualidade. Com isso quero dizer que um acontecimento é um fenômeno não apenas de uma historiografia do presente, mas também um traço de nossa atualidade, cuja inobservância resulta na simplificação desta. Nas palavras de Michel Foucault, trata-se de uma “ponta deslocada do presente”: não são os fatos localizados entre um passado e futuro, mas sua atualização, a constituição do que somos em virtude deles, uma “ontologia do presente”. Em certa medida, é uma apropriação livresca da conceituação de acontecimento que fazem Gilles Deleuze, Félix Guattari e, especialmente, Foucault (DELEUZE; GUATTARI, 1992; FOUCAULT, 1979, 1984, 1990, 2004 e 2005). Para uma revisão dos sentidos dessa noção, consultar CARDOSO, 1995.

5 Para ficar em um tom mais coloquial, quando eu me deparei com o fato de um informante de pesquisa começar a trabalhar em uma pastelaria de bairro afastado depois de tê-lo testemunhado encher os bolsos

anos de aulas, fiquei familiarizado com uma parte dos elementos da presença chinesa na Pauliceia, por outro eu ainda passava longe das questões que me levariam, depois, à região da rua 25 de Março. Conhecia a região tanto quanto o senso comum informa as pessoas. Naquele momento, minhas decisões de pesquisa eram voltadas ao interesse em explorar os vários aspectos dos assuntos chineses, entretanto isso ainda não envolvia o comércio na região da rua 25 de Março.

Eu queria demonstrar que havia mais coisas sobre os chineses no Brasil do que aquilo que os tornava mais famosos, quer dizer, o contrabando e a pirataria. Foi assim que realizei, entre 2007 e 2008, uma pesquisa junto ao Instituto Observatório Social sobre as relações comerciais sino-brasileiras; tudo era pensado para captar o comércio formal (através de dados da Organização Mundial do Comércio e do governo brasileiro), inclusive setores intensivos em capital e tecnologia.

Meu interesse por aquilo que viria a se tornar meu objeto de pesquisa surgiu quando, no final daquela pesquisa, percebi, devido a operações da Receita Federal e entrevistas com representantes de entidades patronais e amigos chineses trabalhadores em empresas de comércio exterior, que não era simples distinguir as importações que estudava daquelas que se dirigiam ao centro paulistano.

Essa impressão foi se confirmando quando, em 2008 – ainda sem imaginar que eu escolheria pelo mestrado em breve –, dei início a uma pesquisa sobre as percepções que os migrantes chineses tinham das relações raciais no Brasil, logo transformada em uma investigação sobre as redes de acolhida de migrantes nas igrejas. Naquela ocasião, além de confirmar certa indistinção entre as imaginadas “altas” importações e o comércio ilegal (contrabando, sonegações, pirataria, trabalho escravo etc.), tive as primeiras pistas de que havia mais vasos comunicantes entre o “universo” dos chineses recentemente chegados à região da rua 25 de Março e o da migração histórica chinesa para o Brasil.

Isso me fez perceber que minha recusa inicial com relação ao meu futuro objeto de pesquisa não fazia sentido na medida em que aquilo que eu já conhecia e aquilo que eu não queria conhecer se completavam e mesmo se misturavam. Foi então que decidi me dedicar àquela novidade que já tinha se tornado visível; nesse momento, comecei a perceber que o envolvimento com o dispositivo comercial da região da rua 25 de Março, característico desse grupo migrante, era uma chave para a compreensão de fenômenos mais abrangentes constitutivos de nossa atualidade.

O fato de não haver uma pesquisa prévia de onde pudesse partir explica dois pontos importantes, um sobre a pesquisa e outro sobre o texto final desta dissertação. Primeiro, percebi que, mesmo sem querer fazer uma pesquisa sobre a migração chinesa em si mesma, eu precisaria compreendê-la minimamente para bem entender meu objeto. Já existiam pesquisas sobre a informalidade, assim como robustas produções teóricas sobre as migrações, mas não havia muito conhecimento sobre os chineses em São Paulo. Isso me levou – é este o segundo ponto – a tentar registrar o melhor possível a história da migração chinesa para o Brasil, em especial para a cidade de São Paulo.

Sem fazer dela o tema principal das minhas preocupações, essa história foi importante para situar as ondas migratórias recentes. No centro do meu interesse está a questão sociológica ligada à dinâmica do capitalismo globalizado atual. Assim, os dados da migração histórica chinesa aparecem na medida em que explicam, mesmo que parcialmente, algum aspecto da presença chinesa atual. De toda forma, o resultado pareceu-me alcançar um bom equilíbrio entre um registro genérico e um uso estratégico dos

dados referentes à história da migração chinesa, e isso por um motivo especial: a recente migração de chineses para o centro de São Paulo, com suas especificidades e motivações próprias, relaciona-se com a presença chinesa histórica.

Ao cabo desse processo, a hipótese inicial foi reformulada. Argumentamos que a chegada massiva de chineses na região da rua 25 de Março foi possível devido a um dispositivo comercial em que as galerias de comércio surgem como um importante modelo de venda, cujos proprietários são, em sua maioria, migrantes chineses vindos nas décadas de 1950 e 1960. Este significativo fluxo recente ocorre em um momento de reativação das diásporas chinesas pelo mundo, na esteira dos efeitos da industrialização da China. Também foram chineses do fluxo anterior que puderam tornar-se importadores de produtos made in China, os quais abundam no comércio do centro paulistano, deslocando parcialmente o circuito de abastecimento dos produtos que antes passava pelo Paraguai para importações diretas daquele país asiático. Há muito mais comerciantes chineses recentemente chegados do que importadores e proprietários de galerias de comércio, mas apenas estes últimos dois tipos tinham uma “condição transnacional” que lhes permitia juridicamente abrirem suas empresas e, através das redes sociais, ligarem-se ao outro lado do globo. Por conseguinte, alteraram a escala do comércio praticado ao engendram uma nova modalidade de venda: galerias repletas de comerciantes chineses que vendem produtos vindos diretamente da China.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa nutriu-se da ideia de uma “construção exploratória do objeto” (LEPETIT, 1998). A própria etnografia teve um caráter experimental: foi inicialmente uma maneira de testar as possibilidades de acesso aos informantes e de entrada no campo, mas, sobretudo, uma postura de levar a sério os processos e práticas que informam as pistas dos ordenamentos sociais emergentes. Trata-se de

prospectar as linhas de força dessas realidades em mutação, fazendo surgir feixes de questões no andamento mesmo dessa prospecção, como questões (sempre parciais) e interrogações (sempre reabertas) que vão-se colocando nessa “construção exploratória do objeto” de que fala Lepetit. (PERALVA; TELLES, 2008).

Somada ao ineditismo, a mudança do próprio objeto de minha pesquisa foi uma dificuldade. As primeiras idas a campo no âmbito desta pesquisa foram no início de 2009. Quando comecei a compreender o funcionamento dos boxes de chineses nas galerias, percebi que já havia, por parte de um número pequeno, mas significativo de migrantes, um movimento de saída da região da rua 25 de Março para o pátio da Feira da Madrugada do Brás ou para o interior paulista, além de um abandono dessa atividade comercial por parte de outros.⁶ O principal motivo das alterações da configuração mais típica de inserção profissional – o comércio em galeria da região da 25 de Março – foi uma desestabilização parcial do dispositivo comercial por conta de formas de controle e

de dinheiro na galeria de comércio mais famosa do Brasil, tive um choque, necessário para repensar coletivamente as trajetórias de muitos migrantes, e buscar elementos que explicassem essa mudança.

6 Como disse Foucault em entrevista a Gilles Barbedette e André Scala, “é importante ter um pequeno número de autores como os quais se pensa, com os quais se trabalha, mas sobre os quais não escreve”, que são como “instrumentos de pensamento” (apud CARDOSO, 1995, p. 56).

repressão mais agudos e mais agressivos, praticadas pelos poderes municipais, de combate à pirataria, que se acirraram a partir de 2009.

Há ainda muitos chineses que permanecem na região, ou recém-chegados que se somam a eles. Contudo há um evidente deslocamento para a região do Brás e outras, na medida em que se alterou o jogo das permissões e interdições em um comércio atravessado por várias irregularidades. Essa mudança foi também um gatilho que me fez repensar os meus achados de pesquisa. Entrei em campo sem saber muito bem o que encontrar. Ao final da pesquisa, depois de pouco mais de um ano, aquilo que eu buscava havia-se alterado parcialmente. Nesse sentido, foi uma dupla construção exploratória do objeto, em sentidos analítico e empírico.

Além de ser este um objeto movediço, o acontecimento sobre o qual me debruço, aliás como todos os fenômenos sociais, é resultado de um cruzamento complexo de vários processos sociais mais amplos (e alguns mais específicos), em diversas escalas, que precisam, na medida do possível, ser reconstituídos. Desse modo, não se trata de uma história da migração chinesa para o Brasil, nem de uma geografia da circulação de produtos “piratas” ou contrabandeados, tampouco meramente do estudo de caso do comércio informal num mercado popular de um país em desenvolvimento. É uma combinação de todos esses elementos. Trata-se de uma “etnografia estrategicamente situada” (MARCUS, 1995), que requer uma descrição multifacetada e rizomática para além do recorte temático ou territorial mais específico, de modo a compreender fenômenos mais amplos, não encapsulados na realidade imediatamente estudada (PERALVA; TELLES, 2008).

É importante esclarecer que, nesse sentido, esta dissertação é a um só tempo específica e genérica, e corre o risco de ser criticada como um apanhado de temas desconexos. Entretanto, reafirmo minha postura de buscar entender os fenômenos a partir de determinações múltiplas e passíveis de arranjos e rearranjos localizados, em que as dicotomias causa/efeito ou micro/macro fazem menos sentido do que as noções de processos. Estou certo de que ângulos de vista diferentes produzem entendimentos complementares que contribuem para a colocação em problema de fenômenos não facilmente configurados como tal e para a melhor compreensão desses fenômenos em suas interações recíprocas, valendo um princípio de variação de escalas de análise (REVEL, 1996, p. 20).

Devo creditar essa postura de pesquisa a alguns nomes, muitos dos quais já apareceram nas páginas acima ou aparecerão ao longo do texto. Eles são referências importantes em vários debates da teoria social contemporânea. Entretanto, há um clássico da teoria sociológica que foi tacitamente fonte de inspiração para o desenho de pesquisa que adotei. Seu vocabulário teórico-conceitual não figura entre a gramática desta pesquisa.⁶ Há no engenho deste estudo algo que vem da sociologia dos processos sociais de Norbert Elias.

Para mim, é um entendimento de que os fenômenos sociais não são algo estanque, separado por fronteiras rígidas de outros que o cercam ou cruzam, tampouco cristalizado, de modo que seria possível uma descrição estática, quase fotográfica. Pelo contrário, é preciso levar em conta a dimensão sincrônica e diacrônica dos processos em suas relações dinâmicas, fato que gera uma postura metodológica e analítica cambiável: ainda

7 É possível indicar uma possível pertinência do legado teórico eliasiano para os temas aqui estudados, sobretudo a partir da ideia de uma disseminação, em sentido genérico, da informalidade, enquanto diferentes níveis de cumprimento e tolerância ao descumprimento de regras, ou da produção de normas sociais na in-

que o objeto de pesquisa seja claramente definido, pode-se recorrer a diferentes fontes de observação para explicá-lo em seu dinamismo complexo.

Elias utilizava biografias (de homens notáveis como Guilherme II, figuras socialmente construídas como a de Mozart, e de anônimos, de pessoas investidas de autoridade ou atravessadas pelo poder), instituições sociais (como o duelo, o Estado), classes ou frações de classes (a sociedade de corte) e outras formas de grupamentos sociais (como os estabelecidos e os outsiders, a sociedade dos moribundos)⁷. Aqui, foram fontes de observação, além da etnografia ela própria, as biografias, trajetórias de vida, instituições sociais, leis migratórias, políticas públicas, decretos, projetos estatais (municipais, estaduais e federais), processos judiciais, relatórios de comissões de inquérito etc. Os esforços tiveram o sentido de olhar para diferentes postos de observação a fim de perceber ângulos diferentes do objeto estudado e de compreender as influências mútuas de diversos processos que se moldam uns aos outros.

* * *

Isto dito, fica mais interessante expor a sequência dos capítulos desta dissertação, no sentido de problematizar a presença de migrantes chineses no comércio informal da cidade de São Paulo. O capítulo que abre o texto traz uma série de perspectivas teóricas afins, que municiam o enfrentamento da migração internacional como um importante vetor da “mundialização por baixo”. O capítulo dois explicita o caminho metodológico efetivamente realizado durante a pesquisa e traz elementos de um diário de campo. Em seguida, no capítulo três é apresentada a hipótese central desta dissertação; ele problematiza os diversos atores envolvidos no comércio em questão e a entrada dos migrantes em um dispositivo comercial específico, bem como sua mudança de escala. Ademais, aponta para as recentes transformações do próprio objeto de pesquisa, fruto de uma intervenção municipal no comércio da região central paulistana. Depois, o capítulo quatro é estratégico ao resgatar a gestão dos fluxos migratórios pelo Estado chinês com vistas a realizar as reformas econômicas pró-industrialização: coteja-se aqui a história da migração chinesa para o Brasil com os regimes de mobilidade chineses. Por fim, as considerações finais são reflexões teóricas a partir dos circuitos e redes sociais chineses: discute o modo de problematização das migrações internacionais por parte da literatura e tenta recuperar teoricamente o caráter multiforme das vinculações sociais.

terface entre apropriação da autoridade estatal e desvencilhamento do poder público que vigem para além das leis. A vasta produção de Elias passa ainda por temas como a sociogênese do Estado, as relações sociais de grupos mais estabelecidos com outros outsiders ou as redes de indivíduos interdependentes chamadas por ele de figurações e comparadas a uma dança, em fluxo constante, mas passível de certo orquestramento estrutural (o que cunhou seu trabalho como uma sociologia figuracional ou, de modo mais abrangente, de estudos figuracionais), dentre outros, formando um arcabouço teórico e analítico que certamente renderia pistas explicativas para esta pesquisa (para comentários sobre as contribuições teóricas de Elias, ver: DUNNING; MENNEL, 1997; GOUDSBLOM; MENNEL, 1998; WAIZBORT, 1998).

1 UM OLHAR SOBRE A MUNDIALIZAÇÃO: MIGRAÇÕES, COMÉRCIO E INFORMALIDADE

As várias abordagens de estudos sobre migrações internacionais trouxeram, por um lado, contribuições importantes para a compreensão desses fenômenos e apresentam, por outro, limitações. São diversas teorizações de áreas distintas das ciências sociais, que tiveram a intenção de interpretar fenômenos tais como as dinâmicas do próprio grupo estrangeiro, a subjetividade do migrante, a construção da etnicidade, a estigmatização de grupos de migrantes, a assimilação cultural e a integração socioeconômica ou a segregação sociourbana, a intermediação social operada por redes de pertencimento, a construção sociocultural da ação econômica, o subdesenvolvimento econômico e a desigualdade internacional, o lugar atual da cidadania e do Estado, a transnacionalidade de certos fenômenos etc.

Isso revela que contextos migratórios são um “local estratégico de pesquisa” (PORTES, 1995, p. 2; 1997b, p. 814; 2010, p. 2 e 5),⁸ significando objetos empíricos ou campo de pesquisa em que processos de maior importância geral se manifestam com clareza inusitada. Nesse sentido, os migrantes chineses das galerias de comércio da região da rua 25 de Março podem ser tomados como um analisador das dinâmicas contemporâneas de produção e circulação de riquezas do capitalismo globalizado.

As perspectivas teóricas que amparam a visão aqui adotada versam sobre um vetor de mundialização em que as migrações se coadunam com o comércio informal e muitas vezes permitem o atravessamento de fronteiras do Estado e da lei. São caminhos abertos por trajetórias migratórias por onde passam também produtos (de diversas naturezas) ou, então, rotas mercantis agora pontuadas por migrantes e outros tipos de atravessadores, que dão uma sinergia ao comércio informal talvez não antes vista. As contribuições teóricas resgatadas aqui reúnem três questões, quais sejam: os regimes de mobilidades migratórias e mercantis contemporâneas, as formações de dispositivos comerciais localizados em contextos urbanos nos quais se territorializam as redes e rotas transnacionais e os perfis e motivos das redes comerciantes transnacionais compostas por esses migrantes, certo *ethos* mercantil (PERALDI, 2001, p. 8).

Neste capítulo, antes de passar às contribuições teóricas que circunscrevem a perspectiva aqui adotada, há um muito breve balanço bibliográfico, cuja intenção é indicar uma das direções do desenvolvimento dos estudos de migrações internacionais e demonstrar as possibilidades dos contextos migratórios como analisadores de fenômenos distintos. Depois, são feitas algumas considerações sobre o modo pelo qual as ciências sociais formataram seus objetos tendo como foco analítico o Estado-nação, razão pela

⁸ Segundo Alejandro Portes, o conceito de “lugar estratégico de pesquisa” foi cunhado por Robert Merton. Nas palavras dele: “the empirical material exhibits the phenomenon to be explained or interpreted to such advantage and in such accessible form that it enables the fruitful investigation and the discovery of new problems for further inquiry.” (PORTES, 1997b, nota 2).

qual o estudo das questões transnacionais, das mobilidades e das migrações internacionais contemporâneas forçou um recentramento do olhar pelas próprias ciências sociais. Finalmente, as duas últimas seções do capítulo trazem aportes teóricos que inspiraram e orientaram a pesquisa: a perspectiva da “mundialização por baixo”, com seu olhar sobre a migração e as atividades econômicas informais como algo próprio da dinâmica da globalização capitalista, e uma perspectiva que procura compreender a formação dos territórios onde se ancoram ou se materializam essas práticas transnacionais, que recuperam o papel do lugar contra o risco de uma descrição demasiado etérea da mundialização.

1.1 PERSPECTIVAS SOBRE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: DIFERENTES CONTEXTOS, DIFERENTES OBJETIVOS

Não é intenção deste estudo fazer um balanço ou uma revisão da literatura. Mas talvez convenha fazer um breve comentário acerca de algumas teorias de migrações, no sentido de explicitar os diferentes objetos de estudos mais perceptíveis nos contextos específicos.

Um dos primeiros programas de estudo de migração internacional foi o da chamada Escola de Chicago, que se debruçou sobre comunidades de imigrantes nos Estados Unidos do começo do século XX. Nomes como Willian Thomas, Louis Wirth e depois Willian Foote Whyte realizaram estudos de casos que corroboraram a perspectiva de Ernest Park na consolidação de interpretações sobre a realidade urbana, preocupados com a assimilação sociocultural dos estrangeiros na sociedade de acolhida e com a segregação de grupos sociais na cidade.

No Brasil, o surgimento de estudos de imigração deve créditos a esse esforço inicial de entender a dinâmica de integração e assimilação das comunidades imigrantes. Através de Emilio Willems, cujos estudos começam ainda nos anos 1930, surgiu toda uma tradição que pesquisadores seguiram pelas décadas posteriores, tais como seus orientandos Egon Schaden e Hiroshi Saito, que analisaram os fatores de aculturação dos imigrantes, passando por um momento híbrido ou marginal, até a integração nacional.

Em parte, essa perspectiva cedeu espaço para uma visão crítica que surgiu de dentro dela própria na década de 1960, pelas mãos de Eunice Durham (cujo orientador fora Schaden) e sua doutoranda Ruth Cardoso. Resumidamente, a nova proposta rejeitava o conceito de aculturação, mas mantinha a preocupação com fatores de assimilação e mobilidade social, pensados dentro do esquema analítico de modernização brasileira característico da sociologia de Florestan Fernandes e seus alunos.

Integração e assimilação apenas deixaram de ser o grande mote dos estudos de imigração no Brasil na década de 1970, com a emergência de pesquisas atentas à etnicidade, muito influenciadas pela perspectiva teórica de Fredrik Barth. É ainda mais recente o olhar brasileiro para questões relacionadas ao próprio processo migratório, em vez da “comunidade” estrangeira (SEYFERTH, 2004, p. 11), impulsionado talvez pelo aumento da emigração brasileira.

Fora e dentro do país surgiram diferentes abordagens para se dar conta – além da adaptação na sociedade de destino – das causas da imigração e dos fluxos ou dos processos migratórios. De demógrafos a economistas, muitas dessas abordagens estruturalistas compartilham uma visão algébrica da migração internacional.

A teoria da atração e expulsão, por exemplo, tenta reunir os fatores determinantes dos fluxos migratórios, como pobreza, desequilíbrio de renda e estagnação econômica nos países de origem. Não é muito diferente de outras vertentes da macroeconomia neoclássica, as quais muitas vezes reduzem as correntes migratórias a resultados da demanda internacional por mão-de-obra e das diferenças salariais, ou da microeconomia, que pressupõe o indivíduo atomizado e racional que calcula o retorno líquido (geralmente em termos monetários) de seu deslocamento como se fosse livre de quaisquer influências sociais ou culturais.

Outras explicações, como a dos chamados “novos economistas” da migração, abandonam a visão atomizada do ator individual e passam a dar ênfase às unidades como famílias ou domicílio; também desacreditam do funcionamento perfeito de mercado e entendem a diversificação dos riscos como fator determinante das migrações, importando menos a diferença salarial (SOARES, 2003, p. 231-237).

A sociologia econômica das imigrações quis destacar o lugar estratégico das comunidades imigrantes como manifestação clara da imersão social a partir de redes sociais. Com efeito, a intenção era utilizar o ferramental da sociologia econômica e os dados empíricos dos estudos de migrações. Segundo Alejandro Portes (1995, p. xiii e p. 2), especialmente a noção de “redes sociais” e o conceito de “capital social” de Robert Merton foram importantes para descrever a atividade econômica de grupos imigrantes; ou, mais concretamente, as redes sociais proveem uma espécie de capital social que os imigrantes podem acessar para alavancar seu sucesso econômico (PORTES; SENSENBRENNER, 1993, p. 1.322). De certo modo, há o entendimento de que o fechamento do grupo imigrante passou de um entrave a um benefício a ser explorado.

Algumas críticas feitas à visão otimista da sociologia econômica foram exatamente no sentido de lembrar o custo do pertencimento a essas redes: a segregação do grupo. Segundo tais críticas, apenas uma parte do grupo, os “empresários” ou proprietários, consegue de fato êxito econômico por conta das redes sociais, enquanto outra, os trabalhadores, permanece malsucedida dentro do grupo e excluída da participação plena na sociedade mais ampla (NEE; SANDERS, 1987, p. 762-764).

Outra perspectiva é trazida por certa antropologia e sociologia de comunidades transnacionais. São nomes como Peggy Levitt e Douglas Massey, além das primeiras publicações de Nina Glick Schiller juntamente com Linda Basch e Cristina Szanton-Blanc no campo das migrações e alguns estudos de Alejandro Portes e seus parceiros, como Luis Guarnizo. Uma ideia importante levantada por essa perspectiva é a ligação que se estabelece entre local de origem e destino através das múltiplas relações sociais, culturais, econômicas e políticas das “vidas duais” dos migrantes; em vez de serem vistos pertencentes a um ou outro lugar, são vistos como estando aqui e ali ao mesmo tempo, especialmente a partir das novas tecnologias de comunicação e transporte, formando “comunidades transnacionais” (PORTES, 1997b, p. 812-814; PORTES; HALLER; GUARNIZO, 2002, p. 283).

Outros autores, tais como John Urry, Arjun Appadurai e Ulf Hannerz, acentuam o caráter transnacional das mobilidades humanas e de fluxos de outra natureza que elas

ensejam, sejam eles mais tangíveis (remessas, investimentos, produtos, empregos etc.), sejam imateriais (cultura, lealdades, ideologia, mídias diaspóricas etc.). Especialmente no tratamento das migrações internacionais, através de outros estudos de Glick Schiller, da teorização de Alain Tarrius e da visão de geografia social de Gildas Simon, entre outros, parece surgir uma perspectiva que rompe com a ideia de um transnacionalismo binacional ancorado em duas comunidades ligadas e propõe uma versão bastante mais difusa para as mobilidades transnacionais: estar em um lugar é potencialmente um estágio transitório, que pode ser abandonado por outro, segundo uma lógica de oportunidades possibilitadas por redes sociais espalhadas e pelo acesso aos mercados que elas podem fornecer.

As perspectivas trazidas abaixo são coerentes com esta visão de um transnacionalismo difuso, ora evidenciando o jogo obscuro da informalidade em que se imiscuem os migrantes, ora reivindicando a observação dos lugares em que esses fluxos transnacionais se materializam.

1.2 CIÊNCIAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA MOBILIDADE

A intersecção dos temas da migração internacional e da economia “informal” insere-se no debate sobre a questão da mobilidade, cujos primeiros grandes passos foram dados há cerca de duas décadas. Mobilidade de indivíduos e de produtos que deflagra um processo que, ao cabo, embaralha o modo como os problemas estavam postos nos estudos sociológicos (PERALVA; TELLES, 2008).

Acentuação da mobilidade e novas tecnologias são dois vetores importantes para diversas matrizes que pensam a reconfiguração do solo epistemológico próprio das ciências sociais: não se trata de crise da sociologia nem de postular a morte do social, mas de reconhecer a emergência de novas questões, que antes não se punham à mesa. A partir de perspectivas muito diferentes, autores como Ulrich Beck e Nina Glick Schiller demonstram como a natureza das ciências sociais se forjou para a problematização de questões nacionais, configurando um “nacionalismo metodológico” impeditivo de analisar questões transnacionais. Outros como Jean Baudrillard, Jacques Donzelot e Nikolas Rose discutem o fim do social tal como a teoria sociológica clássica o concebeu, mostrando a centralidade que passa a ter o governo dos fluxos populacionais a partir do momento em que as questões sociais não se apresentam necessariamente como nacionais. Os objetos da sociologia se constituíram como domínios da vida em “comunidade” nacional, com a presunção de que a isomorfia Estado/nação/sociedade era a forma natural de governo da vida em coletividade, e a naturalização tácita ou explícita dessa unidade como lócus de problematização. Donde as questões que extrapolam a territorialização que o imaginário da ciência social reduziu para dentro das fronteiras do Estado-nação como foco analítico não encontram lugar na teorização canônica (SASSEN, 2006, p. 4-6; 2007, p. 206-208; SCHILLER; WIMMER, 2002, p. 302).

As ciências sociais se constituíram a partir de um solo epistemológico que favorecia a naturalização da organização dos territórios tributária da formação moderna do

Estado-nação. Tal organização vinculava-se à aspiração democrática de atribuição de direitos e à formação de identidades coletivas nacionais, amparada amplamente em recursos de sedentarização. Segundo Alain Tarrius (2001a), atualmente, as novas formas de organização social do espaço são constituídas também pelas mobilidades transnacionais de modo que os diferentes fluxos de bens materiais e imateriais, sejam eles em domínios formais e regulamentados ou não, dirigem-se no sentido contrário ao da construção histórica do Estado nacional. Nesse sentido, alguns autores como Tarrius e Urry vão propor, a partir de perspectivas muito distintas, uma antropologia do movimento ou um novo paradigma de mobilidade.

Tratar a questão das mobilidades e novas formas de circulação supõe lidar com espaços, escalas, mediações e conexões diferentes. A mobilidade inscreve-se em um plano de referência que redefine o modo de construção dos objetos e questões de pesquisa. É uma noção que mobiliza um espaço conceitual lançando mão de termos tais como redes, trilhas e circuitos, circunscrevendo um modo de “descrever-problematizar o mundo social” que, a rigor, desativa as binaridades que definiam os termos clássicos da discussão social (inclusão e exclusão, assimilação e segregação, migração e sedentarismo etc.) (PERALVA; TELLES, 2008).

Os estudos recentes sobre as chamadas novas formas migratórias introduzem abordagens que rompem com os paradigmas tradicionais dos estudos de migração pautados pelo problema da “integração” ou “assimilação” nos países de “acolhimento” (PERALVA, 2007, p. 16). Alain Tarrius redefine o próprio vocabulário e mesmo os conceitos para dar conta dessa mudança histórica das formas migratórias: migrante [*migrant*], o circulante, aquele que ultrapassa as fronteiras e o regime de sedentarismo, em vez de imigrado [*immigré*], aquele que ao deixar um país, obrigatoriamente, estabelece-se em outro.

De uma forma geral, as perspectivas contemporâneas de fenômenos migratórios têm como uma de suas características a compreensão da experiência migratória a partir de todas as suas dimensões temporais – seja a travessia ela mesma, sejam os momentos anteriores e posteriores a ela (TRUZZI, 1993, p.iii; SAYAD, 1998, p. 13-19). Ademais, o uso de mediações sociotécnicas e novas tecnologias da informação e comunicação revolucionam a noção de espaço e de tempo, de proximidade e duração, impõem o tempo real a serviço do circulante. Dana Diminescu anuncia, assim, a era do “migrante conectado”, o migrante do século XXI. Antes: migrar e cortar as raízes; agora: circular e manter contato (DIMINESCU, 2007).

O conceito de migrante conectado de Diminescu sugere a amplitude dessa nova figura migrante. Estando aqui e ali ao mesmo tempo, fazendo-se valer de uma capacidade de comunicar-se, representar-se e movimentar-se potencializada pela tecnologia atual, o migrante conectado rompe com as cisões tradicionais de estrangeiro, imigrante, nômade ou mesmo sedentário,⁹ na medida em que forja uma nova cultura de mobilidade e uma nova cultura de laços, abandonando o regime de fixação definido, durante a modernidade, em termos nacionais.

Na visão defendida nesta dissertação, a cultura de mobilidade é entendida como um *continuum* de mobilidade em que cabem certa “sedentarização temporária”, a pen-

9 Alain Tarrius, porém, conceitua diferentemente (diáspora, errância e nomadismo) os usos que os migrantes fazem de percursos transnacionais a partir de suas relações de identidade, atribuição de direitos e aproveitamento do diferencial de riquezas entre o lugar de origem, os lugares de passagem e o eventual lugar de destino (2002, p. 30-32).

dularidade entre destino e origem, o atravessamento de territórios como etapas momentâneas e a intensificação de migrações interpolares. Em outras palavras, a opção migracional torna-se um caminho possível dentre as escolhas de investimento pessoal e as formas de organização do sentido que os indivíduos atribuem a suas vidas.

A despeito das barreiras institucionais e das fronteiras nacionais, bem como das dificuldades que as ultrapassar implica, os migrantes intensificam a circularidade e a construção de novas rotas. É uma cultura de mobilidade que desafia a ideia clara de deixar um local *por* outro e perpassa entre esses dois pontos uma pletera potencial de lugares e etapas. A chegada ao destino não é vista, em termos de expectativa, como a reconstrução de uma vida estabelecida nesse novo local, existindo a possibilidade de levar-se em consideração futuras migrações segundo lógicas parecidas com aquela que pesou na decisão pela mobilidade anterior.

O pertencimento múltiplo a territórios distintos, assim como a redes diferentes, e a hipermobilidade são elencados por parte da literatura como marcas peculiares do novo migrante, conectado aos pontos por onde passou ao mesmo tempo simbólica e concretamente. O migrante conectado transita com fluidez, o que não significa facilidade, no mercado de trabalho (especialmente no espaço poroso entre legal e ilegal), e se dota da capacidade de estar num e noutro universos, de transformar a habilidade relacional em competência econômica. A sociabilidade ganha outra dimensão nesta era: são as redes sociais que permitem a inserção dos migrantes em atividades da economia “informal”. Ou, como disse um importante sociólogo francês, são duas competências articuladas:

D'une part la mobilité transfrontalière, d'autre part cette compétence relationnelle qui rend possible la conversion de solidarités et des liens établis dans l'exil en relations productives et économiques efficaces. (PERALDI, 2001, p. 8).

Em parte dos estudos tradicionais sobre imigração, a sociabilidade era o fino-grão das análises, visto que se constituía no caminho para a “integração” ou “assimilação”. Nos novos estudos sobre migração, a sociabilidade constitui-se como acesso. Em que pesem as fraturas que os deslocamentos podem acarretar para o migrante e para os que ele deixou, criam-se outros tantos laços entre indivíduos de um e outro lugar, dos demais locais atravessados e de outras regiões, que são acionados para fazer circular produtos, capitais, remessas, informações etc. (PERALVA; TELLES, 2008). As redes, circuitos e trajetórias que se formam entre os grupos de migrantes fazem circular entre seus indivíduos as maneiras pelas quais se entra no mercado de trabalho da economia “informal”, o modo como negociar os “mercados de proteção” ou como se alojar.

A sociabilidade, através das redes sociais, dissemina certo tipo de “saber circulatório” que rende uma autonomia conquistada pelos migrantes – um espaço em que apenas eles são capazes de operar. Atualmente, fica difícil imaginar, por exemplo, o comércio popular da região da rua 25 de Março sem os chineses. Pode-se dizer que um “capital espacial” é criado, conforme o termo de Jacques Lévy, ou seja, um local em que certas práticas territorializadas são executadas apenas por um determinado grupo social, que por conseguinte se torna imprescindível (*apud* PERALVA, 2007, p. 7). Esse processo é puxado pela lógica de mercado, o que na economia globalizada atual inclui uma dimensão importante da economia “informal”. Municadas desse capital espacial, a tais populações

é possível, então, “*explorar em proveito próprio e com certo grau de autonomia recursos de iniciativa que transcendem amplamente as fronteiras nacionais*”. (PERALVA, 2007, p. 7).

1.3 MUNDIALIZAÇÃO, PROCESSOS TRANSNACIONAIS E INFORMALIDADE

Portes e, depois, Tarrius lançam a hipótese de que a globalização, mais frequentemente pensada como a intensificação das relações econômicas formais, dos fluxos financeiros e do aumento das corporações multinacionais, é acompanhada por outra, a “mundialização por baixo”, mantida por atores da economia “informal”, para além do controle e dos marcos regulatórios estatais (PERALVA, 2007, p. 17).

Em um artigo intitulado “*Globalization from bellow: the rise of transnational communities*”, que se tornou bastante importante para a atual produção teórica sobre migrações internacionais, Alejandro Portes lança mão de um entendimento das migrações contemporâneas como fenômeno acarretado pelas dinâmicas da globalização capitalista.

Segundo ele, a mundialização é tipicamente vista como uma forma de garantir a exploração de interesses econômicos de grupos dos países avançados do sistema-mundo capitalista, e então é pensada como algo de “cima para baixo”, que se impõe aos indivíduos através dos investimentos estrangeiros na periferia mundial, intensificando uma proletarianização nos países em desenvolvimento refletida no aforismo “o capital é global, o trabalho é local”. Essa sobrevalorização das análises em torno da globalização do capital, porém, não permite perceber que o diferencial de custos, informação e tecnologia que está na base da vantagem aproveitada pelas grandes corporações multinacionais também permite aos indivíduos deixarem seus países em direção a economias avançadas para beneficiarem-se com a criação de empresas e outras pequenas atividades empreendedoras transnacionais. Em suas palavras:

Instead, what common people have done in response to the process of globalization is to create communities that sit astride political borders and that, in a very real sense, are “neither here nor there” but in both places simultaneously. The economic activities that sustain these communities are grounded precisely on the differentials of advantage created by state boundaries. In this respect, they are no different from the large global corporations, except that these enterprises emerge at the grassroots level and its activities are often informal. (PORTES, 1997a, p. 3-4).

Ao analisar a atividade econômica dos migrantes dominicanos, salvadorenses e mexicanos nos Estados Unidos, ele identificou um tipo de organização social em comunidades transnacionais interligadas entre a cidade natal e a vizinhança em algum bairro metropolitano estadunidense. Baseado em um trabalho seminal de Linda Basch, Nina Glick Schiller e Cristina Szanton-Blanc, ele conceituou essas comunidades como transnacionais devido ao fato de esses migrantes realizarem uma série de atividades que liga

um a outro lugar e manterem uma variedade de envolvimento simultaneamente com ambas as localidades.

Essas comunidades transnacionais são uma parte importante, mas pouco relatada, da mundialização. A migração internacional de que são frutos responde a uma lógica do capitalismo, segundo a qual são os indivíduos atraídos pela necessidade de mão-de-obra nos países de industrialização avançada, ou, antes disso, são impulsionados a deixarem seus países diante de um quadro insatisfatório gerado pela globalização do capital nesses locais, resultando em um incentivo a aproveitarem melhores oportunidades longe de casa.

Resulta daí que o padrão de adaptação desses migrantes difere bastante daquele tradicional. Além de não deixarem seus países definitivamente por outro, sua inserção econômica também é distinta: em vez de se conformarem com as baixas remunerações dos setores industriais ou de serviços para os quais são necessitados e que incitam suas migrações, transformam-se em pequenos empreendedores informais como um meio de resistência popular contra a modelagem do capital estrangeiro (PORTES, 1997a, p. 7). As novas tecnologias de comunicação e transportes desempenham um papel central na intensidade que esses fluxos entre os polos das comunidades transnacionais alcançaram, sem os quais não seria possível o aproveitamento dos diferenciais entre um e outro país pelos migrantes, que contam o mais das vezes apenas como o capital social gerado por essas comunidades, mas não com a pujança financeira, inclusive institucional, das grandes corporações.

Remessas transformam-se em um meio informal de investimento e pequenas viagens operam constantemente uma mobilidade de mão-de-obra e produtos que disparam uma rede de familiares e amigos ou mesmo pessoas que oferecem serviços de travessia.

Especificamente nos casos dos migrantes chineses nos Estados Unidos que Portes menciona, fica evidente que pequenos e médios empresários em Hong Kong e Taiwan se ligam a eles a fim de investirem. Mesmo pequenos bancos passam a ser criados com aportes financeiros vindos do outro lado do globo, a partir de migrantes estabelecidos, e acabam por cativar uma clientela migrante com intenções de investir em casa própria e pequenos empreendimentos. O emaranhado de interesses e atividades transnacionais serve aos migrantes na América tanto quanto aos investidores na Ásia e gera um ciclo virtuoso em que os bancos e os migrantes são ao mesmo tempo causa e efeito mútuos: os bancos de chineses servem “*simultaneously the economic interests of the immigrant community and of their overseas investors*” (PORTES, 1997a, p. 14).

A importância dessa perspectiva lançada por Portes, além da originalidade da ideia de uma mundialização operada por migrantes e outros atores comumente esquecidos, é a percepção de que as atividades econômicas dos migrantes não se opunham ao capitalismo globalizado, mas eram acarretadas por ele. Nesse sentido, a economia informal que os migrantes aqueceram nos países centrais do capitalismo não era oposta à economia dita formal, senão parte constitutiva dela. A partir do momento em que a mobilidade representou a entrada maciça de migrantes irregulares nos países centrais do capitalismo avançado, por caminhos incertos em que também passavam ilegalmente produtos, abriu-se espaço para a redefinição da economia “informal” e o novo lugar do informal: parte complementar, inerente ao capitalismo global.

Comentando uma importante obra de Portes e seus colaboradores, Peralva ressalta a dimensão das novas migrações atrelada à informalidade, tal como revista por esses autores:

Entendido no passado como traço característico dos países em desenvolvimento, e como fadado a desaparecer, o mercado de trabalho informal tornou-se uma contingência da vida econômica contemporânea. 'A economia informal não é um eufemismo para designar a pobreza. Trata-se de uma forma específica de relação de produção, enquanto a pobreza é um atributo da repartição.' (Portes, Castells and Benton, 1989). Por isso, o estudo das formas migratórias atuais requer uma compreensão dos diferentes tipos de articulação entre formalidade e informalidade e do caráter prioritariamente "sedentário/precário" ou "circulante" de cada uma delas. (PERALVA, 2007, p. 12-13).

Alain Tarrius também designa como "mundialização por baixo" processos transnacionais desdobrados das iniciativas econômicas de "migrantes da pobreza", como ele os nomeia, nesse caso vindos do Norte da África para as portas mediterrâneas europeias (2002, p. 15 e nota 1). São marroquinos, argelinos, tunisianos, líbios, dentre outros, que passam por Marseille ou Perpignan, na França, e Algeciras ou Alicante, na Espanha. Migrantes que não cessam de circular entre os centros comerciais dessas cidades, em que se encontram também outros migrantes de diásporas, e os mercados de suas regiões de origem, além de formarem redes interligadas com outras rotas mercantis em Bruxelas, Sofia, Istambul ou Dubai. Como comenta Michel Wieviorka no prefácio do livro *La mondialisation par le bas*, é certamente uma globalização econômica, mas feita por atores não esperados, sequer lembrados pelo senso comum ou pela maior parte da literatura (TARRIUS, 2002, p. 9).

Ela é animada por redes de empreendedores nômades, isto é, migrantes leis a seu lugar de origem, porque mantêm com eles relações comerciais, e avessos à ideia de integração social nas cidades europeias, fazendo de suas idas e vindas um aproveitamento comercial dos diferenciais de preços, informações e tecnologias (TARRIUS, 2002, p. 33). Portanto, não participam de uma atividade econômica especializada, tal como nichos étnicos, e apenas acessam direitos de cidadania nos países europeus de forma passageira e instrumentalizada, na medida em que se tornam recursos úteis para o comércio de "formiga" que realizam. Assim, fica clara uma diferença entre as abordagens de Portes, baseadas na ideia de comunidades fixas e estabelecidas na sociedade de destino em contato permanente com o local de origem, e a de um transnacionalismo difuso proposto por Tarrius e, depois, Peraldi, em que o migrante circula efetivamente por diferentes entrepostos comerciais em busca de melhores vantagens comparativas, retornando amiúde a sua cidade natal e reiniciando o ciclo migratório por aquela ou outras rotas.

Dois aspectos marcam essa dimensão da mundialização realizada pelos migrantes no contexto mediterrânico. Primeiro, um modo de territorialização que atravessa os Estados por via das redes construídas nesses percursos. As hierarquias que se criam na mundialização por baixo respondem, portanto, aos laços sociais transnacionais e aos acordos informais, baseados na "força da palavra dada" e organizam o dispositivo pelo qual o migrante efetivamente transaciona os bens. Segundo, a formação de espaços ur-

banos que escapam às regulações gerais das competências normativas locais ou nacionais. Não são organizações mafiosas, pois as redes de comércio dito informal não se misturam senão ocasionalmente àquelas de tráfico de ilícitos: são espaços em que se negociam a modalidade de transação não permitida de produtos legais (TARRIUS, 2002, p. 17-19).

Essa circulação mercantil operada por “formigas”, “sacoleiros” e mascates migrantes não contraria os fluxos da mundialização pelo alto, senão realiza altas transferências internacionais de mercadorias. Com efeito, são emblemáticas do capitalismo mercantil que se reinventa na virada do século XX para o século XXI:

C'est probablement le rôle essentiel de ces flux de nouveaux migrants transnationaux, de plus en plus denses, d'acquérir et de développer une compétence circulatoire, qui se conforme étroitement aux projets de la mondialisation économique « sauvage », parce qu'ultra libérale : faire parvenir en tous lieux et en tous temps aux moindres recoins solvables du globe, des marchandises dont les aléas des politiques nationales, désormais locales, pourraient les priver. Il est évidemment à première vue paradoxal de constater que ce sont des formes de contrebandes, de colportages, très en vigueur dans le monde précapitaliste qui se mettent au service de la forme ultime du capitalisme... (TARRIUS, 2007b).

Michel Peraldi corrobora a perspectiva de Tarrius ao analisar os fenômenos relacionados às competências circulatórias de migrantes que fazem chegar produtos aos caminhos entre a região de Belsunce, em Marseille, e vários locais nas cidades das ex-colônias francesas da África setentrional (1997, 2001). Os novos migrantes de que fala não são mais a mão-de-obra fordista que abastecia a indústria da França pouco depois das independências nacionais, mas sim comerciantes pendulares que atravessam consigo produtos de um ponto a outro em rotas que seguem os rastros dos antigos laços coloniais que se materializavam e se materializam (agora com outras significações) ao redor do entreposto portuário dessa “porta para o Mediterrâneo”. São sacoleiros e atravessadores de diversos tipos, mascates contemporâneos que aproveitam de um “saber atravessar” enraizado nesse local e disseminado pelas rotas mercantis através de tramas de relações sociais várias (PERALDI, 1999, p. 2-3; 2001, p. 13-14 e 21; 2007, p. 2).

A questão da informalidade é deslocada na análise de Peraldi. O que diferencia as transações econômicas operadas por redes de migrantes transnacionais nesses entrepostos não é tanto o desrespeito às formalidades impostas pelo Estado ou o desvio às leis, pois dentro e fora desse dispositivo existe o que é juridicamente tipificado como formalidade e informalidade. Portanto, não é elucidativo distinguir o informal do formal, muito menos caracterizar um mercado ou economia por essa qualidade. Como ele diz, o termo informal nos aprisiona em uma ficção política segundo a qual a existência de uma economia não regulada pelas competências normativas do Estado seria uma aberração e esse universo social em que ela ocorre seria separado do corpo principal da sociedade (PERALDI, 2001, p. 9)

Passa-se do tratamento da questão da informalidade à ideia de uma economia de bazar, incorporando a leitura que Ruggiero e South fizeram da etnografia geertziana, incluindo nas modernas metrópoles europeias a dimensão da negociação suposta, em uma visão orientalista, como exclusiva dos mercados árabes. Na economia de bazar, “é dada

a qualquer coisa a possibilidade de ser uma mercadoria trocável” (PERALDI, 2001, p. 18). Nos dispositivos que a viabilizam, o que está em jogo é a disposição à negociação das regras aceitas a fim de restabelecer o ciclo mercantil interrompido por filtros sociais e políticos, em que predominam trocas, dons, contra-dons, influências etc., de tal modo que predominam a oralidade, os acordos pessoais, as dívidas de honra, a violência física e regimes de dependência ou chantagem. Em suas palavras, a economia de bazar é:

un complexe d’activités articulées où la grande amplitude des circulations commerciales activées par la place marchande, les jeux de franchissement des différentiels, économiques, sociaux, politiques que ces circulations nécessitent, placent ceux qui y font des affaires, entrepreneurs installés, colporteurs, consommateurs, en position de «négociier constamment l’acceptabilité morale de leur comportement» dans une situation qui rend possible la coexistence de la légalité et de l’illégalité et le changement permanent des limites entre les deux. (PERALDI, 1999, p. 7).

Em resumo, a economia de bazar, tal como descrita por Peraldi, tem uma tripla caracterização: regimes diferenciados de alteridade, em que a presença de migrantes é estratégica, mas não exclusiva nem fechada em si mesma; uma localização estratégica no caminho traçado pelas rotas mercantis; e a ausência de um regime econômico dominante que sufoque as negociações situacionais (PERALDI, 2001, p. 21).

Peraldi recorda a tipologia weberiana para afirmar que a atividade econômica dessas redes mercantis de que participam os novos migrantes parece ser uma atualização do “capitalismo de párias”. Trata-se de um capitalismo mercantil construído em regras constantemente negociadas que não obedecem a normatizações externas maiores. Essa atividade econômica, que engendra uma organização social e política, é levada também para dentro das metrópoles europeias, mesmo que o imaginário das ciências sociais, baseado na racionalização ocidental distintiva, supusesse-a possível apenas em países do Sul. O ethos que anima esses novos capitalistas mercantis comporta certo aventurismo e uma moral da performance pessoal muito mais do que o abandono de si no trabalho e na rotina ascética do dever (PERALDI, 2007, p. 6 e 10).

A questão da informalidade em um contexto de mundialização tal como o aludido aqui, em que as rotas mercantis atravessam países e, portanto, jurisdições diferentes, requer também um olhar atento para as metamorfoses legais dos produtos, que passam do estatuto formal ao informal e vice-versa, conforme as legislações nacionais (ou eventualmente internacionais) que se aplicam ao caso. As pesquisas de Rosana Pinheiro Machado sobre a rota transnacional de produtos vindos do Delta do Pérola, na China, para o Brasil demonstram a intermitência com que os artigos passam do ilegal ao legal e vice-versa. A “biografia dos produtos chineses”,¹⁰ sugerida pela autora, permite reconstruir a rota China–Paraguai–Brasil, em que atuam migrantes chineses na importação e os sacoleiros brasileiros no “contrabando de formiga” (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 119). O circuito mostra níveis de (in)formalidade alternados ao longo da cadeia mercantil.

¹⁰ Pinheiro-Machado vale-se dos termos *biografia sociocultural da mercadoria*, de Igor Kopytoff, e *commodity ecumene*, de Arjun Appadurai.

As categorias de informalidade, ilicitude, ilegalidade e imoralidade são fundamentais para entender as recorrências da biografia desses produtos. Informalidade refere-se às práticas de trabalho e mercado não reguladas pelo Estado, ou seja, burlar o fisco na relação empregatícia ou na venda de produtos sem nota fiscal e dedução de impostos. Ilicitude é condição criminosa, assim considerada sob o ponto de vista jurídico, como é o caso do contrabando e a pirataria, por exemplo. Ambas as categorias podem ser consideradas juridicamente ilegais por desrespeitarem a lei que vige num determinado território. Até por isso podem não ter esse caráter quando atravessada a fronteira do alcance de tal jurisdição nacional (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 119). Em qualquer ponto da rota transnacional, pode se verificar a coexistência do ilegal com o legal, ou a transformação de um em outro, bem como o caminho oposto.

1.4 FENÔMENOS TRANSNACIONAIS, MAS LOCALIZADOS: ANCORAMENTOS DA MUNDIALIZAÇÃO

Pensar na criação de espaços ao longo de circuitos de mobilidade de indivíduos e produtos chineses requer pensar as formas de territorialização desse fenômeno. Os circuitos das rotas globais ligam locais específicos, como regiões de industrialização voltada para a exportação, portos, mercados e entrepostos comerciais, de modo a criar espaços (transnacionais) descontínuos, discretos (PLIEZ, 2007). Ao analisar as redes mercantis e migratórias, não se podem negligenciar seus modos de inscrição territorial nas sociedades urbanas (PERALDI, 2001, p. 7).

Os circuitos da “mundialização por baixo” precisam também de um dispositivo comercial localizado sem o qual um entreposto não funcionaria. O dispositivo comercial nas situações de informalidade é, antes de tudo, aquilo que permite o funcionamento de um mercado específico, um elemento facilitador necessário para ultrapassar as várias barreiras impeditivas das trocas mercantis que ali ocorrem.

O dispositivo comercial em sentido geral envolve uma articulação multifacetada de lugares, pessoas, mediadores, procedimentos etc. e necessita de uma infraestrutura inscrita na economia urbana local. Em uma descrição mais abrangente, são lojas, entrepostos, bazares e feiras; pontualmente, são os restaurantes, bares, casas noturnas e outros lugares onde os migrantes comerciantes encontram-se, trocam informações e fazem acordos variados. É um compósito de redes sociomercantis cujas historicidade e territorialidade permitem reconstituir trajetórias e rotas relativamente amplas, mas que requerem um centro de ancoragem no qual se entrecruzam: um centro comercial em que se materializa o dispositivo. A temporalidade e a territorialidade são elementos importantes dessa trama de relações, na medida em que as práticas mercantis possuem uma história e um *savoir-faire* incorporados em lugares específicos (TARRIUS, 2000, 2001a, 2001b, 2007b).

Tarrius e Peraldi, ambos, pesquisaram as rotas migrantes e mercantis que transformaram certa região de Marseille em um centro de ancoragem dessas práticas transnacionais. O dispositivo de que falam é um lugar de mercado – *place marchande* em suas

palavras – que amalgama visivelmente nesse contexto urbano a trama de laços, informações e circulações contínuas entre os lugares de origem e passagem dos migrantes, por maiores que sejam as distâncias sociais e culturais (PERALDI, 1999, p. 6). Característica desse dispositivo, portanto, é a migração pendular que se converte em uma modalidade de atividade econômica, pela qual os indivíduos se especializam em levar e trazer produtos de lado a lado. Ao longo do tempo e com o crescimento do volume desse comércio, surgem redes de sacoleiros e o contrabando de formiga, que são causa e efeito da presença migrante nesse dispositivo comercial. Assim, o dispositivo é um local de negociações que cria as condições para a circulação de produtos que de outra maneira não chegariam aí, submetidos a interdições sociais e embargos políticos; ele é:

une place marchande où, par l’initiative des acteurs, sur fond d’accords oraux et d’engagements réciproques, des marchandises reprennent leur circulation et leur cycle de rentabilité interrompus par les filtres sociaux et politiques, passent les différentiels de richesse” (PERALDI, 1999, p. 3).

Não se trata de um enclave étnico nem de um nicho étnico. Os migrantes não se fixam necessariamente nessa cidade, nem se concentram em bairros e vizinhanças específicos; ademais, convivem etnias, nacionalidades, ideologias, grupos de parentesco etc., em uma sorte de cosmopolitismo de que nos fala Tarrius, em situações relacionais mais ou menos perenes, dadas pela urgência do comércio (TARRIUS, 2002, p. 18; PERALDI, 2001, p. 14). Segundo Peraldi, lançar mão de uma análise dos dispositivos comerciais de uma economia de bazar em que atuam migrantes e redes comerciais transnacionais desarma a dupla armadilha de tomar duas marcas presentes nesses arranjos como suas características essenciais: de que se trata, de um lado, de uma atividade econômica dos migrantes centrada na etnicidade e, de outro, efetivada em um comércio informal desconectado das atividades normais reguladas pelos Estados.

Tampouco formam um comércio étnico especializado em atender às demandas de uma comunidade de migrantes, mas animam, em vez disso, o ir e vir de bens escassos para a clientela consumidora, ávida pela própria chegada de produtos dificilmente acessíveis ou, outras vezes, pelo preço mais baixo e vantajoso do diferencial entre os mercados regulados pelos diferentes Estados e economias nacionais. A atividade econômica feita por esses migrantes se insere em economias urbanas, o mais das vezes no plural e não no singular, e mais abrangentes do que qualquer fechamento étnico porque relacionalmente entrecruzada com transações econômicas complexas e variadas nos contextos urbanos em que se ancoram as rotas transnacionais de pessoas e produtos. Trata-se de um lugar estratégico nos mercados urbanos, ocupado por indivíduos que “mobilizam as competências relacionais de ‘passadores’ ou de mediadores entre diferentes universos culturais que coexistem no mercado” (PERALDI, 1999, p. 3).

Em resumo, não existe mundialização sem sua materialização em territórios específicos, nem “mundialização por baixo” senão a partir de dispositivos comerciais instalados no seio de economias urbanas. Aquilo que se convencionou chamar de mundialização, especialmente nos contextos povoados de atores não convencionais como os migrantes comerciantes, é mais adequadamente descrito como processos transnacionais que pontuam o mapa-múndi em dispositivos comerciais situados em certas economias urbanas através de redes migracionais e rotas mercantis.

Alguns locais podem ser chamados de “espaços discretos da mundialização”, como sugere Olivier Pliez (2007) na dupla acepção do adjetivo: porque são pouco visíveis e porque são descontínuos. Na verdade, sua invisibilidade e descontinuidade guardam causas comuns. Haver locais que não seguem a mesma lógica organizacional dos ambientes a seu redor e se assemelham ou se ligam mais a outros espaços discretos distantes do que a seu entorno exemplifica como a mundialização acarreta criação de territorialidades pouco evidentes de sua transnacionalidade (SASSEN, 1991, 1994, 2010). São pouco visíveis, descontínuas e atravessadas por redes e rotas que as conectam.

A interface entre migrações internacionais e rotas transnacionais de comércio de uma economia mutuamente dependente do “formal” e do “informal” necessita de espaços em que relações possam tecer-se, onde as necessidades da dinâmica circulatória possam ser supridas (das mais básicas às mais complexas). Os casos podem ser vários: restaurantes em que se negociam comprometimentos diversos; locais de lazer onde há informações sobre como fazer circular mais informações, produtos e pessoas, dentre outros; mercados de produtos que atendem ao público migrante; portos, zonas francas, mercados “informais” e outros onde a dinâmica econômica impulsiona a descontinuidade com o redor; regiões mais obscuras em que a mobilidade transgressora burla a barreira institucional ou agencia sua proteção (PLIEZ, 2010, p. 138-140).

Olivier Pliez chama a atenção para a necessidade de se redefinir o aparato metodológico como uma leitura multiescalar e descontínua do espaço na mundialização, uma versão da etnografia multissituada proposta por George Marcus (2007, p. 2). De fato, ao seguir a rota transnacional entre o polo exportador de Yiwu, uma cidade na China que advoga o posto de “maior shopping do mundo”, e Cairo, capital egípcia, pode-se decifrar as conjunções improváveis e invisíveis dos locais que pontuam a rota da mundialização, em que cada um dos pontos de ancoragem reflete os efeitos da mundialização e revela que é a “*géographie peu visible des réseaux qui maillent le monde*” (2007, p. 11).

Ao analisar a emergência de dispositivos comerciais em economias urbanas específicas, além de demonstrar as ligações entre os espaços discretos da mundialização, torna-se mais claro que os lugares onde essas práticas se materializam também são transformados. Assim, Marseille, Ciudad del Este, Yiwu ou São Paulo são cidades em que se ancora a mundialização, resignificadas por ela.

1.5 NOTAS CONCLUSIVAS

Uma teoria é sempre uma interpretação da realidade. Isso significa que outros pontos de vista sobre os mesmos fenômenos poderiam ser válidos e, mais importante, que uma teoria emergida de um contexto específico pode apenas parcialmente explicar fenômenos de outro contexto. As perspectivas teóricas apresentadas acima são o ponto de partida, mas a análise exposta nas próximas páginas não é a aplicação de tal aporte teórico a um caso específico. Trata-se de aproveitar-se dessas contribuições sobre fenômenos semelhantes aos observados ao longo da etnografia e de fazê-lo na medida em que lhes eram explicativas, perambulando por essa produção teórica diversa.

Dos diferentes modos de olhar para as migrações internacionais, alguns deles expostos brevemente acima, aqui serão úteis aqueles que indicam as pistas conceituais sobre um transnacionalismo difuso operado por redes de migrantes comerciantes, engajados em uma sorte de atividade econômica emblemática do capitalismo globalizado contemporâneo em que a resignificação da informalidade e a mobilidade são produtos (mas também produtoras) dessa condição atual.

Nesse sentido, a produção teórica acerca da mundialização por baixo, especialmente conforme o modo como ela é pensada na literatura francófona, ensina “*à mieux réfléchir, ou à réfléchir autrement*” (WIEVIORKA, 2002, p. 11).

Tratar as atividades comerciais dos migrantes chineses na região da rua 25 de Março em São Paulo a partir da perspectiva da mundialização por baixo e dos dispositivos comerciais permite compreender melhor a natureza desse fenômeno. É um modo de migração internacional que não busca a integração à sociedade de destino, tampouco se sujeita a atividades econômicas precárias que resultariam como última opção de trabalho em um enclave étnico marginalizado em tal sociedade, mas que experiencia a mobilidade como uma maneira de aproveitar as oportunidades de comércio e transformar os laços sociais e a própria habilidade de circulação em capacidade de comercializar produtos para além dos marcos normativos formais.

Contudo, há que se lembrar que os contextos específicos de pesquisa que geraram tal produção teórica aqui resgatada não são os mesmos que o encontrado no universo empírico em questão.

A grande oportunidade aberta aos chineses não é o permanente comércio de formigas baseado no diferencial de preços e produtos entre seu lugar de origem e os mercados como o do centro paulistano. Ela reside na entrada para um comércio pujante territorializado e, portanto, requer uma sedentarização temporária e predatória – que se efetiva apenas na medida do sucesso econômico, sem demandas de cidadania política ou integração social e sem lealdade alguma a esse local, abandonado por outro no primeiro momento em que novas oportunidades relativas forem vantajosas.

Isso significa uma dupla característica da relação entre migrantes chineses e o comércio na região. De um lado, o papel desempenhado pelos migrantes chineses nesse comércio alimenta-se de contêineres e movimentação grandes fluxos portuários: não são esses migrantes os responsáveis pelo comércio de “formigas” e “sacolas”. De outro, embora a migração chinesa comporte a pendularidade e a interpolaridade entre diversos pontos de passagens, a efetivação da prática comercial requer certa localização estratégica relativamente mais duradoura – o que não significa, vale ressaltar, expectativa de sedentarização plena nem vontade de integração social e política.

No vocabulário de Tarrius, a diferença entre os comerciantes sacoleiros que circulavam carregando mercadorias e o protagonismo desempenhado pelos chineses nesse comércio em São Paulo se traduz parcialmente na diferenciação dos conceitos de migrantes nômades e diaspóricos. Os primeiros são, por exemplo, os magrebinos que circulam reiteradamente entre Marseille e outros mercados do Mediterrâneo para se abastecer de produtos e voltar a suas cidades de origem, onde podem vendê-los. Já os segundos fusioanam o lugar de origem e as etapas de passagem como um modo de retomar os laços sociais necessários para ativar o comércio e dependem de um tempo mínimo de permanência, além de certas associações estratégicas com migrantes chegados anteriormente. Daí

resulta que sua participação nos dispositivos comerciais é a de operadores da “circulação local de mercadorias drenadas pelas redes internacionais” (TARRIUS, 2002, p. 31-32).

São tipos de comércio e formas migratórias que ativam contemporaneamente rotas pós-coloniais. Se o comércio migrante magrebino no circuito entre a Europa mediterrânea e o norte da África surge historicamente através de um novo modo de apropriação dos antigos laços coloniais, para daí se inserir e se interconectar em caminhos que ligam o Leste Europeu, o Oriente Médio e o Sudeste Asiático, o caso dos comerciantes chineses em São Paulo torna ainda mais evidente que a atual globalização rompe com a desigualdade marcante das antigas rotas norte-sul. Entre China e Brasil não se pode falar que haja uma migração de um país pobre para um país industrializado baseada nos diferenciais de preço, mão-de-obra, produto disponível e informações. São novas rotas migratórias vinculadas a novos circuitos mercantis do capitalismo globalizado contemporâneo.

As redes mercantis ativadas pelos chineses fazem chegar os produtos *made in China* a São Paulo. Nesse sentido, não apenas pelo volume, mas também porque o dispositivo comercial de que fazem parte os chineses é de outro tipo: baseia-se nas galerias de comércio e nos contêineres em vez do comércio de “formigas” de sacoleiros. Trata-se de um capitalismo mercantil de contêineres e não apenas de sacolas.

2 NOTAS DE DIÁRIO DE CAMPO: EM TORNO DA PRESENÇA CHINESA NO COMÉRCIO DE SÃO PAULO

Este capítulo apresenta a pesquisa de campo. Demonstra o caráter exploratório da etnografia, expondo a entrada em campo, a postura metodológica adotada e os achados de pesquisa. Cumpre o papel de descrever e problematizar fenômenos – procurando compreender a estrutura social do mercado em que se inserem os comerciantes chineses e suas dinâmicas ao mesmo tempo em que coloca em evidência certas configurações pouco refletidas ou mesmo desconhecidas –, analisando-os na medida cabida e apontando para esboços do funcionamento de um campo pouco pesquisado.

Primeiro, expõe o espaço de pesquisa inicial, os procedimentos metodológicos e os “informantes especiais” encontrados na um tanto selvagem primeira fase de pesquisa. Em seguida, reúne dados instigadores mais dispersos, coletados a partir da proposta metodológica de seguir, mapear e rastrear parte dos elementos que compõem ou influem no objeto de pesquisa. Depois, traz um esboço de uma topografia socioeconômica, que pretende apontar brevemente para elementos espaciais das distintas práticas sociais e econômicas dos comerciantes chineses, como os locais de moradia ou a diferenciação espacial das lojas, galerias, dos escritórios e depósitos. Finalmente, apresenta notas sobre a dispersão geográfica dos migrantes chineses pela cidade, inicialmente fruto de uma migração histórica que não se concentrou residencialmente nem em torno do local de trabalho e depois devido ao espraiamento da onda migratória mais recente, desde sua concentração em torno do trabalho na região inicial de pesquisa para outras regiões da cidade.

2.1 O ESPAÇO DE PESQUISA INICIAL

A região em questão não fica à margem da vida econômica paulistana. Certamente não pela sua localização seminal, no centro da maior cidade da América do Sul. Tampouco pela sua natureza, pois é parte imprescindível dessa economia urbana: produtos chegam em grande quantidade pelos canais mais triviais e claros, assim como são revendidos dali para abastecer comércio e indústria de outros cantos. Passam pelos portos, rodovias, estações de trem e de metrô. É exatamente no centro histórico da cidade, que, a despeito de constituir patrimônio cultural, é agitadoíssimo pelo comércio e pelos serviços. Essa região consolidou-se um grande entreposto comercial. Essa ebulição econômica do centro é atravessada por redes, circuitos e intermediários que fazem chegar produtos e os

revendem no varejo bem como no atacado, para consumidores finais ou redistribuidores, do próprio entorno ou longínquos, às vezes até mesmo estrangeiros.

Quem deixa o *Pateo do Collegio*, primeira edificação da então vila de São Paulo de Piratininga, rumo ao Mosteiro de São Bento, dois vértices da região triangular que fora São Paulo por muito tempo (que se completa com o Largo de São Francisco), logo encontra uma íngreme rua abarrotada de pessoas com sacolas nas mãos, ambulantes com suas barracas ou produtos no chão e lojas repletas de itens pendurados e expostos. É a Ladeira Porto Geral, uma das portas de entrada do comércio popular, cujo nome remete ao serviço hidroportuário da época em que a rua 25 de Março ainda era o leito do Rio Tamanduateí, recebia águas do Anhangabaú e desaguava no Tietê. Continuando por esta última rua e pelas adjacências até a avenida Senador Queirós, de um lado está o Parque Dom Pedro e de outro, o Mercado Municipal; adiante, o que se vê é sempre o mesmo cenário descrito. O cardume de pessoas parece errático, mas passa com destreza de loja a outra com carrinhos de compra. São pequenas lojas ao lado de grandes atacadistas, varejistas de todos os tamanhos, armazéns e depósitos, além da concorrência “da rua”.

Algumas dessas pequenas lojas são de chineses. Empregam alguns brasileiros (nota-se que são os únicos estrangeiros no lugar) e, às vezes, abrem filiais não muito distantes na região. Inicialmente, os “empreendedores” chineses que ocupam as lojas com portas para a rua parecem ter-se centrado no ramo de acessórios, bijuterias e seus artigos ou, ainda, brinquedos e presentes. Nas lojas, de proprietários chineses ou não, há sempre muitas caixas de papelão que antes guardavam e transportavam os produtos – quase invariavelmente essas caixas têm origem chinesa.

Mas a grande maioria dos chineses não se encontra ali, senão nas galerias de comércio. Na região, há ao menos nove grandes galerias, quais sejam “Galeria Pagé”, “Shopping Mundo Oriental”, “Shopping 25” (duas unidades) e “Shopping Duprat”, “Senador Shopping”, “Shopping Porto Geral”, “Galeria Florêncio”, “Saara Shopping” e “Shopping São Paulo”.¹¹ Dentro delas, a mesma disposição: andar a andar, são pequenos boxes lado a lado onde cabem não mais do que três pessoas, cujas vitrines são também os balcões de vidro, e as paredes laterais guardam e expõem os produtos. Em geral, o proprietário emprega um funcionário chinês ou brasileiro. Às vezes, ele possui duas ou mais unidades, as outras a cargo de parente ou sócio.

No coração dessa região, o mais antigo desses prédios, a Galeria Pagé, teve seus 12 andares construídos para abrigar, desde 1963, dez lojas cada, que depois se dividiram em vários boxes. Seu *website*¹² informa a circulação de 1,4 milhão de consumidores mensais, em busca de mais de quinhentos mil itens, e se gaba por ser o primeiro shopping center do Brasil.¹³ O Shopping Mundo Oriental, inaugurado em dezembro de 1996 exatamente ao lado da Pagé, informa ter mais de duzentas lojas distribuídas em seis andares.¹⁴

Em direção à praça da Sé, em frente à estação de metrô São Bento, o Shopping Porto Geral oferece, há mais de cinco anos, diversos produtos em suas mais de cem lojas

11 Calcula-se haver cerca de 350 lojas e 3.000 boxes nas galerias, prédios e shoppings (conforme publicado em O ESTADO DE SÃO PAULO, “25 de Março – A torre de babel do consumo”, de 22 de setembro de 2010).

12 www.galeriapage.com.br.

13 Em geral, reconhece-se que o primeiro shopping center brasileiro é o Iguatemi, inaugurado em 1966 na avenida Brigadeiro Faria Lima, três anos depois da inauguração da Galeria Pagé, cujas estrutura, dimensões e lojas não podem ser comparadas às daquele.

14 www.mundooriental.com.br.

e disponibiliza imagens ao vivo de câmeras de vigilância em seu website para monitoria e segurança de seus próprios clientes.¹⁵ Já o Saara, do outro lado da rua 25 de Março, informa ter mais conforto e requinte em suas oitenta lojas; mas não se deve esquecer que os números de lojas informados por todas essas galerias podem dar lugar a uma conta muito maior de boxes, uma vez que cada uma daquelas pode ainda se subdividir em muitos destes, vide a situação caótica da Pagé. Em especial, o Saara anuncia que suas lojas do subsolo abrem durante a “feirinha da madrugada” e permanecem abertas com os demais estabelecimentos no horário comercial.¹⁶ A feirinha acontece na rua 25 de Março, depois da esquina com a avenida Senador Queirós, em direção à estação de metrô Luz, exatamente onde se localiza o Saara. Logo ao lado, desde 2003, está o Shopping São Paulo Center, que também vende a imagem de “novo lado da 25 de Março”, “fora da área de tumulto e empurra-empurra”.¹⁷

Babel de produtos, bazar de línguas. Nas galerias há cada vez menos proprietários brasileiros. Os chineses disputam a maioria numérica com libaneses ou seus descendentes e, em menor frequência, outros árabes. Nas ruas, o número de ambulantes andinos aumenta dia após dia, geralmente vendendo acessórios como bolsas ou cachecóis. Há ainda lojas de produtos andinos, árabes, indianos etc. Os chineses das galerias vendem produtos eletrônicos em geral, notadamente celulares e MP3 *players*, além de câmeras fotográficas ou videogravadores, artigos menores a pilha e acessórios de informática. Nesse tipo de produtos, concorrem com os sírios e libaneses. Vendem também calças jeans e camisetas, o mais das vezes imitações “piratas”, e roupas esporte de tecido sintético. Tênis, óculos de sol ou relógios: há sempre diferentes qualidades de produtos, das imitações de terceira ou quarta linha até réplicas perfeitas, passando por marcas chinesas próprias. Outros vendem bugigangas variadas, como presentes, perfumes etc. Seja por sonegação fiscal, seja por contrabando, seja ainda por pirataria: as chances de a venda desses produtos infringirem a lei em algum momento nessa rota é praticamente total (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p. 119).

A presença de chineses, inicialmente vindos para o comércio, atrai inúmeros e diversos negócios voltados a esse público. Há cada vez mais restaurantes e serviços de alimentação em geral prontos para atender ao gosto chinês, a preços variados. Às vezes, esses restaurantes e lanchonetes estão localizados nas praças de alimentação das galerias de comércio. Existem muitos restaurantes pequenos, de onde saem entregadores de marmitas no horário de almoço: quase invariavelmente, os chineses se agacham do lado de dentro do boxe para “não perder tempo com a refeição”.

Além disso, há outros tipos de serviços, como escritórios de advocacia, agências de turismo e até mesmo autoescolas. É interessante notar, com relação às agências, que algumas fazem viagens de turismo para os que querem conhecer o Brasil e, principalmente, viagens internacionais; outras fazem as funções de imobiliárias e anunciantes de empregos e, quase sempre, contam com um meio oficial ou não de envio de remessas.

O que mais surge para atender os chineses do comércio são escolas de português, que ensinam tanto aos mais velhos quanto aos mais novos a língua dos negócios. Muitas dessas escolas ocupam andares dos prédios comerciais do entorno da região e dividem as

¹⁵ www.shoppingportogeral.com.br.

¹⁶ www.saarashopping.com.br.

¹⁷ www.shoppingsaopaulocenter.com.br.

turmas em aulas de uma hora diária. Isso acontece com uma frequência considerável nos prédios da rua Florêncio de Abreu¹⁸ e da avenida Senador Queirós.

Quanto à educação regular dos pequenos migrantes ou dos que nasceram aqui, há os que vão para escolas estaduais e municipais.¹⁹ Mas a maioria parece se concentrar em escolas particulares de certo renome, inclusive no tradicional Colégio São Bento, em que quase metade dos alunos atualmente é chinesa (FOLHA DE SÃO PAULO. “Reclusa e discreta, colônia chinesa se espalha por SP”, de 26 de setembro de 2010). O crescimento do número de alunos chineses nesse colégio deve-se especialmente à localização, exatamente na região que concentra o trabalho dos chineses recentemente chegados. Houve negociações de bastidores entre um grupo de chineses e a administração do Colégio São Bento para oferecer uma espécie de ensino preparatório de português para os pequenos migrantes ou para a segunda geração, brasileira nata. Em 2006, com a chegada do novo abade, um grupo de chineses pediu a intervenção da Missão Católica Chinesa para solicitar, junto à administração da escola, apoio pedagógico especializado para esses alunos, que passariam o dia todo na escola.

Além desses estabelecimentos que se constroem no entorno da região comercial onde trabalham muitos chineses, há muitos outros lugares da cidade pelos quais se espalham essas pessoas.

2.2 EXPLORAÇÃO DO CAMPO E OBSERVAÇÃO ETNOGRÁFICA

A etnografia posta em marcha nesta pesquisa teve o seguinte objetivo: compreender as práticas que fazem circular pessoas e produtos chineses na região comercial da rua 25 de Março, zona central da cidade de São Paulo. Para tanto, a pesquisa de campo originou-se dentro das “delimitações” espaciais dessa região e, seguindo as redes e os circuitos dos migrantes, percorreu outras áreas da cidade. Reconstituiu histórias e trajetórias transnacionais as quais ligam diversos lugares discretos da mundialização das rotas comerciais e migratórias da China.

As primeiras idas a campo, a fim de tatear as questões e delimitar um problema de pesquisa, ocorreram entre março e agosto de 2009. Em seguida, teve lugar uma fase exploratória da pesquisa de campo, que se estendeu por mais de um ano e cuja finalidade foi prospectar os pontos de ancoragem para o rastreamento das redes sociais e, especialmente, as chaves de entrada que permitem o acesso a tais redes. Depois, a pesquisa tentou acompanhar de perto alguns informantes selecionados, a fim de rastrear suas

18 Uma dessas escolas, por exemplo, existe desde 2005 e conta com cerca de 80 alunos. Seu dono, um professor universitário na China que chegou a São Paulo acompanhando a esposa depois de a sogra ter vindo, comprou-a em 2009 de outro chinês que voltou para o país natal (FOLHA DE SÃO PAULO. “Reclusa e discreta, colônia chinesa se espalha por SP”, de 26 de setembro de 2010).

19 Segundo uma outra notícia, muitos filhos de migrantes ou os próprios migrantes que estudam na rede pública sofrem discriminações, *bullying* e violência física, sendo os chineses um grupo menos importunado (a notícia alega o fato de terem melhores condições financeiras como razão para isso) do que os bolivianos ou peruanos, por exemplo. (FOLHA DE S. PAULO. “Alunos bolivianos pagam para não apanhar em escola estadual de SP”, de 28 de setembro de 2010).

práticas, mapear as territorialidades e seguir suas redes, o que requereu mais observação etnográfica em outros pontos da cidade.

Durante a fase exploratória, a etnografia empreendida tratava de encontrar atalhos para a entrada em campo. A cada ida a campo, quase invariavelmente uma vez por semana, preferencialmente nas galerias de comércio, mas também nas lojas e no comércio ambulante, as primeiras interações (seja com chineses, seja com brasileiros, seja com outros nacionais) iniciaram-se sempre com uma simulação de interesse de compra de algo. Os primeiros contatos eram, então, através de uma relação cliente-vendedor, na qual eu me passava por potencial consumidor interessado, e a escolha dos “vendedores-alvo” era aleatória.

Os pequenos diálogos passavam logo dos assuntos puramente interessados nos produtos das possíveis compras para temas simples da trajetória migrante dos chineses e da presença de pessoas e produtos chineses na região. Para um chinês, as perguntas eram tais como: há quanto tempo estava no Brasil, qual a cidade e a província natais, se havia morado em outras cidades antes de São Paulo, qual a rota pela qual chegou à capital paulista (se diretamente desde a cidade chinesa de origem ou se através de uma migração por etapas, passando de uma cidade à outra e outra, cruzando fronteiras nacionais aos poucos), se havia vindo só ou com família ou amigos, se havia voltado para o país asiático e com qual frequência, se pensava em deixar São Paulo por outra cidade ou retornar definitivamente para a China, se sempre trabalhou com esse tipo de comércio, se frequentou escola ou universidade. Nas raríssimas situações em que me pareceu possível, tentei sondar se a situação estrangeira no país estava ou não regularizada e como adquiriam os produtos que revendiam, dentre outras questões delicadas.

Para brasileiros ou outros nacionais que trabalham na região, as perguntas eram sobre desde quando passou a haver um contingente tão grande de chineses no comércio da região, se sua presença dinamizou as vendas ou se representava uma concorrência ameaçadora, qual a origem (nacional) dos produtos que revendiam e de que modo eles também os adquiriam.

Claro, muitas dessas pessoas, ao serem abordadas, reagiam com desconfiança a essas perguntas, desinteressavam-se pelo “atendimento” e se limitavam a responder ao mínimo ou nem a isso. Dentre os brasileiros, essa reação foi menos frequente, se comparada aos chineses ou árabes. As tentativas frustradas não tinham nenhuma consequência senão a procura por novo “alvo”. No entanto, mesmo as conversas mais rápidas geralmente rendiam alguma informação (algumas vezes não havia resposta alguma...), frequentemente sobre lugar de origem e momento da chegada. Como foram vários os abordados em cada ida a campo, um total de 47 vezes nessa fase, foram anotadas as respostas de 312 chineses (22 donos de lojas, 284 proprietários/funcionários de boxes nas galerias de comércio e seis ambulantes), 19 árabes (proprietários/funcionários de boxes) e 53 brasileiros (18 funcionários de chineses, 28 proprietários/funcionários de brasileiros e sete ambulantes).

A coleta de dados não seguia nenhum rigor de pesquisa quantitativa tipo enquête, pois cada situação rendia diálogos diferentes, e tinha um caráter exploratório, buscando registrar elementos biográficos dos indivíduos que poderiam fornecer pistas para a compreensão de como se forjavam as tramas de relações que fazem circular pessoas e produtos chineses na região. Por outro lado, essa primeira aproximação já me indicava um momento de chegada recente desses migrantes e delineava uma multiplicidade de perfis

em termos de local de origem (as províncias do sudeste do país têm uma preponderância em termos gerais, mas também há casos de muitas outras regiões de origem que somados figuram números significativos), de unidade migracional (a pregnância das redes sociais é evidente a partir das regiões de origem, mas variam os casos em que vêm sozinhos, em casais, em núcleos familiares ou como reagrupamento do grupo familiar estendido) e de presença de migrações interpolares (desde ou para países terceiros) ou pendulares (retornos intermitentes à China).

Há no senso comum a ideia de que os asiáticos são mais fechados, e são vários os relatos do caráter de isolamento de indivíduos em contextos migratórios devido a problemas de adequação à língua e cultura diferentes, ou de vulnerabilidade durante as etapas migratórias. No caso dos chineses abordados, havia uma dificuldade inicial bastante clara: que eu fosse levado a sério. Quando percebia uma separação muito forte entre eles e mim, além de um descaso por parte deles, que não viam razões em me dar atenção alguma, eu tentava criar um mecanismo de identificação rápida: dizia-lhes qualquer coisa em mandarim para despertar interesse naquela presença estranha. Perguntava-lhes algo sobre os produtos, convidava-os a fazer negócio e barganhava o preço. Ou fazia uma pergunta simples, como “com licença, você é chinês?”

Na maior parte das vezes isso transformava a relação que eles tinham com esse estranho a importuná-los durante o trabalho, cujos interesses oscilavam entre a eventual compra do produto e perguntas sobre sua biografia, sendo uma espécie de gatilho para um diálogo mais vivo. Era a inversão da situação inicial: em meio a tantas pessoas que perambulam pelas galerias e ruas, em meio a tantos que bisbilhotam seus produtos e os incomodam sem levar nada, alguém ali trazia à tona algo que evocava sua terra natal e recobrava a memória afetiva de modo inesperado. Quase sempre a reação ao uso desse mecanismo era um interesse por parte deles em saber como e por que eu sabia falar mandarim; entrávamos, então, em um pequeno diálogo, promissor para abrir a confiança entre pessoas que não se conhecem e cujas intenções do contato nesse momento ainda não estão claras. Ali, de um e de outro lado do balcão, entre pessoas e produtos que se interpunham, era o modo como começaram as minhas interações com os chineses, brasileiros e árabes que se tornaram fontes de informação para a pesquisa.

Ao usar esse mecanismo, havia também o benefício de desfazer um problema ético da pesquisa sobre a intencionalidade das interações e a exposição do caráter de pesquisa naqueles diálogos. Quando respondia que havia aprendido chinês na faculdade, podia também, sem constrangimento algum, dizer-lhes que pesquiso a imigração chinesa para São Paulo e por isso tinha interesse nas trajetórias migrantes. Estabelecia desde início uma relação entre pesquisador e pesquisado na qual, não obstante haver exposição da vida privada, havia também, por vezes, uma curiosidade e admiração mútuas. Ademais, fazia menção à necessidade de se compreender melhor os vínculos entre brasileiros e chineses, o que se poderia tornar uma disposição em cooperar com a pesquisa.

Nos momentos futuros, com aqueles poucos que pude estabelecer contatos mais frequentes e o início de confiança mútua (sim, mútua, pois não apenas eles tinham que acreditar nas minhas melhores intenções como eu também não gostava de me sentir ameaçado ou vulnerável quando depois passei a frequentar lugares desconhecidos a convite deles), que se tornaram informantes sempre acionados, não havia o problema de revelar a pesquisa, pois já sabiam, nem a desconfiança ou o sentimento de exploração

por terem descoberto ser uma relação interessada aquilo que julgavam uma cordialidade amiga ou mesmo um coleguismo simpático.

Quando ia a campo novamente, não apenas procurava abordar, desse modo aleatório, outros “alvos”, como também fazia questão de revisitar algumas das pessoas mais simpáticas conhecidas nas incursões anteriores. Assim, com o passar do tempo, e conforme crescia ou diminuía a abertura dos informantes com as visitas frequentes, foi se estabelecendo uma triagem quase natural entre os que permaneciam abertos a mais conversas, mais longas e sobre temas mais delicados, e outros com quem isso não foi possível.

Essa abordagem foi a principal prática da fase exploratória do campo. Durante essa prospecção, a tentativa era de coletar dados e procurar futuros informantes nas principais galerias de comércio, que foram os locais preferenciais de pesquisa, alternando com procuras similares menos frequentes nas lojas das ruas e também entre os ambulantes. Ao final de mais de um ano de exploração do campo, em que gradativamente a busca por novos “alvos” foi cedendo tempo de pesquisa para um contato mais intenso com os informantes mais abertos, havia cinco destes com quem mantinha boas relações. Dentre todos os informantes com quem de alguma forma eu interagi durante a fase exploratória, eles são “informantes especiais”.²⁰

Eu chamo de “sujeitos de pesquisa” todos aqueles que virtualmente se relacionam com a questão de pesquisa que mobilizo, isto é, todos aqueles que forjam e participam de redes sociais que fazem chegar produtos e pessoas chineses no comércio da região da rua 25 de Março. Prefiro nomeá-los “sujeitos de pesquisa” a chamá-los, como se fazia tradicionalmente, “objetos de pesquisa”, porque não são passivamente estudados por mim; ao contrário, eles, voluntária ou involuntariamente, participam no meu processo de acesso aos dados. Eles também fazem a minha pesquisa.

Na fase seguinte, que se estendeu até o final da pesquisa de campo, tentei intensificar o conhecimento sobre as trajetórias dos informantes especiais: os meios de explorar suas relações sociais, de reconstituir suas próprias rotas e as das pessoas e dos produtos que eles fazem chegar ao centro paulistano e de rastrear as territorialidades de suas práticas.

2.3 OS INFORMANTES ESPECIAIS

2.3.1 Carlos

Carlos veio de Shanghai para o Brasil em 2002, abandonando incompleta sua faculdade de engenharia elétrica. Instalou-se primeiro em Jaú, no interior do estado, porque seu tio lhe conseguira emprego ali, este tendo vindo alguns anos antes para Marília, onde comercializava produtos chineses. Chegou logo depois à São Paulo e trabalhou para os “tios” de sua namorada, que tinha ficado na China, em boxes na Galeria Pagé e no Shopping Mundo Oriental (na verdade, eles eram colegas e parentes dos tios da namorada, mas eram assim chamados por ele). Segundo informou, chegou ao Brasil com

²⁰ Na verdade, como se verá abaixo, uma das informantes especiais, Yolanda, foi conhecida de outro modo, o que não deixa de interessar por ser revelador do cruzamento de circuitos e redes e, mais especificamente, da imiscuição entre formal e informal.

visto de turista, não tendo regularizado sua situação após a expiração do prazo válido. Ele próprio lidou com a burocracia consular quando decidiu migrar, comprou as passagens e veio.

Residiu um tempo no apartamento em que os tios moravam, próximo à estação Armênia de metrô, até conhecer chineses com quem passou a dividir apartamento (um recém-chegado que conheceu onde trabalhavam e outro, morador do Brasil desde pequeno, há mais de vinte anos, que foi apresentado por aquele).

Quando o conheci, Carlos trabalhava no andar térreo da Galeria Pagé: vendia máquinas fotográficas, celulares, tocadores de MP3 e *pen drives*. Permaneceu nesse emprego por cerca de vinte meses, até que decidiu tentar outras formas de trabalho: pensava em investir seu capital em um boxe próprio ali e considerava partir para outro lugar, talvez Foz do Iguaçu.

Carlos e eu ficamos bastante próximos. Parecia estar sempre disposto a uma companhia para sair e queria conhecer São Paulo, mas, exceto por seus colegas de apartamento, não possuía muitos amigos. Fomos a pontos turísticos da cidade e a restaurantes chineses ou karaokês várias vezes. Uma vez fomos a uma festa em discoteca, juntamente com os dois chineses com quem morava: ali me confidenciaram ir sempre a boates e casas de prostituição da região da Praça da República e do Vale do Anhangabaú; disseram ainda ser comum entre os homens chineses, mesmo os casados, frequentar esse tipo de casas noturnas e manter relações extraconjugais, o que se repetiu em outros relatos que ouvi e em outros estudos sobre a presença de chineses em regiões de comércio popular e revenda atacadista (PINHEIRO-MACHADO, 2005 e 2007).²¹

Como muitos dos chineses que acompanhei, Carlos sempre trocava de endereço de boxe. Isso pode responder a diversos motivos: evitar retornos de clientes indesejados reclamando de produtos com problemas, vendas ou trocas de boxes por seus patrões a fim de expandir ou retraindo os negócios (seguindo uma lógica puramente maximizadora dos retornos) e, principalmente, contornar a fiscalização policial ou a extorsão ilegal dos agentes do Estado.

No começo de 2010, algo enigmático na trajetória de Carlos aconteceu: ele “sumiu” para mim, visto que não mais respondia a meus e-mails ou atendia a meus telefonemas (em nenhuma de suas três linhas de celulares), interrompendo nosso contato regular em seu local de trabalho ou nas horas livres. Os amigos disseram que foi ao Rio de Janeiro, mas também não conseguiam falar com ele.

Em 1º de novembro de 2011 fui surpreendido com uma ligação sua, de um número que eu desconhecia, dizendo que tinha ficado aquele tempo todo em São Paulo. Nosso contato se intensificou bastante novamente, e o que descobri sobre aquele período e o desfecho de sua trajetória pessoal são reveladores das mudanças recentes na região da rua 25 de Março em especial e no centro paulistano em geral.

21 O que também foi narrado na história fictícia do terceiro longa-metragem de Yu Lik-wai, *Plastic City* (produção de Brasil/China/Japão, 2009), que se passa em São Paulo e apresenta uma narrativa sobre a presença de chineses na cidade. Há cruzamento de drogas, prostituição e relações de poder no interior de casas de prostituição. O filme pretende retratar o mote, que é anunciado logo na cena inaugural, “o produto é falso, mas o dinheiro é verdadeiro”, através da história de decadência de um contrabandista chinês traído por “peixes grandes” do negócio de que participa e da tentativa de seu discípulo e filho adotivo de livrá-lo de problemas mais graves. Yu Lik-wai teve seus dois primeiros longas selecionados pelo Festival de Cannes e participou como fotógrafo nos filmes do renomado diretor chinês contemporâneo Jia Zhang-ke.

Depois de sete anos trabalhando na região, no Shopping Mundo Oriental e a maior parte do tempo na Galeria Pagé, quando testemunhou lucros altos com as vendas nos boxes e obteve ele próprio renda relativamente elevada, decidiu se empregar na pastelaria de um amigo no Campo Limpo, bairro afastado no sudoeste paulistano; ele insistia em dizer que se tratava de uma ajuda que prestava ao amigo. Mesmo perguntado várias vezes, ele simplesmente ignorava meu questionamento de por que teria “sumido”, desativado os chips dos telefones celulares e não respondido aos e-mails. O tom misterioso de seu sumiço e de sua nova aparição, bem como a tentativa de se desvencilhar desse assunto, sugerem-me que tal período de invisibilidade foi desejado.

Quando ele voltou a estabelecer contato, percebi que eu era alguém em quem ele, de alguma forma, confiava, o que mediava nossa relação de amizade. Um interesse especial na reaproximação: ele queria um sócio em seu novo empreendimento, vender celulares pelo interior paulista, atendendo frequentemente uma clientela esporádica em várias cidades da região, sob encomenda ou a partir de seu oferecimento. Podendo intermediar seu contato com os clientes, eu parecia complementar as habilidades que lhe faltavam para levar a cabo o projeto, enquanto ele possuía as chaves de entrada nas delicadas práticas de importação de seus contrerrâneos em São Paulo.

Ele não escondia o desejo de sair do alvo localizado que era a região central de São Paulo, mas não queria continuar com a baixa renda que obtinha na pastelaria e a opção de ofertar itinerantemente seus produtos diretamente para a clientela de fora da capital reunia os dois benefícios que ele esperava: a lucratividade do setor e o desvencilhamento das práticas perigosas do centro, seja pelo enfrentamento com o Estado e as difíceis negociações das “mercadorias políticas”, seja pelos conflitos e pelas disputas com os envolvidos no dispositivo comercial ancorado na região.

Ainda que ele não se mostrasse aberto a esse tema (sendo ele certamente o informante que menos evitava assuntos delicados dele ou dos demais chineses antes de ter deixado a Pagé), sua saída do comércio do centro para a pastelaria na periferia aparentemente significava a necessidade de abandonar sua atividade anterior, de se desligar de suas redes e daquele lugar sem deixar rastros. A tentativa de deixar o emprego provisório era a vontade de restabelecer uma atividade lucrativa novamente, longe das galerias.

Logo depois de revê-lo, ele me propôs que viajasse com ele a Sorocaba para rever um amigo e levar uma encomenda. Creio que ele tentou testar a possibilidade de que eu pudesse de fato “entrar no negócio” com ele. Noutra ocasião, depois disso, quando havíamos combinado um jantar em um restaurante próximo à estação de metrô Liberdade, surpreendeu-me, assim que o vi, dizendo ter um compromisso rápido a fazer e perguntando se o poderia acompanhar. Fomos e voltamos de táxi a um pequeno galpão na rua Washington Luís, de onde ele saiu com duas sacolas cheias de aparelhos celulares de diversos modelos.

Após outras experiências nesse sentido, ele mudou-se, em 27 de janeiro de 2012, provisoriamente para a casa de um amigo em busca de nova atividade. Somente depois de chegar ao destino, ele soube que era Niterói e não o Rio de Janeiro, como acreditava antes. Pelas últimas notícias que tive dele, ainda pensava em um trabalho rentável que pudesse realizar com seu português limitadíssimo, continuava a morar com o amigo em sua casa e dizia esperar minha visita...

2.3.2 Michele

Michele chegou ao Brasil em setembro de 2003 e retorna frequentemente para a China. Deixou a cidade de Wenzhou (província de Zhejiang) com um irmão e uma irmã. Não conheciam ninguém em São Paulo, mas fizeram contato com pessoas da rede de relações de um amigo que retornara para Wenzhou contando histórias de uma trajetória de enriquecimento e sucesso na região da rua 25 de Março, depois de ter passado, com êxito menor, por Taiwan e Moçambique.

Quando vieram, trouxeram um bom capital que foi revertido na abertura de uma pequena loja de presentes e artigos de decoração na rua Cavalheiro Basílio Jafet. Devido aos investimentos, eles conseguiram visto temporário de residência no Brasil, que Michele já renovou sem problemas. Não demorou muito e a irmã retornou para a China. Depois, ela e o noivo, chinês que conheceu no Brasil, abriram um boxe no Shopping Mundo Oriental. Já tiveram outros boxes em momentos diferentes na Galeria Pagé, no Shopping 25 de Março (unidade rua 25 de Março) e o último box que tiveram está a cargo do irmão dela, onde trabalha também um funcionário brasileiro e se vende celulares e bolsas falsificados.

Michele e o noivo retornaram por quatro meses para a China no início de 2010 para se casar e deixaram outro irmão dela na “gerência” do negócio, vindo especialmente para assumir essa responsabilidade, e que agora se divide entre São Paulo e a cidade de Americana, no interior paulista, onde ele revende os produtos para camelôs e lojas.

O marido de Michele tem também uma exportadora de pedras brasileiras. Raramente está nos boxes e viaja frequentemente a Minas Gerais, onde compra as pedras, sobretudo ardósia para piso; à China, à Índia e a Bangladesh, para onde as exporta; e à Itália, onde faz negócios e se informa sobre as tendências atuais.

No final de 2011, eles “repassaram o ponto” comercial no Shopping Mundo Oriental ao irmão de Michele e passaram a se dedicar apenas ao comércio de pedras brasileiras.

2.3.3 Shirley

Shirley está no Brasil há cinco anos, mas sua trajetória recente rende muitas histórias. Vinda de Guangdong juntamente com uma prima para trabalhar para alguns familiares desta que estavam em Ciudad del Este, ela deixou a prima, o emprego e a cidade assim que pôde conseguir uma oportunidade de trabalhar em São Paulo. Através de um chinês que deixava Foz do Iguaçu pela capital paulistana, que ela havia conhecido na escola de português que frequentava, pôde entrar em contato com outros chineses e veio trabalhar no boxe de um deles no Shopping 25 de Março. Ela nunca regularizou a situação de estrangeira no país.

Trabalhou 14 meses para esse patrão, com quem se desentendia sempre, até que não foi mais trabalhar. Procurou emprego na região e logo percebeu que isso seria difícil nas lojas, apesar de ser essa a sua preferência: nelas há apenas funcionários brasileiros, mesmo quando o proprietário é chinês. Começou a trabalhar num boxe naquela mesma galeria, mas dois meses depois resolveu tentar se estabelecer como ambulante. Sua estratégia era negociar os preços do que comprava com colegas, com base na amizade, e

revendê-los na rua: bugigangas eletrônicas de todo tipo: canetas, binóculos, relógios, *pen drives* etc. Assim, virou proprietária de seu negócio, ao seu modo.

Após a presença ostensiva da Polícia Militar (PM) na região, desde novembro de 2009, ela viu sua atividade tornar-se cada vez mais difícil. Sua nova estratégia: explorar diariamente seus contatos para saber como, quando e com quem trabalhar. Diariamente ela sai de casa e não sabe como vai ser o dia; então começa a procurar, de conhecido em conhecido, atividades que possa fazer para as quais eles precisam de ajuda. Na maior parte das vezes, fica atrás do balcão como uma funcionária regular, “segurando as pontas” para o proprietário quando este quer sair ou quando há muitos clientes; outras vezes, busca e leva produtos do estoque para os boxes, ou de uma a outra galeria quando falta algo.

Às vezes perambula o dia todo, anunciando os produtos de algum boxe próximo, e desse para outro e outro, para as pessoas que passam apressadas, e reclama uma comissão no fim do dia. Shirley, que não completou o equivalente ao ensino médio na China, não fala português a não ser o necessário para anunciar os produtos e preços, mas faz de sua voz seu trabalho, e da desinibição um modo de cativar o cliente – “jeitinho brasileiro” já lhe ensinaram a falar, embora ela não conseguisse explicar exatamente o que seja.

Desde o começo de 2011, não a vi mais. Como não tinha informações que a pudessem localizar, perdi o contato com ela.

2.3.4 Paulo

O caso de Paulo é emblemático sobre a mobilidade de pessoas e produtos realizada por redes e potencializada por artefatos tecnológicos, assim como sobre as feições ambíguas que a noção de solidariedade étnica tem nas migrações contemporâneas e, ao menos no caso da migração chinesa internacional, uma mescla de ajuda econômica mútua e exploração. Ele deixou Xiaman (na província de Fujian) pelas mãos de atravessadores, que lhe arrumaram tudo – “vim sem passaporte” – e o embarcaram em navio pelo Pacífico com destino à Colômbia, via Panamá. Pagou-lhes 15 mil dólares, que foram redistribuídos aos intermediários deste país e do Brasil, seu destino final. Os riscos corridos por ele foram muitos, e os aprendizados e contatos feitos lhe renderam “frutos” econômicos, pois hoje revende parte de suas “importações” na Colômbia, onde, segundo ele, não há tanta chegada de produtos chineses. Nunca mais esteve no país vizinho, e suas relações com os colombianos são todas virtuais; já à sua terra natal, retornos de negócios são relativamente constantes.

Ele próprio é um “contato” para os intermediários chineses ou colombianos, que recomendam seu nome aos recém-chegados – a preços altos já incluídos no pagamento inicial da travessia. Morando em São Paulo desde maio de 2009, ele já recebeu quatro chineses, um dos quais lhe pagou pelo aluguel da sala até se estabelecer em sua moradia; todos trabalharam dois meses na loja de Paulo em troca desse acolhimento. Segundo Paulo, eles se sentem gratos pela recepção, mas nenhum deles mantém vínculo cotidiano com ele atualmente. Víamo-nos pouco e mantemos contato relativamente baixo.

2.3.5 Yolanda

Não a conheci através do método utilizado nas idas a campo durante a fase exploratória, mas porque fui buscar por informações junto ao Jornal Chinês para a América do Sul. Ela trabalha como redatora e veio da China certa do emprego. O jornal é um dos casos em que o governo chinês, através de suas embaixadas, financia veículos semioficiais de comunicação com os ultramarinos: é um órgão fomentado pelo setor cultural das representações governamentais do Estado chinês. Ela buscou essa vaga porque seus pais já estavam em São Paulo, inclusive contou com a ajuda deles para entrar em contato com a direção do jornal para se oferecer ao emprego. No começo estive mais interessado nos conhecimentos que ela poderia ter sobre os demais chineses e apenas gradativamente passei a prestar mais atenção à sua trajetória pessoal e familiar.

Vinda de Shanghai, ela está no Brasil há seis anos e, desde quando chegou, divide sua jornada de trabalho entre manhãs no jornal e tardes na empresa de seu pai. Tanto ela quanto os pais vieram com visto de trabalho temporário e o renovam sempre no prazo. Seus pais chegaram ao Brasil oito anos antes e inicialmente abriram um boxe no Shopping 25 de Março (unidade rua 25 de Março). Alguns anos depois, eles abriram uma empresa de comércio exterior, localizada próxima à avenida Paulista, a caminho do bairro Ana Rosa. Trata-se de um pequeno escritório de exportação e importação, focado na China, de um lado, e no Brasil, no Paraguai e na Argentina, de outro.

Quem olha para as funções ocupadas por Yolanda e seu pai, a localização dos seus empregos, as roupas que vestem, os restaurantes que frequentam etc. não pensa que anos antes ele trabalhava num local apertado e abafado, lidando com uma multidão de clientes, vulnerável à intimidação fiscal e mesmo à extorsão policial. Mas não se trata apenas de uma trajetória de sucesso econômico e mobilidade social de um migrante: primeiro, porque ele veio para cá com bom capital (o que possibilitou o aumento de suas riquezas com o comércio desde São Paulo) e ela, com ensino superior completo; segundo, porque eles ainda têm o boxe naquela galeria, e ali trabalha diariamente a esposa e mãe.

Yolanda e sua família são um caso emblemático de cruzamento e embaralhamento das práticas (i)legais e (in)formais. Esses três personagens reais demonstram como há um *continuum*, e não dois lados imiscíveis, entre a legalidade–formalidade do trabalho de editoração de Yolanda e a ilegalidade–informalidade do comércio de sua mãe, passando pelo trabalho de seu pai, de onde supostamente todas as importações saem com nota fiscal, mas cujas características anteriores são difíceis de serem reconstituídas (o eventual histórico “sujo” desses produtos acaba sendo “limpo” ao sair da importadora), além de serem, em parte, cópias ou produtos falsificados.

2.4 SEGUIR, MAPEAR, RASTREAR

Esta pesquisa tentou levar a cabo o imperativo de seguir, rastrear e mapear enquanto método de pesquisa (MARCUS, 1995, p. 105; PERALVA; TELLES, 2008). O aprofundamento das relações com os informantes especiais foi uma forma de buscar os traçados e contornos das práticas dos “sujeitos de pesquisa” e possibilitaram um modo de seguir sua biografia social. Outras formas de seguir foram também importantes modos de construção e problematização, e inicialmente compuseram as aproximações exploratórias do objeto de pesquisa em construção.

2.4.1 Seguir pessoas: residência, trabalho e lazer

A região da rua 25 de Março concentra parte significativa dos chineses de São Paulo, e é fácil encontrá-los durante a jornada de trabalho. Mas, quais os locais por onde passam os chineses em seu cotidiano? Saber onde moram (se é que há uma concentração residencial tal como há uma localidade profissional), em que locais se divertem e por onde passam exigia segui-los. Quase todos os dias em que fui a campo, chegava antes de abrir o comércio ou então permanecia até depois de seu fechamento: era importante captar a dinâmica do começo e término das atividades diárias.

Em sua maioria, os chineses – comerciantes e funcionários – chegam a pé (as regiões da Sé e em direção à avenida Tiradentes parecem ser locais de relativa concentração residencial), de metrô ou, em menor proporção, de carro. O fim do expediente de trabalho não marca necessariamente o retorno para casa, e muitos deles vão até a Liberdade, especialmente aos restaurantes.

Os restaurantes da Liberdade são também uma extensão das relações entre patrões e empregados e das trocas monetárias: era frequente ver um chinês retirar do bolso tufo de notas para repassar a outro (na minha frente, sem embaraço algum, ou nas mesas ao lado). Os pagamentos ali feitos são vários: repasses dos lucros diários, remunerações pelo trabalho prestado, pagamentos de aluguéis e de produtos comprados com base em relações pessoais. Poucos chineses, como muitos outros migrantes, têm conta corrente aberta em bancos, em parte decorrente do fato de muitos não estarem regularizados como estrangeiros. Andar com os bolsos cheios de notas e guardar dinheiro em casa são práticas comuns que contrastam com o fato de invariavelmente repetirem o discurso de que São Paulo é uma cidade extremamente violenta e insegura. Nas delegacias do centro da Capital, não há registros de ocorrências de furtos, assaltos ou sequestros (a decisão por não registrá-las também pode ser decorrência da situação irregular de estrangeiro), mas há quem afirme que os relatos de extorsões e outras violências são muitos – às vezes cometidos por outros chineses (FOLHA DE SÃO PAULO. “Reclusa e discreta, colônia chinesa se espalha por SP”, de 26 de setembro de 2010).

2.4.2 Seguir produtos

“Carrinhos de mão” abarrotados de caixas mal empilhadas tornaram-se um dos meus alvos favoritos nos primeiros meses de pesquisa. Mas, desde o início, foi também

possível perceber a existência de um trânsito frenético de sacolas entre as galerias e dentro delas (nos corredores e caindo dos andares superiores...). Seguindo as caixas e sacolas, tem-se algumas das pistas para compreender a dinâmica do comércio da região em várias escalas.

A distinção entre caixas e sacolas – durante o horário comercial – revela distinções de escala de comércio e de origem e destino desses produtos, sobretudo quando se comparam as galerias de comércio e as lojas varejistas, de um lado, e as atacadistas e distribuidoras, de outro.

As sacolas são para os comerciantes das galerias (e aparentemente isso vale não apenas para os chineses) a maneira mais rápida de se reabastecer de produtos, fruto da dificuldade de manter o estoque no próprio estabelecimento comercial, participando da comunicação vitrine-estoque, bem como da frequente dinâmica de troca e revenda entre próprios comerciantes. O *nextel* é a ferramenta favorita nesses casos: a comunicação via rádio por esse aparelho não para durante parte alguma do dia. Quando um proprietário possui mais de um boxe, há uma troca permanente de mercadorias de um a outro, até o momento em que se torna imperativo ir à importadora para reabastecer os negócios. O mesmo acontece entre dois ou mais comerciantes: através do *nextel*, tratam de saber quem tem o produto disponível e os intercâmbios são feitos, enquanto esperam a chegada da mercadoria vinda das importadoras.

O espaço interno das galerias não permite o trânsito de muitas caixas no horário comercial. Isso é feito em boa medida nas ruas, sendo que as mercadorias são colocadas em sacolas e levadas para os boxes das galerias. As caixas chegam aos depósitos da região por meio de caminhões. Há vários desses depósitos no entorno imediato. Assim, por exemplo, uma rua paralela à 25 de Março tem uso quase exclusivo para o abastecimento: a rua Comendador Abdo Schain tem mais caminhões e depósitos do que pessoas e lojas, algo que se torna comum nas adjacências da região, especialmente nas ruas além da avenida Senador Queirós, onde também há muitos depósitos que são tanto armazéns e estoques das lojas quanto galpões das importadoras.

Os locais de armazenamento são quase todos prédios antigos, cuja beleza arquitetônica contrasta fortemente com a deterioração de construções abarrotadas de caixas, com seguranças à noite e intensa circulação de homens com seus carrinhos de mão durante o dia. De lá, os produtos seguem para as lojas ou são embarcados em caminhões que se dirigem a cidades distantes no mapa, algumas fora das fronteiras nacionais – nesses últimos casos, os compradores possivelmente nunca estiveram na região e realizam as compras por telefone ou internet através de uma importadora ou distribuidora cujo escritório conta com poucos funcionários, que atendem seus clientes a distância.

2.4.3 Procurar empregos

Sugerir estar interessado em um emprego foi uma estratégia importante para compreender as dinâmicas entre os diversos personagens da região e as dinâmicas para além dos balcões e vitrines das lojas. Começou por acaso: um dos informantes telefonou-me para ofertar um emprego, depois de ter-me ouvido dizer que eu queria juntar dinheiro para comprar uma câmera filmadora – pretexto inventado no diálogo que mantive com ele dias antes para iniciar uma conversa sobre as transações comerciais das lojas. Logo percebi que essa é uma forma de entrar em contato com o que de fato fazem as pessoas

que trabalham na região. E foi por meio desse recurso que pude conhecer importadoras, lojas, estoques de loja e um galpão de distribuidora.

Além de recolocar alguns problemas de pesquisa em outros termos e despertar outros, essa estratégia contava com a descrição das funções de cada uma dessas atividades, de forma sintética e feita por quem ofertava o emprego. Assim, existem os funcionários, que é o posto geralmente mais cobiçado pelo trabalhador brasileiro típico que vai buscar emprego na região: são os vendedores em loja ou boxe que recebem uma remuneração mensal e raramente têm ganhos adicionais percentuais com a venda.

Diferentemente, um comerciante chinês em boxe que decide abrir “filiais” na região costuma remunerar adicionalmente os conterrâneos que assumem a responsabilidade desse novo ponto de comércio. Esse posto de trabalho não é, entretanto, oferecido ao público em busca de emprego em geral e é apenas reservado a amigos chineses ou a seus conhecidos de confiança através de redes sociais.

Outra atividade muito anunciada, para ofertar ou demandar emprego, é o “estoque”. Meus informantes sempre me preveniam das dificuldades dessa tarefa árdua e do cansaço físico no final do expediente por uma remuneração bastante mais baixa do que a recebida para trabalhar no balcão. Basicamente, são pessoas que trabalham abastecendo os caminhões nos galpões externos que funcionam como estoques das lojas e especialmente dos boxes. Frequentemente, lojas e boxes não têm espaço suficiente para armazenar seu estoque no próprio estabelecimento – o que é quase regra no caso das galerias, somando-se também a uma estratégia de manter poucos produtos que possam ser confiscados e servirem de provas de comércio ilegal quando das operações policiais. Através do contato privilegiado com informantes, pude chegar a três escritórios de pequenas importadoras que precisavam de funcionários qualificados, capazes de lidar ora com intermediários da logística, ora com recebimento de encomendas e compra de produtos.

Sobre a questão das relações entre o formal e o informal no mercado de trabalho da região, ao contrário do que se poderia supor, é imperioso nas lojas manter as relações de trabalho conforme a Consolidação das Leis Trabalhistas, com carteira de trabalho assinada. Na região há muitas oportunidades de vagas, para as quais a carteira assinada é imprescindível: trabalho árduo, mal remunerado, porém formalizado. Pelas falas dos que explicavam a função e o horário de trabalho, ficava sugerido que o contrato de trabalho era importante para evitar problemas com a fiscalização às voltas com as várias ilegalidades e irregularidades do comércio na região. Ao que parece, essa é uma situação que prevalece nas lojas de rua, importadoras e distribuidoras, em forte contraste com a situação das galerias, onde a carteira assinada é mais rara. Uma hipótese possível a ser explorada diz respeito aos modos de operação do poder fiscalizador. Aqui, a fiscalização parece não incidir diretamente sobre os lojistas, mas sim através da mediação da gerência da galeria e de uma configuração específica da negociação de “mercadorias políticas” e dos agenciamentos próprios aos mercados de proteção, conforme se discutirá no terceiro capítulo desta pesquisa.

2.5 ESBOÇO DE UMA TOPOGRAFIA SOCIOECONÔMICA

Esses modos todos de busca do desconhecido, sem saber ao certo mesmo o que procurar, renderam achados de pesquisa díspares, que configuraram certa topografia socioeconômica da região (que requer mais pesquisas específicas para sua completa compreensão).

Em primeiro lugar, embora seja aludido um processo de esvaziamento habitacional do centro paulistano de que a região é exemplar, ela é também pontuada pela presença de moradores peculiares. Conhecida no passado por seus sobrados, nos quais as famílias comercializavam na loja térrea e moravam no segundo andar, essas construções cederam espaço para o florescimento de atacadistas e galerias. Porém, há nas bordas dessa região um número grande de edifícios ocupados por movimentos de moradia, assim como inúmeros cortiços onde vivem brasileiros que parecem tanto trabalhar na região como noutros lugares da cidade. Igualmente, alguns desses prédios se tornaram cortiços exclusivos de chineses que, majoritariamente, trabalham nas galerias.

Peculiarmente um caso chama a atenção: há na rua Carlos Nazaré, entre o Shopping 25 de Março e o Shopping Mundo Oriental, dois condomínios bastante precários cujos moradores são chineses. São dois prédios, um de frente ao outro: o São Jorge, no número 286, e o Palacete Paraizo, no nº 301. Suas fachadas são de notável beleza arquitetônica, mas os edifícios estão largados à deterioração do tempo e da má conservação. Ambos têm um porteiro sempre à entrada, na calçada, controlando as idas e vindas e monitorando o espaço e, não raro, seguranças. Resta incerto como se dá o acesso a esse local de moradia, cujas vantagens são a proximidade do trabalho e, especialmente, a segurança física e comercial dos migrantes em situações de irregularidade, como estrangeiro e por conta de suas atividades comerciais, burlando a fiscalização.

Não conheci nenhum morador desses prédios e não foi fácil nem seguro buscar informações junto aos “porteiros”. As melhores pistas são os comentários dos trabalhadores nas lanchonetes vizinhas, que aventam que os arranjos desses moradores incluem, ao mesmo tempo, o aluguel do boxe e o abastecimento dos produtos que comercializam. Um “pacote de serviços” que fornece o mais importante para esse comerciante chinês: moradia, trabalho e produto. As intermediações e os jogos de poderes entre estes atores e aqueles que “fornecem” esse arranjo, se for verdadeira a impressão relatada pelos trabalhadores do entorno, podem guardar elementos dúbios de solidariedade e exploração, ajuda e aprisionamento.

Um segundo fator de descrição da geografia socioeconômica da região são as importadoras, as distribuidoras e os armazéns de estoque. São várias as dinâmicas entre importação, venda e estocagem materializadas na região. Muitas das empresas de comércio exterior são de chineses e ocupam salas comerciais em prédios na rua Carlos Nazaré e especialmente na avenida Senador Queirós. São escritórios de diversos tamanhos, mas quase sempre são comparativamente (aos atacadistas) pequenos: um local onde se vê poucas mesas e pessoas e nada mais.

O ambiente burocrático dessas salas comerciais é diferente dos espaços de distribuição e venda atacadista: grandes galpões ou andares de prédios comerciais em que as transações são volumosas, abastecendo os lojistas da região assim como os clientes de cidades distantes que esperam a encomenda chegar em vans e caminhões. Nesse sentido,

grandes lojas atacadistas famosas tornaram a rua Abdo Schain um ambiente de movimento de carga e descarga. A rua Maria Paula também abriga muitos galpões, mas dali os produtos têm seu destino mapeado pelos comerciantes da região: não se trata de estoques de lojas atacadistas, mas de locais onde são armazenados os produtos comprados pelas importadoras à espera de sua dispersão difusa para os comerciantes da região.

Nesse último caso, há o depósito de um tipo de comércio que não conta com um sistema de estoque na própria loja: nas distribuidoras e atacadistas verifica-se algo parecido com a lógica de armazenamento e distribuição dos andares de prédios comerciais que se tornaram depósitos. O local de estocagem também não se limita às funções de armazenamento, mas se confunde muitas vezes com uma dinâmica de compra e venda, pois frequentemente é uma espécie de local de estoque comum, o que acaba se transformando em um sistema de troca e revenda entre os próprios comerciantes para produtos que repentinamente acabam nos balcões.

Há uma interessante composição física vertical desses espaços: pontuar no mapa os locais todos das práticas socioeconômicas específicas requer uma diferenciação não apenas do número do imóvel na rua em questão como também do andar em que se encontra. Foi emblemática a “descoberta” de dois andares de estoque no Shopping Mundo Oriental, que não constavam da planta (O ESTADO DE SÃO PAULO. “Em novas mãos, Pagé quer banir pirataria”. 27 de maio de 2011). Ao caminhar por uma rua aleatória da região, em qualquer edifício mirado podem ser percebidos os diferentes usos dos espaços para atividades interligadas, mas distintas: uma janela de loja se avizinha de uma sala comercial transformada em estoque e abarrotada de caixas, com outra de escritório de algum tipo etc.

Em um edifício comercial coligado ao Shopping Senador, em que eu havia estado para conhecer duas escolas (uma de português para os recém-chegados, outra para crianças, a qual, além de ensinar a língua que os pais não dominam, reforçam o chinês aprendido em casa e mantém os filhos ocupados durante o horário de trabalho), havia no antepenúltimo andar uma empresa de importação onde fui “procurar emprego”. Sem querer, no elevador apertei o botão relativo ao andar de cima. Ao abrir a porta, tomei um susto pelo fato de não haver espaço para passagem, salvo um corredor vazio em meio a pilhas e pilhas de caixas. Curioso, sondei cada um dos andares e encontrei situação semelhante no último.

Como já foi mencionado antes, essa modulação dos espaços de atividades socioeconômicas que montam a topografia mutante do dispositivo comercial não se completa sem os serviços disponíveis à presença chinesa. Ademais, relaciona-se com uma economia urbana mais ampla que o próprio dispositivo comercial em questão.

2.6 A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA PELA CIDADE

A presença chinesa não se limita à região da rua 25 de Março. Ao contrário, espalha-se por vários pontos da cidade, sendo ainda mais pertinente ao que se relaciona com

a primeira grande onda migratória das décadas de 1950 a 1970. Residência,²² local de trabalho, circuitos de sociabilidade laica ou religiosa marcam uma dispersão pela cidade que não pode ser adequadamente chamada de errática.

Um local que teria sido preferido para residência, especialmente por migrantes taiwaneses, devido a redes migratórias, concentrando parte deles sem que isso resultasse em um predomínio étnico, foram os bairros Ana Rosa, Aclimação e Cambuci.

Já os muitos chineses do continente ter-se-iam espalhado inicialmente na direção sul da Liberdade, para os bairros de Vila Mariana, Saúde, Praça da Árvore e Santa Cruz. Conforme aumentava o sucesso econômico ainda dos primeiros migrantes nos anos 1960 e 1970, os bairros mais cobiçados tornaram-se Perdizes, Alto de Pinheiros, Pinheiros, Butantã, Itaim Bibi e Moema, além do Jardim Paulista.

Outro fator revelador da distribuição dos chineses pela cidade de São Paulo são as associações e instituições vinculadas a eles. Nesse caso, destaca-se a importância simbólica do bairro da Liberdade: tendo recebido poucos migrantes no começo da segunda metade do século XX, a identificação cultural com elementos da cultura oriental, sobretudo os ligados a ingredientes típicos da culinária chinesa devido à presença japonesa, fez do bairro uma espécie de âncora alegórica que logo se avolumou com restaurantes, karaokês e mesmo galerias de comércio abertas recentemente, intensificando-se com a chegada da segunda onda migratória cujo principal local de trabalho não dista muito mesmo a pé.

Por exemplo, o Centro Social Chinês de São Paulo, associação que celebra a cultura e eventos tradicionais chineses (e que tem um caráter político de oposição ao governo comunista na “questão de Taiwan”, a exemplo do papel que desempenhou o Centro Social Chinês do Rio de Janeiro a partir da década de 1950), foi fundado na década de 1960 e se situa até hoje no bairro, atualmente na rua Conselheiro Furtado, número 303.²³

Também se concentram na região os escritórios dos três jornais em língua chinesa do Brasil. Sediado atualmente no número 123 da rua São Joaquim, o Jornal Chinês para a América do Sul deu continuidade ao Jornal Chinês do Brasil, fundado em 1960 por um grupo de empresários. Foi rebatizado em 1993, quando um membro do Partido Comunista que trabalhava na capital chinesa em periódico sobre chineses no estrangeiro foi chamado para coordenar a edição brasileira, seguindo uma tentativa de aproximação do Estado chinês através da mídia impressa em vários locais do globo que receberam número expressivo de ultramarinos. Com uma tiragem de quase dez mil exemplares, circula de terça a sábado e é distribuído para São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraná, Pará, Ceará e Distrito Federal, além de chegar até a Argentina e o Paraguai (REVISTA

22 As informações sobre local de residência baseiam-se nos relatos dos informantes, nas entrevistas realizadas, na convivência ao longo desses últimos sete anos com migrantes chineses e nas histórias de vida de migrantes de relativa ou mesmo nula proeminência publicadas em reportagens de jornais e revistas (SHU, 2009; VEJA - SÃO PAULO, 1986; REVISTA PIUAÍ, 2007 etc.) ou no livro Baxi Huaren Geng yun lu [História dos imigrantes chineses no Brasil]. As histórias de vida de migrantes que se tornaram minimamente documentadas devido a suas contribuições para certa união da “colônia”, como a de editores de jornal, fundadores de centros sociais, mestres de kung fu, líderes religiosos, presidentes de associações culturais, especialistas em medicina chinesa, donos de lojas de renome ou restaurantes célebres etc., permitem pontuar o mapa disperso da distribuição geográfica dos chineses pela cidade e corroboram a hipótese de duas ondas migratórias distintas (a primeira nos anos 1950-1970 e a segunda iniciada na metade da década de 1990), marcadas por regimes de mobilidade diferentes.

23 Dois assassinatos seguidos, com o mesmo modus operandi, de diretores do Centro Social Chinês de São Paulo, em 1984, tiveram alegadamente cunho ideológico e responderiam a conflitos internos sobre a “Questão de Taiwan” (VEJA – SÃO PAULO. “O vasto mundo da China em São Paulo”. Dezembro de 1986).

PIAUÍ, “Dazibao! A guerra de ideias dos jornais chineses em São Paulo”, n° 11, 2007). As notícias publicadas são matérias internacionais editadas ligadas à imprensa oficial chinesa sobre a China continental, Taiwan, Hong Kong e Macau, assim como noticiário sobre o Brasil (as colunas mais lidas são sobre turismo e legislação brasileira); somente são publicadas notícias policiais quando há chineses envolvidos (REVISTA PROBLEMAS BRASILEIROS. “Brasil descobre a China e reforça laços culturais e comerciais”, n°368, 2005).

O Jornal Chinês “Americana”, editado na rua Galvão Bueno, número 724, foi fundado em 1983, tem circulação de sete mil exemplares também entre terças-feiras e sábados e é distribuído em cinco pontos da cidade (apesar de não ter um sistema de distribuição aos assinantes, muitos chineses de São Paulo e de fora recebem os exemplares através de um sistema paralelo de revenda). É um jornal originalmente ligado aos migrantes de Taiwan e exprime uma visão consoante com a manutenção dos status dos territórios chineses – uma postura antissecessão parecida com a plataforma atual do partido taiwanês *Kuomintang* (KMT).

No outro extremo, o Jornal Taiwanês, ligado ao movimento pró-independência do Partido Democrático Progressista de Taiwan, foi fundado em 2000, quando, pela primeira vez, foi eleito um presidente da República da China desse partido, reeleito em 2004.²⁴ Sua sede fica na rua Tomás Gonzaga, número 55, onde cinco chineses editam o semanal cujos exemplares, gratuitos, são distribuídos às sextas-feiras, nas lojas e restaurantes da região (REVISTA PIAUÍ, “Dazibao! A guerra de ideias dos jornais chineses em São Paulo”, n° 11, 2007). Embora as sedes desses três jornais sejam próximas entre si e concentradas na Liberdade, reforçando a ideia de que esse bairro tornou-se uma referência simbólica chinesa, a distância política e ideológica entre as publicações revela a formação de ligações culturais transnacionais que medeiam sensíveis problemas políticos na China.

Algumas associações culturais, centros de medicina chinesa e locais de prática de kung fu e *taijiquan* se irradiam do bairro a outros cantos da cidade. A Academia Sino-Brasileira de Kung Fu foi fundada em 1973 no bairro da Barra Funda, e a Sociedade Brasileira de Tai Chi Chuan e Cultura Oriental, em 1978 por um casal brasileiro. Localiza-se na rua José Maria Lisboa, em Pinheiros. Destaque-se, aliás, que esses elementos da cultura chinesa tiveram vários admiradores brasileiros ou estrangeiros, e são vários os centros e associações fundados ou frequentados por brasileiros, bem como são muitos os fundados ou frequentados por chineses.

Com relação à religiosidade dos migrantes chineses e da presença de diferentes religiões, pode-se dizer que a maioria dos migrantes vinha e continua vindo sem profissão de religião alguma. Não obstante, a chegada ao Brasil marca um contato inicial com diferentes religiões, que tanto pode significar uma adesão espiritual quanto uma participação em círculos de sociabilidade e acolhida.

Nesse sentido, a Paróquia Sagrada Família Missão Católica Chinesa, fundada em 1961, teve papel importante na acolhida de migrantes no porto de Santos e na tramitação da regularização da situação de estrangeiros entre 1958 e 1964. A missão já teve paróquias em Mairinque, em Ibiúna, num dos limites da cidade de São Paulo (a rodovia

24 As demais eleições livres depois do fim da lei marcial do governo do KMT foram vencidas por candidatos deste partido: a transitória de 1987 e a regular de 2008.

Raposo Tavares) e, na capital, na rua Gentil de Moura, Ipiranga. Desde 1958, há o ensino de chinês durante a semana e uma “escolinha” suplementar aos finais de semana. Houve, entre 1960 e 1963, uma escola regularizada junto ao Ministério da Educação, frequentada exclusivamente por chineses, com ensino padrão brasileiro e reforço de exatas, mandarim e cantonês. A única paróquia remanescente se localizava na rua Tabatinhuera, na Liberdade, e em 1968 transferiu-se para a rua Santa Justina, no Brooklin, em busca de reaproximar-se dos migrantes que buscavam residência nos bairros mais ao sul da cidade (essa mudança, por sua vez, também fez com que mais chineses desajassem residir nessas áreas).

Religiões orientais ligam-se à presença chinesa, em especial a Ordem Budista Fo Guang Shan e, depois, a Igreja Messiânica Mundial Johrei. A primeira foi fundada em 1927 em Taiwan e inaugurou em São Paulo o templo Zu Lai, em 2003. Já havia um centro de meditação que se localiza na Liberdade. Atualmente, há outro no Rio de Janeiro e um templo em Olinda desde 2006. Há também, em Foz do Iguaçu, um importante templo budista, não ligado a essa ordem; existe ainda outro templo budista na cidade vizinha Ciudad del Este, no Paraguai. Já a Igreja Messiânica Mundial Johrei iniciou-se no Japão em 1945 com a construção de “solos sagrados”; em São Paulo, há um templo às margens da represa de Guarapiranga, cuja construção teve início em 1991 – a presença marcante de taiwaneses faz com que sejam comemoradas nele datas especiais.²⁵

Se os chineses, em sua maioria, não confessam nenhuma religião antes da migração, e alguns aderem a religiões somente depois de chegar ao Brasil, há muitas igrejas evangélicas que atraem esses migrantes, algumas das quais foram fundadas por chineses ainda naquele país, outras já depois da chegada do migrante.

A título de exemplo, a Igreja Pão da Vida surgiu na China na década de 1940 sob influência de um pregador chinês, Pastor Shou, que teve de se refugiar em Taiwan por causa da perseguição religiosa. Após mais de vinte anos em Taipei, aquela única igreja começou a espalhar-se e hoje há mais de duas centenas dela em 67 nações; em São Paulo, já está há nove anos. A Igreja Pão da Vida da capital paulista ocupa o estreito terceiro andar de um prédio, sem indicação alguma na fachada, com acesso exclusivo pelo portão da garagem, no número 988 da rua Pamplona, no Jardins.²⁶

Já a “Igreja que está em São Paulo”, também fundada aqui por chineses religiosos que deixaram a China continental por Taiwan e depois vieram para o Brasil, conta com vários “Locais”,²⁷ o que reflete certa composição celular comum em algumas igrejas evan-

25 Informações recolhidas em www.templorzulai.org.br e www.solosagrado.com.br.

26 Dados colhidos em entrevistas feitas em pesquisa prévia. Algumas informações podem ser encontradas em www.ipvsp.org.br.

27 A “Igreja que está em São Paulo” designa de “local” cada um dos lugares onde se reúnem os fiéis, o que geralmente é chamado de “igreja” pelas outras religiões. A Igreja não possui um nome, visto que não há na bíblia uma designação para a Igreja dos seguidores de Jesus Cristo, e por isso se identifica sempre como a Igreja que está na cidade em questão. Seus espaços de reunião são identificados como um “local”: no caso de São Paulo são vinte locais, numerados de acordo com a cronologia de sua fundação. O principal “local” fica na avenida Corifeu de Azevedo Marques, Butantã, e abriga as reuniões dominicais animadas por brasileiros, outros nacionais (alguns coreanos que escutam o culto através de tocadores de MP3 sintonizados na frequência da tradução simultânea e latino-americanos) e chineses. Na verdade, nos últimos três anos, os chineses debandaram por razões de brigas internas e se encontram no local 7, um apartamento antigo da esquina das ruas Prestes Maia e Tiradentes, próximo ao cruzamento da rua 25 de Março com a Carlos de Souza Nazaré.

gélicas e sua boa adaptação à dispersão dos chineses pela cidade, sendo frequente esse tipo de organização também em outras igrejas evangélicas frequentadas por chineses.

Se esses elementos todos de dispersão geográfica pela cidade referem-se mais ao espalhamento dos chineses vindos nas décadas de 1950 a 1970, os chineses que chegaram mais recentemente também parecem apresentar uma distribuição que atinge diferentes pontos da cidade.

Há uma notável concentração da região de trabalho, mas que progressivamente se dilui devido aos que preferem deixar a região (ou nem chegam a se instalar economicamente ali), por causa do excesso de concorrência no centro paulistano e das recentes mudanças efetuadas pelos projetos intervenientes do poder municipal. A concentração residencial parece ter acompanhado, em menor razão, a concentração do trabalho, porém, antes mesmo da busca de novos postos de trabalho, parte dos chineses já morava em regiões mais distantes dali (não foi desprezível, ainda que pequeno, o número de relatos que informava a Zona Leste da cidade como local de residência).

Em muitos casos, a mudança do lugar de residência, e quando possível de trabalho, tem o sentido de expressar o sucesso econômico da atividade profissional. Os moradores da cidade testemunham uma repentina presença de alguma grande família chinesa na vizinhança, por vezes alcançando as regiões mais prestigiadas da cidade. Especialmente no entorno da avenida Paulista, dos dois lados, vários apartamentos de prédios cobiçados passaram a alojar famílias chinesas, geralmente um compartilhamento dos cômodos por toda uma família em termo estendido.

Em outros casos, mais raros, a dispersão pela cidade dessa nova leva de migrantes significa apenas a chegada de chineses a uma cidade que se tornou destino famoso dentre vários outros no horizonte migracional sínico, cujos projetos pessoais de deslocamento não incluem a intenção de se somar aos comerciantes do centro, e sim, timidamente, abrir pequenas vendas de bairro, pastelarias e lanchonetes pelos cantos da cidade ou comercializar verduras nas feiras mais tradicionais das várias vizinhanças. A “distância” entre São Paulo e várias cidades chinesas parece ter se encurtado para muitos chineses, e a possibilidade de fazer dessa cidade o local de ganhar a vida de diversas formas (que anima tantos migrantes brasileiros) chegou até as diásporas chinesas.²⁸

Há ainda um componente de ambiguidade entre visibilidade e invisibilidade na presença chinesa, misturado ao jogo de dispersão e concentração. A migração chinesa em São Paulo se tornou expressiva também dentre os demais fluxos de migrantes, o que se expressa em números, muitas vezes confusos por virem assim agregados. Além das estimativas, que são por definição aproximações imprecisas, apontarem para o aumento de chineses, outros números integram o jogo dessa presença.

Nas três recentes anistias do governo brasileiro, os chineses foram, atrás apenas dos bolivianos, o segundo grupo nacional que mais solicitou a regularização da situação estrangeira (9.940 na anistia de 1988 e 5.500 na de 2009) ou mesmo o grupo de mais solicitações (9.229 na de 1998) (ROLNIK, 2010). Apesar do alto número de solicitantes, é de se estranhar o fato de esses números terem sido maiores nas duas primeiras anistias

28 Reforçam a hipótese de uma dispersão espacial de chineses pela cidade os dados dos registros do cartão SUS (Sistema Único de Saúde) para o município, extraídos da base de dados do SIGA-Saúde (Sistema Informação Gerencial Ambulatorial da Saúde do Município de São Paulo). Esses dados – número de cadastros daqueles que pelo menos uma vez se registraram em alguma unidade parte do SUS, separados por nacionalidade e região administrativa da cidade – apresentam vc

do que na última, na contramão do fluxo estimado de imigração chinesa para o mesmo período. Nada indica que houve uma inversão do fluxo.

Contrariamente, o número de chineses que pede a regularização através do procedimento ordinário junto à Polícia Federal (PF) cresceu nos últimos anos, assim como o número de pedidos de visto nos consulados brasileiros na China.²⁹ Por um lado, pode-se imaginar que os chineses tentam mais modalidades ordinárias de regularização da condição de estrangeiro do que muitos outros grupos nacionais. Por outro, o número de chineses em situação regular ainda é muito pequeno com relação ao total estimado de migrantes, o que revelaria possivelmente um desinteresse pela regularização ou mesmo um interesse na clandestinidade. Essa ambiguidade também se relaciona com o fato de as duas ondas migratórias, de perfis distintos, imiscuírem-se uma à outra, especialmente no tocante aos negócios na região estudada: certa simbiose entre partes regularizadas e ilegalidades marca a interação entre chineses de ondas distintas e é necessária para a engrenagem comercial de suas atividades.

2.7 NOTAS CONCLUSIVAS

Este capítulo teve a intenção eminentemente descritiva, o que significa ao mesmo tempo armar um problema de pesquisa. Não se trata apenas de detalhar o observado no universo empírico pesquisado, mas também de fornecer as instigações postas pela etnografia realizada que geraram as reflexões mais robustas dos capítulos seguintes.

Dessa maneira, privilegiou-se a descrição não apenas do espaço inicial de pesquisa, como também dos modos como certas práticas sociais e econômicas dos migrantes ancoram-se na região estudada e para além dela.

Foi também objetivo deste capítulo descrever a própria entrada em campo e as chaves de acesso aos informantes, bem como a aposta de segui-los, mapeá-los e rastreá-los, inclusive a partir de um grupo de informantes especiais construído durante o percurso etnográfico.

No capítulo seguinte será exposto de modo mais analítico o papel dos migrantes chineses na circulação de pessoas e produtos chineses no comércio da região da rua 25 de Março.

29 Há uma escalada de pedidos de visto de trabalho para o Brasil por parte dos chineses. Segundo dados da Organização Internacional da Migração (publicados em parceria com o Conselho Nacional da Imigração, do Ministério do Trabalho e Emprego, no anuário Perfil migratório do Brasil 2009), em 2009, os chineses foram responsáveis pelo maior número de pedidos de visto de trabalho concedidos no Brasil do que todos os demais nacionais de países latino-americanos somados. O número de residentes que se declaram amarelos no país aumentou para 1,322 milhão de habitantes entre os Censos de 2000 e 2010 (eram menos de setecentos mil no primeiro censo). Dentre os fenômenos responsáveis por esse aumento, certamente estão o aumento do número de descendentes de asiáticos que se identificam como amarelos, o retorno de decasséguis do Japão depois da crise de 2008 e as migrações de vários asiáticos, inclusive chineses. Embora seja difícil mensurar a participação exata da migração chinesa nesses números, alguns indícios revelam sua magnitude: a região onde há maior proporção de população amarela é o Nordeste, sendo o Piauí o estado com a maior proporção de asiáticos, onde também os jornais revelam uma presença repentina de chineses, especialmente no comércio informal e no setor de restaurantes e lanchonetes (em números absolutos, a maior proporção continua no Sudeste). (O ESTADO DE SÃO PAULO. “Em 10 anos, País ganha 1 milhão de moradores que se declaram amarelos”. 23 de julho de 2011).

3 DISPOSITIVO COMERCIAL E MUDANÇA DE ESCALA: COMERCIANTES CHINESES NAS GALERIAS E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS *MADE IN CHINA*

Se o capítulo anterior cumpriu o objetivo de trazer notas do diário de campo para uma descrição mais pormenorizada da presença chinesa no comércio da região em questão, este capítulo se dedica especialmente a responder a questão sociológica que motivou a pesquisa, a saber: qual o papel dos comerciantes chineses nas galerias de comércio da região da rua 25 de Março.

Argumenta-se que a imensa maioria dos comerciantes chineses nas galerias são migrantes que chegaram recentemente a São Paulo, por volta dos últimos quinze anos, mas que o protagonismo, na década de 1990, de um número pequeno de sino-brasileiros já há muito tempo estabelecidos e descendentes de migrantes vindos nas décadas de 1950 a 1970 foi fator propulsor dessa recente migração massiva. O papel desempenhado por esses poucos migrantes estabelecidos ou seus descendentes caracteriza-se pela importação de produtos diretamente da costa sudeste da China e pela abertura das principais galerias de comércio, permitindo uma amplificada circulação de produtos e migrantes chineses na região. Tais atividades consolidaram uma mudança no dispositivo comercial em questão: a transformação do modo de abastecimento e venda dos produtos pela substituição parcial do circuito paraguaio de sacoleiros para a importação direta, que avoluma contêineres oriundos da região industrial chinesa, e pela proeminência da galeria como modalidade de venda varejista e atacadista.

Portanto, compreender os fatores que fizeram da presença visível de um grande número de comerciantes chineses nas galerias um dos acontecimentos mais impactantes do comércio popular e “informal” de São Paulo passa por desvendar a emergência dos fatores que propiciaram tal chegada avassaladora. E o primeiro fator reside nas mãos de poucos descendentes e sino-brasileiros da onda migratória do começo da segunda metade do século passado: trata-se da transformação do dispositivo comercial operada por eles. Assim, percebe-se que não se pode tratar os migrantes chineses envolvidos com o comércio da região da rua 25 de Março como um grupo homogêneo. Há uma multiplicidade de atores distintos cujas relações sociais são marcadas por clivagens internas, hierarquias, conflitos e solidariedades. Se o problema que primeiro animou esta pesquisa foi o surgimento recente de uma migração comercial massiva, a resposta para sua compreensão requereu o questionamento da ideia corrente de que se trata de um grupo fechado, homogêneo internamente.

Na medida em que o papel desempenhado pelo relativamente pequeno número de sino-brasileiros e seus descendentes foi a alteração da modalidade de abastecimento e venda de produtos na região da rua 25 de Março, foi preciso também traçar uma ge-

neologia do dispositivo comercial consolidado anteriormente e da mudança provocada por esses atores. Na década de 1970, começou a haver um circuito de importação que abastecia a região por meio do comércio de sacoleiros que adquiriam produtos em Ciudad del Este e de contrabando vindo do Paraguai. A mudança do dispositivo na década de 1990 – que se torna plenamente visível nos anos 2000 – é duplamente caracterizada pela passagem de um comércio de sacolas à importação por contêineres e por certa “galericificação” da região, em decorrência de transformações econômicas mais amplas no Brasil e na China e de um cenário geopolítico singular resultante da atual configuração do capitalismo globalizado. Assim, este capítulo recupera a emergência dos fatores que marcaram o dispositivo comercial da região antes e depois da presença massiva de comerciantes chineses, enquanto o próximo capítulo se debruça sobre as políticas adotadas na China com relação à industrialização e à migração.

Este capítulo começa por descrever a chegada de produtos chineses no comércio da região da rua 25 de Março, cotejando brevemente sua história com a da própria região. Em seguida, traça os fatores que fizeram consolidar o dispositivo comercial pelo circuito paraguaio de produtos taiwaneses e a alteração de tal dispositivo em direção à importação direta chinesa. Depois, tenta descrever os diferentes tipos de atores de acordo com os papéis distintos dos migrantes chineses nesse comércio. Por fim, mostra que as clivagens e hierarquias entre esses migrantes configura jogos de poderes situados, que envolvem também outros atores que não apenas os migrantes, como os demais comerciantes, os agentes do Estado e autoridades políticas.

3.1 PRIMEIRO PRODUTOS, DEPOIS COMERCIANTES

A região em questão é um enorme entreposto comercial atravessado por redes e circuitos transnacionais que fazem chegar até lá e escoar dali para longe uma quantidade maciça de produtos diariamente.³⁰ A presença chinesa vai dinamizar o já pujante comércio, provocando uma alteração de escala. Trata-se de uma região central para a economia urbana e transurbana, que se abastece nos últimos vinte anos majoritariamente de produtos resultantes da maior economia exportadora atual, a chinesa, trazidos num ritmo aceleradíssimo pelas mãos dos migrantes chineses.

Se, de um lado, a presença chinesa ganha uma escala urbana, na medida em que passa a compor-se em circuitos interligados da cidade, de outro lado, a própria economia urbana de São Paulo tem uma escala transurbana. A economia paulistana nasceu como um centro produtor e distribuidor de produtos que abastecia não apenas a cidade, mas também as regiões próximas e rincões mais distantes. A mão-de-obra migrante e a mascateação estão nos insumos vindos de fora da cidade e que foram necessários para a

30 A circulação diária de quatrocentos mil pessoas pode chegar a mais de um milhão em épocas de maiores compras, como o Natal. A região faturou 17,6 bilhões de reais em 2009 (enquanto, para efeitos de comparação, cada um dos 392 shoppings do Brasil lucrou em média cerca de cem vezes menos do que isso, totalizando 69,7 bilhões de reais) (O ESTADO DE SÃO PAULO, “25 de Março – A torre de Babel do consumo”, de 22 de setembro de 2010).

economia paulistana. Essa economia tem a vocação de ser um nó aglutinador de redes e circuitos que atravessam caminhos distintos.

A região da rua 25 de Março é paradigmática para entender essa interpenetração das escalas urbana e transurbana da economia paulistana. É um grande centro em que pessoas e produtos vêm de e vão para outras áreas da cidade, da região, do país; de e para outros países da América e da África.

Como explicava Fernand Braudel (1996) sobre a dinâmica constitutiva do capitalismo, há ao menos dois níveis de circulação comercial capitalista, um circuito inferior e outro superior de circulação de mercadorias. O primeiro, composto por mascates e realizado pelo comércio diário, pontual e varejista. O circuito superior de circulação de mercadorias compreende grandes rotas comerciais, o comércio externo e a produção destinada à exportação das grandes indústrias. Um nível não existe sem o outro: os grandes fluxos se ramificam em pequenas transações. Trata-se de uma miríade de práticas comerciais que se apresentam em diversas escalas e que, analiticamente, podemos distinguir não apenas por fluxos e volumes diferentes, mas também pelos modos de comercialização.

A história da região confunde-se com a história do crescimento da cidade, da chegada de imigrantes ao Brasil e do início de uma vida urbana comercial que unia atacado e varejo. Na virada do século XIX para o XX, a rua 25 de Março³¹ ganhou uma série de lojas do tipo armazéns, abertas por migrantes então sírio-libaneses,³² que atendiam o público consumidor e também os mascates conterrâneos que chegavam às adjacências pela estrada de ferro que vinha do porto de Santos. Dali, muitos vendedores levavam seus produtos para oferecer de casa em casa a outras áreas da cidade e, especialmente, do interior paulista, seguindo a continuação da estrada de ferro, construída para escoar a produção cafeeira e trazer mão-de-obra imigrante. Assim como as regiões vizinhas do Bom Retiro e do Brás, a rua 25 de Março atraiu um número de italianos e judeus, mas em pequena quantidade, se comparada aos que ficaram naqueles bairros ou à maioria de libaneses que ali estavam (TRUZZI, 2008a, p. 45). Alguns poucos portugueses estavam na região há muitos anos, com suas panificadoras e mercearias; paralelamente aos embutidos e conservas vendidos no Mercado Municipal, os japoneses introduziram, décadas depois, vindos em razão das turbulências da Segunda Guerra Mundial, a feira de hortifrutigranjeiros. Os principais produtos comercializados no início do século passado eram porcelanas japonesas e chinesas, cutelaria alemã, rendas suíças e francesas, casimira

31 A rua 25 de Março situa-se hoje onde antigamente era a várzea e o leito do rio Tamanduateí, por onde os primeiros desbravadores teriam chegado à vila originária da cidade. Após 1849, quando se tem a primeira retificação do leito do rio começada um ano antes, aquilo que viria a ser a rua começa a ganhar contornos mais claros. Chamada de Várzea do Glicério, Rua das Sete Voltas (por alusão às curvas do rio), Rua de Baixo (por alusão à parte baixa da cidade após a drenagem da várzea), em 1865 um decreto municipal altera o nome do local para rua 25 de Março, em homenagem à data da primeira constituição brasileira, ainda vigente à época, outorgada por Dom Pedro I em 1824, no início do Império. Em 1875 há a primeira revitalização urbanística na região, que estabeleceu as dimensões da rua e a numerou. Entre 1896 e 1914 houve a segunda retificação do leito do rio Tamanduateí, que adquiriu as feições que mantém até a atualidade, quando a prefeitura lança o plano de intervenção e revitalização da região (OLIVEIRA, 2010, p. 26-36).

32 Costuma-se contar que a primeira loja desse tipo, a Nami Jafet & irmãos, foi aberta em 1887. No final de 1893, eram cinco os armazéns de libaneses, além de uma mercearia de "patrícios". Em 1901, estima-se haver mais de quinhentas pequenas lojas (idem, p. 44-45; TRUZZI, 1993). Com relação à designação sírio-libaneses, segue-se aqui o termo utilizado por Truzzi para os momentos de configuração política, com dominações ou protetorados turco, britânico e francês, anteriores à independência síria e depois libanesa.

inglesa e outros produtos importados. Logo, a camisaria e os tecidos importados, mas cada vez mais nacionais, passaram a dominar a paisagem comercial da região.

A maior expressividade da presença chinesa pôde ser percebida primeiramente pela enorme quantidade de produtos *made in Taiwan* que chegavam a partir da década de 1970. Naquele momento, os produtos vinham da Ásia para o cone sul da América através do Paraguai. Não raro, os produtos que circulavam pelo centro paulistano naquela época tinham na etiqueta o registro de produto paraguaio: uma manobra para permitir a entrada de produtos (já que a importação de produtos taiwaneses não era permitida em números que excediam a baixa cota estipulada; a triangulação por países terceiros tampouco era permitida), o que fez com que a região da rua 25 de Março ficasse conhecida como um centro de venda de produtos paraguaios, quando na verdade eram taiwaneses.

Não apenas a partir da biografia dos produtos que chegavam e chegam a São Paulo, mas também da observação dos estabelecimentos comerciais se pode perceber uma grande transitividade entre (i)legalidade, (in)formalidade e (i)licitude, o que tornou famosa essa região paulistana nessa mesma época em que se estabeleceu o circuito paraguaio. Desde ao menos a década de 1960, a região passou a abrigar uma pletera de práticas diferentes que infringem as regulações, leis e normas: ocupação irregular do terreno, informalidade nas relações trabalhistas, presença de comércio ambulante não regulamentado, movimentação da indústria de falsificações e contrafações etc. Certamente, tornou-se famosa por ser um “mercado informal”, onde se compra produtos mais baratos sem dedução fiscal, e um ponto de venda de produtos “piratas” ou contrabandeados: uma série de “ilegalismos populares”, nos termos de Foucault (2007). Trata-se, ainda segundo a perspectiva do filósofo francês, de uma “gestão diferencial dos ilegalismos” que distingue os espaços, momentos e atores que podem violar as leis, em razão de ser aproveitável e produtiva, daquelas infrações que devem ser sancionadas.

Por longas décadas, Ciudad del Este, no lado paraguaio da tríplice fronteira Argentina–Brasil–Paraguai, foi a meca dos artigos variados a baixos preços que os sacoleiros e lojistas brasileiros iam buscar. Nos últimos vinte anos ou menos, sob efeito das reformas econômicas e da política de industrialização nas zonas econômicas especiais do governo de Beijing postas em marcha ao longo da década de 1980, são os produtos *made in China* que batem recorde de exportação e ganham as prateleiras do mundo todo, o que não é diferente na região pesquisada.

A presença de pessoas chinesas na região tem outra história, que especialmente nas últimas duas décadas se cruza com a dos produtos. Apenas com a migração chinesa mais recente é que essas pessoas passam a compor o cenário do entreposto comercial da região da rua 25 de Março. Já há indícios de que as novas migrações chinesas, nos quatro cantos do mundo, incluem alta circularidade e de que os circuitos percorridos se fazem segundo a lógica de revenda de produtos de baixo preço importados da China (ROULLEAU-BERGER, 2007, p. 11-14). Essa migração pós-reformas econômicas traz uma onda migratória para São Paulo na década de 1990, marcadamente inserida nesse comércio.

3.2 A ENTRADA DE MIGRANTES CHINESES NO DISPOSITIVO COMERCIAL

No caso mais recente, tem-se a chegada de migrantes impulsionados pelas oportunidades econômicas de sucesso profissional em consequência da venda de artigos produzidos na China. O que caracteriza os migrantes dessa realidade é o fato de planejarem suas idas e vindas em função das oportunidades em investimento mercantil da região central paulistana, tudo o mais podendo variar enormemente em suas biografias. Trata-se de uma “migração especulativa” que, a exemplo das corridas dos investidores por locais e momentos estratégicos nas bolsas de valores ou na especulação imobiliária, persegue oportunidades de comércio, e não raro compreende outros lugares além de São Paulo como possibilidades de investimento, seja anteriormente à vinda ao Brasil, seja concomitante aos negócios aqui, seja futuramente como uma expectativa de melhores retornos mercantis.

No entorno das ruas comerciais, há toda uma economia voltada para a presença chinesa, formada pelos bares, restaurantes e karaokês em que informações são trocadas, pagamentos são feitos, acordos são pactuados, dívidas são cobradas etc. Multiplicam-se as escolas de português para chineses, bem como os mercados que atendem especificamente esse público, como as agências de turismo, que agora concentram o envio de remessas, a venda de cartões telefônicos e uma intermediação com outros estabelecimentos na China que oferecem “pacotes” para aqueles que decidem migrar sozinhos (moradia, emprego, documentação para os que entram com visto de turista etc.). Essa articulação multifacetada forma uma infraestrutura localmente situada, que permite, antes de tudo, a presença de migrantes.

Quanto aos agenciamentos comerciais, eles estão ancorados em redes sociomercantis de tipos variados. Há as redes que articulam migrantes e seus conterrâneos, outras que ligam comerciantes e os “novos empresários industriais chineses”, além de uma miríade de intermediários. Essas redes podem (ou não) se sobrepor umas às outras, mas todas elas mantêm, reativam ou redefinem rotas comerciais e, por vezes, criam outras. Ligam lugares distantes como as regiões especiais de Taiwan, Hong Kong e Macau, as cidades chinesas de Shenzhen ou Yiwu, Ciudad Del Este no Paraguai, São Paulo, outras cidades brasileiras que se abastecem parcialmente nesse comércio etc. Essas redes estão ramificadas em caminhos múltiplos e por isso requerem, como parte imprescindível desse dispositivo, a concentração de vias de comunicação e transporte urbanas e transurbanas, regionais, metropolitanas, nacionais e transnacionais. Nesse sentido, o dispositivo comercial que essas redes compõem é também um centro aglutinador de redes mercantis rizomáticas.

Os migrantes inscrevem-se em um dispositivo comercial pré-existente à sua vinda e operam em seguida transformações que dizem respeito à escala da chegada e da distribuição de produtos. Um dispositivo anterior à presença chinesa, que a extrapola e é próprio da região em que está localmente situado, mas que se redefine a partir dessa presença.

Uma tentativa de buscar traços das genealogias desses dispositivos comerciais pode esclarecer a entrada dos chineses no comércio da região da rua 25 de Março.

A consolidação do circuito paraguaio nos anos 1970 e 1980, como proeminente modo de abastecimento de produtos no dispositivo comercial da região da rua 25 de Março, tem início com um circuito mercantil de importação de produtos no próprio país vizinho. Sem saída para o mar, o Paraguai aproveita-se de acordos de concessão de facilidades portuárias com o governo brasileiro nos portos de Santos (1941) e, especialmente, no de Paranaguá (1956) – este último realizado logo nos primeiros meses da ditadura nacionalista de Alfredo Stroessner, como parte do plano de obter uma ligação intermodal mais eficiente ao comércio marítimo. Tais acordos permitem que contêineres aportem nessas duas cidades brasileiras sem intervenção alfandegária nacional até o porto seco do lado paraguaio, constituindo uma ligação de fato do interior continental até o litoral. Na esteira do último acordo, ambos os países comprometeram-se com a construção, em seus territórios, de rodovias que ligariam Asunción a Paranaguá e decidiram pela realização conjunta da Ponte da Amizade entre Foz do Iguaçu e a atual Ciudad del Este, inaugurada pela primeira vez em 1961 e, definitivamente, quatro anos depois (RABOSSO, 2004, p. 17).

Ciudad del Este havia sido criada em 1957 por decreto presidencial, primeiro batizada de Puerto Flor de Lis e, em seguida, de Puerto Presidente Stroessner (e, depois, em 1973, renomeada Ciudad Presidente Stroessner até o fim do regime stronista). Em 1971 é estrategicamente tornada uma zona franca com vistas a aproveitar o fluxo de produtos.³³ A atual Ciudad del Este, mesmo recém-criada, cresce vertiginosamente desde então, animada também pela construção paraguaio-brasileira da Usina Hidrelétrica Binacional de Itaipu iniciada em 1975³⁴ e pela vinda de muitos migrantes internos.

A partir da década de 1970, Ciudad del Este torna-se então um importante polo de importação de produtos. Primeiro, pela passagem de importante fluxo mercantil de Paranaguá a Asunción, pela demanda local crescente e, especialmente, pela atração de lojistas e sacoleiros depois da transformação da cidade em zona franca – atualmente, é a terceira maior do mundo, atrás apenas de Miami e Hong Kong. Dentre os fluxos mercantis, começa a se destacar a importação de produtos taiwaneses, exatamente no momento em que a ilha se torna uma plataforma de exportação mundial conhecida por ser um dos primeiros Tigres Asiáticos.

A reorientação da política industrial taiwanesa reflete a manutenção do modelo capitalista pelo governo da ilha, mas agora preocupado com a escassez de investimentos depois que os Estados Unidos deixaram de reconhecer o governo de Taipei e investir na ilha, como efeito da guerra ideológica contra o comunismo, para, então, alinharem-se com o governo de Beijing. O reconhecimento do governo de Beijing pela maioria dos países do mundo na década de 1970 trouxe ainda uma outra característica que fez aumentar o fluxo das exportações de Taiwan para o Paraguai: este país manteve (e mantém

33 Rabossi (2004, nota 15) aponta para a dificuldade de compreender o regime de não-tarifação das importações na cidade, questão sobre a qual falta um estudo sistemático. Segundo ele, a primeira concessão de uma zona franca data de 1960, e inúmeras tentativas normatizadoras se sucederam até as leis 273 e 342 de 1971 determinarem a criação da Zona Franca Internacional, cuja exploração foi outorgada pelo poder executivo.

34 Kleinke et al. (1996, p. 29) afirmam que o crescimento da cidade ainda na década de 1980 era de 7,9% ao ano.

até os dias atuais) relações diplomáticas com a ilha, permitindo, assim, um fluxo migratório de tawaineses que ativaram redes sociais de comércio transnacionais.

O importante comércio da região da rua 25 de Março passa, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, a se abastecer também de produtos importados através do comércio de sacoleiros realizado em Ciudad del Este e do contrabando proveniente do território paraguaio, assim como do desvio de mercadorias, que se destinariam ao país vizinho, antes mesmo de chegarem a cruzar a fronteira.

Há uma transformação acentuada desse cenário nos anos 1990, que acarreta a mudança do dispositivo comercial da região da rua 25 de Março, ainda mais perceptível nos anos 2000. Tal transformação inclui mudanças nas políticas industriais, comerciais e migratórias chinesas, em um momento de tendências mundiais de liberalização comercial com a entrada de Brasil e China na Organização Mundial do Comércio (OMC), e resultam em um novo modo de abastecimento e venda de produtos na região da rua 25 de Março. Deve-se ressaltar que se mantêm as rotas comerciais e migratórias de Taiwan até Ciudad del Este e que ainda há um modo de abastecimento de produtos em São Paulo que passa pelo circuito paraguaio. Porém, a isso se adiciona um novo circuito de importações na região pesquisada do centro paulistano diretamente do sudeste da China continental, o qual substitui parcialmente o circuito paraguaio e ocasiona um aumento do volume comercializado. Ainda mais, permite o surgimento de galerias de comércio, onde se concentram os migrantes, como uma modalidade de venda destacada recentemente.

Em São Paulo, houve uma significativa migração chinesa nos anos 1950, diretamente da China continental nos anos seguintes ao estabelecimento do governo comunista, e nos anos 1960 e 1970, principalmente de outros polos que receberam migração chinesa. Somente quando a China torna-se um grande exportador de diversos tipos de produtos industrializados, na década de 1990, uma parte muito pequena desses migrantes passa a compor o dispositivo comercial da região da rua 25 de Março. Sua atuação, por outro lado, é protagonista da mudança desse mesmo dispositivo, perceptível a partir dos anos 2000.

Com a proeminência do líder político Deng Xiaoping na República Popular da China, a partir de 1978, houve uma considerável reforma de políticas, entre outras, econômicas. Especialmente, a criação de Zonas Econômicas Especiais, nas quais se propalou a industrialização chinesa através de uma abertura altamente localizada à economia de mercado, resultou, décadas depois, na elevação da China como o país de maior volume exportador. Ao mesmo tempo, houve uma flexibilização das migrações internacionais no país, inicialmente como medida de qualificação de mão-de-obra e atração de capital estrangeiro dos chineses ultramarinos e que depois passou a interessar devido ao caráter comercial da migração diaspórica chinesa atual. Um conjunto de medidas também modificou a severa política de fixação local e culminou no direcionamento do êxodo rural de trabalhadores migrantes para as regiões costeiras de industrialização. Um dos resultados gerais do cruzamento dessas diversas reformas foi uma sobreposição de rotas migratórias e mercantis chinesas, ativando um comércio que liga o sudeste chinês a várias partes do mundo.

De forma geral, o fim da Guerra Fria marca uma reativação do comércio internacional e o aumento do volume transacionado. No final do século passado, o governo de Beijing engaja-se em uma política externa comercial mais agressiva e em 2001 acede

à OMC, pactuando com compromissos de flexibilização mercantil e favorecimento do comércio mundial. No Brasil, a década de 1990 marca uma intensificação do comércio internacional e uma opção por adoções de medidas de liberalização econômica – o país é parte da OMC, por exemplo, desde que seu acordo de criação entrou em vigor, em 1995.

É nesse momento que o circuito paraguaio, o comércio de sacoleiros e o contrabando deixam de ocupar o lugar que tinham, e entra em cena um grande volume de importações vindo diretamente da China para o porto de Santos destinado à região da rua 25 de Março. Passa-se das sacolas aos contêineres. Os relatos dos informantes indicam que as importações chinesas no comércio em questão foram em grande parte impulsionadas pela criação de pequenas e médias empresas de comércio exterior por parte de sino-brasileiros ou filhos de migrantes vindos nas décadas de 1950 a 1970. Cada vez mais, os produtos chineses circulam nesse comércio: não apenas os migrantes os vendem, mas eles ganham grande parte das lojas e escoam delas para o resto do país.

Na década de 1990, outra alteração importante marca a mudança do dispositivo comercial: o surgimento das galerias de comércio como modalidade privilegiada de venda. Até a metade da década, a venda no atacado ocorria majoritariamente nas lojas, e a “ambulagem” respondia a uma clientela mais ocasional de varejo; a única grande galeria era o Shopping Pagé. Em 1994, é inaugurado o Shopping 25 de Março, localizado à rua Barão de Duprat e que no ano seguinte ganha uma filial a pouco metros, na própria rua 25 de Março. Em 1997, o Shopping Mundo Oriental abre suas portas. A partir de então, especialmente nos últimos anos, cada vez mais são abertas galerias de comércio, e vários estabelecimentos comerciais são fechados para ceder espaço a pequenas galerias, retalhando a antiga loja em diferentes boxes.

Também essa mudança teve nas mãos de migrantes chineses um protagonismo fundamental. Um chinês naturalizado brasileiro que chegou ao país ainda na década de 1960, Law Kin Chong, é proprietário do Shopping 25 de Março e, alegadamente, também do Shopping Mundo Oriental. Os informantes corroboram a observação etnográfica e afirmam que muitos dos proprietários das novas e menores galerias de comércio são chineses. Nas galerias há permissividade quanto a relações de trabalho informais, transações sem emissão de notas fiscais, revenda de produtos contrabandeados, falsificação e cópia de produtos etc. Para a maior parte dos migrantes chineses, em situação irregular no país, essa é a única possibilidade de entrada nesse comércio. Isso significa também que a abertura de galerias de comércio torna-se um elemento facilitador do acesso a esse comércio para o grande contingente de chineses que começa a chegar na década de 1990 a São Paulo. Aliás, resta obscuro quais são, se existem, as contrapartes a essa entrada, mesclando exploração e solidariedade nas relações sociais e nas redes migratórias.

A principal característica da mudança do dispositivo comercial é, portanto, o deslocamento do modo predominante de abastecimento e venda nesse entreposto comercial. Primeiro, a substituição parcial do circuito que passava pelo Paraguai e que por algum tempo se compunha de produtos taiwaneses para o circuito do Delta do Pérola, no sul da China, para São Paulo. Segundo, é o momento de surgimento das galerias de comércio como um modelo de vendas (FREIRE, 2008). Pode-se pensar as diferenças decorrentes da recente presença de chineses na região como a substituição parcial do esquema de comércio típico até então – que centrava o atacado em grandes lojas e o

varejo em lojas e na “ambulante” de rua – pelo aumento do comércio de produtos chineses nas galerias.

As pistas do trabalho de campo permitem-me arriscar a hipótese sobre tanto importadores quanto proprietários de galerias parecerem ser, em sua maioria, sino-brasileiros ou filhos de chineses vindos na primeira onda migratória, nas décadas de 1950 a 1970. Eles têm condições legais, conhecimento burocrático e recursos financeiros para alugar uma sala comercial ou um grande estabelecimento e abrir uma empresa de importação ou uma galeria de comércio. Dominam ambas as línguas, estão em situação regularizada de estrangeiro no país ou de brasileiro nato e podem recorrer a seus contatos no outro lado do globo. Vale dizer que sua condição de transnacionalidade (RIBEIRO, 2000) é acionada ao simultaneamente reivindicar a capacidade jurídica de abertura de negócios pelo direito adquirido de cidadão brasileiro e manejar o repertório cultural e as vinculações sociais que os ligam ao outro lado do globo.

O modo de inserção (ou não) no dispositivo comercial distingue os chineses de São Paulo entre si. A maioria dos que vieram na primeira onda migratória não se imiscui com o dispositivo comercial da região em questão, mas o papel essencial na alteração da escala desse comércio foi capitaneada pelos poucos migrantes desse fluxo e seus filhos. Quanto aos que vieram a partir da década de 1990, eles compõem a maioria dos chineses que ocupam cada um dos boxes das galerias e são um número muito maior do que os importadores ou os pouquíssimos proprietários de galerias. Assim, muitos chineses há décadas estabelecidos não participam dos negócios naquela região, enquanto alguns comandam negócios vultosos e poderiam ser vistos em alguns casos como empresários de negócios ilegais e ilícitos; outros, chegados recentemente, são comerciantes em boxes das galerias de comércio, lojistas ou empregados e dependem parcialmente da alteração do dispositivo operada pelos primeiros para exercerem suas atividades.

Os importadores e os proprietários de galerias são “operadores de escalas” [*scale makers*] no sentido de participarem dos processos de reestruturação urbana e regional de São Paulo, contribuindo como força de trabalho e principalmente como agentes históricos das transformações neoliberais para o reposicionamento da cidade no sistema econômico em termos de atração de capital, produção de riqueza e circulação de pessoas, coisas, informações, investimentos etc. (GLICK-SCHILLER; ÇAĞLAR, 2011). Eles causam uma mudança clara na magnitude das importações de produtos chineses – o que por si só permite uma alusão a uma mudança de escala; nesse caso, uma escala de volume de comércio. Essa mudança quantitativa implica também uma alteração da natureza dos fenômenos relacionados ao comércio, no sentido de deslocar certos atores, substituindo-os por outros, e então engendrar novos jogos de poder (alianças, beneficiamentos, tensões, conflitos, hierarquias etc.). A presença chinesa dinamizou a economia urbana de São Paulo, que sempre fora, e no tocante aos produtos chineses o é cada vez mais, também uma economia transurbana, ou pelo menos atravessada por circuitos transurbanos e transnacionais. Assim, houve uma mudança de escala do fenômeno ele próprio (REVEL, 1996).

3.3 MULTIPLICIDADE DE ATORES E OPERADORES DE ESCALAS

É preciso compreender que há uma gama de atores diferentes envolvidos, mesmo quando se quer restringir a análise apenas aos chineses. Esses diferentes “tipos” de atores relacionam-se das mais diferentes maneiras: solidariedade, complementaridade, competição, dependência, exploração etc.

O tipo mais recorrente entre os migrantes chineses é sem dúvidas o comerciante em boxe de uma galeria de comércio, um “pequeno empreendedor”. Parece haver uma variedade muito grande de perfis dentre os proprietários de boxes: várias províncias de origem, procedência tanto rural como urbana, diversos níveis de escolaridade, migração individual bem como em família, maior ou menor capital inicial trazido etc. O que marca esse tipo é o fato de ter, em geral, vindo recentemente ao Brasil e encontrado a possibilidade de locar um boxe em uma das galerias.

Muitos dos que vieram no começo dessa onda migratória recente puderam abrir seu próprio boxe. Outros, cujos momentos de vinda são ainda mais recentes, encontraram uma situação mais difícil, devido, grosso modo, à saturação desse mercado de trabalho ou porque não tinham os mesmos recursos, e se tornaram empregados daqueles. Além de chineses, há muitos brasileiros empregados por proprietários de boxes.

Outro tipo é o ambulante, o que é uma situação rara. São poucos os ambulantes chineses, especialmente em um momento em que há uma severa repressão à “ambulanteagem”. Na verdade, parece que mesmo anteriormente o seu número era bastante menor comparativamente tanto aos demais migrantes nas galerias quanto aos muitos ambulantes que antes ficavam na rua. As situações em que pude encontrá-los merecem atenção por sua especificidade e não por serem ocorrências típicas. O único momento do dia em que havia ambulantes chineses era durante a feira da madrugada que antecede a abertura das lojas e galerias, como uma estratégia complementar ao trabalho nos boxes: os poucos ambulantes chineses são comerciantes nas galerias que iniciam sua jornada de trabalho na feira. Houve um episódio singular e intrigante, por cerca de dois meses no ano de 2009: uma grande quantidade de ambulantes chineses tomou repentinamente o espaço das calçadas, e também subitamente “desapareceu”, para vender um tipo de carteiras femininas carregadas em malas de viagens (em vez de nas “mesas” feitas de caixa de papelão empilhadas, mais recorrentes, ou no pano estendido sobre o chão). Parecia ser uma forma de “empregado disfarçado”: talvez uma tática de venda dos distribuidores para utilizar uma mão-de-obra que apenas temporariamente se disponibilizou a fazer esse serviço.

Há também os lojistas. As lojas são estabelecimentos comerciais com acesso direto à rua. Embora haja entre eles chineses, a maioria dos lojistas é brasileira. Nas lojas comercializa-se também um pouco de tudo e talvez seja mais comum venderem brinquedos, bolsas ou bijuterias e acessórios, ou guarda-chuvas. Há grandes diferenças entre lojistas e comerciantes das galerias. O fato de ser lojista significa que a situação do chinês é regularizada, o mais das vezes porque o momento de sua chegada ao Brasil é mais antigo e porque ele tinha um capital inicial muito maior do que o dos comerciantes das galerias. Nesse sentido, pode-se esperar que os lojistas tenham, em geral, condições de vida melhores do que os proprietários de boxes. Por outro lado, os lojistas são alvos diretos da fiscalização dos agentes do Estado, não podendo contar com arranjos entre a

gerência da galeria e esses agentes. Para os proprietários de boxes, a presença da fiscalização do Estado, além de ser contabilizada nos pagamentos mensais pelo ponto, ocorre esporadicamente por meio das operações policiais. Através da observação etnográfica, pude perceber que nas lojas a presença policial é frequente, especialmente da Guarda Civil Metropolitana (GCM), o que sugere que a transação das “mercadorias políticas” é diretamente feita entre agentes do Estado e lojistas. Aparentemente, há mais rigor no cumprimento das obrigações trabalhistas nas lojas do que nas galerias.

Um tipo que se tornou relativamente comum nas últimas duas ou três décadas são os importadores. Os importadores são significativos “operadores de escala”: eles atuaram centralmente na operação de passagem dos sacoleiros para os contêineres como principal forma de abastecimento da região, na mudança do circuito paraguaio para o chinês.

Esses tipos podem transacionar escalas maiores ou menores quantidades de produtos. Muitos escritórios de comércio exterior movimentam grandes volumes de importações; por exemplo, segundo as queixas de comerciantes brasileiros nas galerias, especialmente após as intervenções municipais de combate ao comércio irregular, alguns poucos importadores são os responsáveis pelo abastecimento de produtos das grandes galerias. Outros escritórios parecem lidar com uma escala de importação menor, contam com poucos funcionários e abastecem pequenas lojas atacadistas e outros tipos de estabelecimentos. Ao longo da pesquisa etnográfica, quando “procurava” emprego ou quando entrava em contato com associações culturais chinesas, pude perceber que há escritórios de comércio exterior na região que ocupam todas as salas de um ou mais andares de prédios, enquanto outros são apenas uma pequena sala. Há também um tipo de importador que não é mais do que uma pessoa que, enquanto não consegue abrir seus próprios escritórios, importa esporadicamente contêineres, conforme consegue juntar um grupo de interessados em repartir a encomenda – nunca consegui informações sobre como conseguem efetivamente realizar essas importações.

Evidentemente, o volume transacionado por cada um desses tipos de importadores significa igualmente diferenças em termos de riscos e acertos diversos marcados por relações assimétricas entre migrantes, comerciantes e agentes do Estado.

As estratégias adotadas para diminuir os riscos quando do envolvimento com atividades irregulares parecem ser as mais diversas. Ao longo da fase exploratória da pesquisa de campo, eu havia procurado associações culturais de migrantes na região (de jovens chineses no Brasil, de kung fu, de medicina chinesa etc.), a fim de testar possibilidades de chave de acesso aos informantes e de começar a coletar alguns dados sobre sua presença. Em algumas ocasiões, percebi que o lugar que eu visitava, uma dita associação cultural, era na verdade a fachada para um escritório de comércio exterior, e o presidente ou diretor era um empresário, um importador.

Segundo o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos fatos relacionados à pirataria de produtos industrializados e à sonegação fiscal, conhecida como “CPI da Pirataria”, algumas associações culturais serviam de fachada para empresas de importação, uma das quais ligada ao nome de Miriam Law, esposa de Law Kin Chong, através de remessas para o exterior. De acordo com investigações da PF, Li Kwok Kwen, conhecido como Paulo Li, acusado de ser o maior contrabandista de celulares do país, valia-se de cargos em associações culturais, como a presidência de honra da Liga Nacional de Kung Fu, para se aproximar de chineses e, sobretudo, para disfarçar seu envol-

vimento com atividades ilegais (O ESTADO DE SÃO PAULO. “Chinês é apontado como chefe de contrabando de celulares”. 5 de maio de 2010).

O último tipo é o proprietário de galeria. As hipóteses a respeito desse tipo são também construídas a partir de pistas de campo e dos relatos dos informantes, bem como de relatórios oficiais e inquéritos parlamentares ou policiais. Mas, na verdade, resta pouco claro quem são os proprietários de galerias, um assunto nebuloso quando se trata dos negócios chineses na região. O relatório da CPI da Pirataria suscita a hipótese de que há uma organização criminosa envolvendo chineses e brasileiros que comanda os negócios das grandes galerias de comércio inauguradas nos últimos vinte anos. Uma série de irregularidades, em diferentes documentos da contabilidade das galerias sob investigação, indica que as pessoas físicas em nome de quem são registrados os negócios revezam-se em uma mesma empresa em diferentes tipos de registros oficiais. Além disso, cada uma das galerias, em vez de conformar uma empresa apenas, assume uma teia de relações jurídicas entre diferentes empresas e suas prestadoras de serviços que torna difícil rastrear seu exato responsável legal.

No caso das galerias mais famosas da região, há três diferentes cenários. Primeiro, a Galeria Pagé, a mais antiga, que permaneceu nas mãos de seu fundador, o migrante armênio Avedis Clemente Kherlakian, de 1963 até sua morte. A análise dos autos de uma ação requerida por Ricardo Clemente Kherlakian contra a empresa de seus próprios irmãos, responsável pela administração da Galeria Pagé, a Kher Empreendimentos e Administração Ltda,³⁵ permite verificar que a galeria foi motivo de uma disputa entre os herdeiros de Avedis, um litígio jurídico que durou anos e que apenas se resolveu recentemente com acordos entre os netos, que agora lideram a gestão da galeria. Segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo, essa geração de primos não apenas pôs fim aos problemas familiares da administração da galeria como também propôs uma série de medidas que combateriam a venda de produtos falsificados ou contrabandeados e anunciou a assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta para regularizar a situação das lojas, proposto pelo Gabinete de Gestão Integrada de Segurança da Secretaria Municipal de Segurança Urbana (O ESTADO DE SÃO PAULO. “Em novas mãos, Pagé quer banir pirataria”. 27 de maio de 2011), o que não foi depois noticiado pela mídia.

O segundo cenário refere-se a duas grandes galerias abertas por chineses na década de 1990 e que têm na figura de um único migrante chinês, Law Kin Chong, o alegado proprietário de fato. De acordo com o relatório da CPI da Pirataria, as pessoas responsáveis juridicamente pelos negócios ou são o próprio Law ou seus familiares ou ainda advogados brasileiros, “laranjas”. Terceiro cenário: há as galerias menores e mais recentes, que, conforme relatos de informantes, pertencem ou a brasileiros ou a chineses e descendentes nascidos aqui e cujo funcionamento supostamente não se envolve com o grupo de Law, embora seja especulado que haja ao menos ligações indiretas.

Uma dessas novas galerias, por exemplo, a Galeria Florêncio, foi aberta em 2010 e se localiza em um edifício que tem uma saída para um espaço (um estacionamento) que passou a abrigar a Feira da Madrugada da 25 de Março entre as sete e as nove horas, ou seja, entre o horário inicial da intervenção policial da chamada Operação Delegada e a abertura do comércio nas lojas e galerias. Pude perceber que vários dos ambulantes

35 Cujo número do processo é 583.00.2007.201152-1/000000-000. Disponível em: <http://quintoregistro.files.wordpress.com/2009/08/processo-583-00-2008-101477-7-fac-simile-do-processo.pdf>.

tes chineses que comercializam na rua durante a Feira da Madrugada e depois vão ao estacionamento guardam suas mercadorias nos boxes dessa galeria, que permanecem fechados, e então começam a jornada de trabalho no boxe de outra galeria. Esse espaço onde funciona todos os dias, por um período de duas horas, a Feira da Madrugada é um estacionamento localizado no meio do quarteirão limitado pelas ruas 25 de Março, Florêncio de Abreu, Carlos de Souza Nazaré e avenida Senador Queirós. Sua entrada é pela rua 25 de Março, mas há também acessos pelos subsolos das galerias Florêncio e Shopping 25 de Março.

Assim como o importador chinês é um vetor impulsionador da circulação de produtos *made in China*, o proprietário de galeria chinês opera um efeito semelhante com relação à comercialização de produtos chineses. As galerias tornam-se um local de venda no varejo e no atacado que cada vez mais cativa os compradores em busca de grandes quantidades para revender em outras áreas da cidade ou em outras cidades. Nas galerias, a maior parte dos produtos parece ser de origem chinesa. Além disso, alguns comerciantes e lojistas acusam as gerências das galerias, que supostamente são responsáveis apenas pela administração da locação dos imóveis, de importarem grandes quantidades de produtos.

Devido às redes sociais e a um modo de acesso ao aluguel dos boxes pelos chineses que ainda resta obscuro, pode-se imaginar que o fato de haver atualmente uma proeminência das galerias abertas por sino-brasileiros como modalidade de venda gera um efeito de atração de migrantes chineses, que conseguem então se inserir nesse lucrativo comércio. Nesse sentido, o proprietário de galeria torna-se um elemento que favorece também a presença migrante massiva. Aparentemente, cada uma dessas mudanças de escalas de circulação de produtos e de pessoas alimenta a outra mutuamente, criando um efeito ainda mais expansivo sobre essa mesma circulação.

3.4 REDES E JOGOS DE PODERES SITUADOS

Diante de uma gama tão variada de atores envolvidos, somente se poderia esperar que as hierarquias, as clivagens internas e as relações de poder estivessem presentes e fossem várias elas também. Do ponto de vista do argumento deste texto, aqui vão ser retomadas apenas algumas questões referentes aos jogos de poder reveladores das transformações marcantes da presença chinesa.

O comércio praticado nessa região traz a marca de uma composição variada de ilegalidades e irregularidades de vários tipos. Por isso mesmo, impossível compreender a dinâmica dessas atividades sem levar em conta os mercados de proteção e as práticas de negociação do que Michel Misse (2007) chamou de mercadorias políticas, envolvendo agentes do poder estatal. Transitando entre tolerância e repressão, a transação das mercadorias políticas compreende corrupção, troca de favores, compra de “facilidades”, acertos, práticas de extorsão etc.

As mercadorias políticas são entendidas como bens públicos privatizados por agentes do poder público que lançam mão de sua condição para oferecer privadamente

(mediante pagamento ou extorsão) aquilo que o Estado deveria garantir (MISSE, 2007). A apropriação privada desse poder do Estado, “uma fração privatizada e mercantilizada da soberania do Estado”, segundo o próprio autor (*apud* FREIRE, no prelo), resulta na constituição de um mercado de proteção: o provimento, o consumo e a transação de garantias, pagas de alguma forma (em espécie, em produtos, em favores etc.), de manutenção de práticas ilegais que de outro modo não seriam toleradas. São acordos tácitos entre os que infringem tais práticas e os que as deveriam reprimir, mas as permitem sob custo de alguma forma de remuneração.

Ponto central para o funcionamento desses mercados, portanto, é a relação dos chineses (e, evidentemente, dos demais atores) com os agentes do Estado, notadamente os fiscais da prefeitura, oficiais da GCM, da Polícia Civil e, cada vez mais importante na região, da PM; a PF, responsável pelo policiamento dos crimes de contrabando e sonegação, também tem participação importante na região, especialmente, nas intervenções, nos fechamentos de estabelecimentos e nas megaoperações. Não se compreende a informalidade na região observada se não se levar em conta a transação de mercadorias políticas e a “compra” de proteção para o exercício de práticas que se exercem sob graus variados de irregularidades e ilegalidades.

Além dos agentes do Estado, há também inúmeras autoridades políticas em jogo. E, se no caso dos agentes do Estado os arranjos envolvem frequentemente os atores da ponta mais baixa da hierarquia, como os lojistas e proprietários de boxes, assim como fiscais, soldados, cabos e sargentos, no caso das autoridades políticas, muitas vezes as “ligações perigosas” conectam importadores e proprietários de galerias com vereadores, deputados, senadores, membros dos gabinetes ou concursados do Judiciário. Os acordos entre os atores são jogos de poder perigosos, e a violência pode estar presente, mesmo nos casos mais pontuais, como nas cobranças de dívidas ou nos acertos de descumprimento de acordos entre comerciantes irregulares e “laranjas” que lhes “emprestam” o nome, que resultam em morte e são noticiados em jornais (O GLOBO, “Integrantes da máfia chinesa são acusados de matar comerciante na Grande SP, diz polícia”, de 18 de maio de 2011).

Um dos casos mais polêmicos sobre o envolvimento de autoridades políticas e o comércio em questão foi protagonizado por Romeu Tuma Junior. Ele foi da Polícia Civil do Estado de São Paulo, deputado estadual de São Paulo entre 2003 e 2006 e ocupou o cargo de Secretário Nacional de Justiça, do qual foi exonerado em junho de 2010. Assumiu a presidência do Conselho Nacional de Combate à Pirataria em 23 de abril de 2010; nada obstante, 19 dias depois ele foi afastado dessas funções devido à denúncia pela mídia de sua relação próxima e obscura com o chinês Paulo Li, o já mencionado ex-presidente de honra da Liga Nacional de Kung Fu que está sob investigação da PF.

Segundo o inquérito da PF sobre a Operação Wei Jin (trazer mercadoria proibida, em chinês) que investigava Li, ele ganhava dinheiro intermediando vistos para chineses ilegais. O chinês foi preso com mais 13 pessoas, sob a acusação de comandar uma quadrilha especializada no contrabando de telefones celulares falsificados, procedentes da China. Na ocasião, um assessor do Ministério Público paulista foi detido, suspeito de envolver-se com o vazamento de informações sobre operações policiais programadas (O ESTADO DE SÃO PAULO. “Chinês é apontado como chefe de contrabando de celulares”. 5 de maio de 2010.). Já contra Tuma Junior não recaíram acusações. O escândalo ficou em torno do fato de ele ter dividido quarto com Paulo Li em uma viagem e,

principalmente, das gravações de interceptações telefônicas em que Tuma Junior aparece como cliente de Li, encomendando celulares e um videogame. O irmão de Tuma Junior, Robson Tuma, foi membro titular da CPI da Pirataria.

Outro escândalo noticiado pela mídia aflorou quando se tornou pública a carta que Geraldo de Souza Amorim, antigo administrador da Feira da Madrugada do Brás, enviou ao prefeito Gilberto Kassab e aos secretários de Coordenação das Subprefeituras e de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho (que compõem a administração da Feira atualmente, agora a cargo da Prefeitura Municipal). Nessa carta, que a assessoria de imprensa da Prefeitura afirma ter recebido, mas não ter sido lida, há a denúncia do esquema de chantagem, ameaça e propina que envolveria políticos do Partido da República (PR), a saber, os deputados federais Valdemar Costa Neto e Milton Monti, de São Paulo, e o senador Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes à época do escândalo. No mesmo período, outra carta de Amorim tornada pública serviu de base para a denúncia do vereador de São Paulo Agnaldo Timóteo, também do PR (FOLHA DE SÃO PAULO. “Empresário relatou a Kassab cobrança de propina em feira”. 22 de junho de 2011). Depois disso, o subprefeito da Mooca foi exonerado do cargo. Em 20 de setembro de 2011, Amorim morreu depois de ter sido baleado dois dias antes por três homens.

Talvez a polêmica mais perene em torno do envolvimento de chineses no comércio de São Paulo seja a atuação do proprietário de galeria de comércio Law Kin Chong. Law nasceu em 1954 na China, veio ao Brasil pequeno e se naturalizou brasileiro. Desde 2008, quando foi preso pela terceira vez e teve seu pedido de habeas corpus negado pelo Superior Tribunal de Justiça, ele aguarda julgamento na carceragem da Superintendência Regional da Polícia Federal, em Brasília.

Law já havia sido objeto de inquérito da PF de São Paulo em 1997, em razão de acusações de contrabando, mas o processo está parado na Justiça desde 1999, e os desembargadores envolvidos foram afastados do cargo. Na primeira prisão do chinês (que somente foi possível depois de várias tentativas frustradas em virtude de vazamento de informação sobre a operação), foi detido também um “despachante” seu, acusado de participar de quadrilha de legalização de imigrantes chineses clandestinos.

O chinês naturalizado brasileiro é suspeito de ser um dos maiores contrabandistas do Brasil e facilitador da pirataria no país, mas a Justiça brasileira somente o pôde acusar, num processo que espera desfecho, de praticar corrupção ativa e de impedir o regular funcionamento da CPI que seguia suas pistas. A CPI da Pirataria, estabelecida em 30 de maio de 2003, descobriu conexões ainda não aclaradas entre Law e o contrabando de CDs do Paraguai ao Brasil, propriedades e transações que não correspondem à sua declaração de renda e envolvimento com negócios obscuros na galeria Shopping 25 de Março, de sua propriedade. Law esquiva-se, defendendo-se das acusações e afirmando que ele é apenas um empresário do ramo imobiliário, proprietário de galerias de comércio, e que não pode ser responsabilizado pela alegada atividade ilegal ou criminosa que os locatários de seus imóveis realizam.

O relatório de tal CPI ainda mostra o emaranhado de empresas e a troca de titularidade como táticas para despistar o Estado, as ligações de Law com seus irmãos (um chinês naturalizado, outro brasileiro nato), cunhados (com CPFs inválidos) e esposa, além de advogados e “sócios-laranjas” cujos escritórios eram sediados em prédios da região da rua 25 de Março, inclusive na Galeria Pagé e no Shopping 25 de Março. Traça ainda relações entre Law e um juiz federal e um delegado da PF.

O chinês naturalizado brasileiro parece ser também proprietário de outra galeria, o Shopping Mundo Oriental (O ESTADO DE SÃO PAULO. “Em novas mãos, Pagé quer banir pirataria”, de 27 de maio de 2011), sendo o proprietário das duas maiores e mais antigas galerias depois da Pagé. A esposa de Law dá seguimento às atividades do marido em sua ausência, trabalhando diariamente no Shopping 25 de Março (unidade Barão de Duprat), conforme os relatos dos informantes. Outras notícias na mídia sugerem que Law estaria por trás da abertura de novas galerias e persistiria buscando novos galpões (O ESTADO DE SÃO PAULO. “Law Kin Chong negocia prédio no Brás”, de 14 de maio de 2012). De qualquer modo, e mesmo na incerteza sobre a participação exata de Law nas galerias, parece ser plausível afirmar que ele teve um papel seminal no processo de abertura de galerias de comércio e ainda pode estar por trás da administração de novas galerias.

Sem as galerias de Law, as primeiras grandes galerias a ficarem repletas de chineses, os migrantes na região teriam que encontrar outro modo de inserção, provavelmente mais árduo, sem a intermediação e proteção encontradas ali, o que resultaria em um conjunto de desfechos de histórias migratórias particulares muito distinto do atual. Talvez o número de chineses que optasse pela região da rua 25 de Março como destino fosse menor, e sem as galerias de comércio – de propriedade de Law ou qualquer outra pessoa – é possível imaginar que os migrantes conseguissem se inserir em outros tipos de mercados.

3.5 INTERVENÇÃO PÚBLICA E MODOS DE CONTROLE COMERCIAL

Atualmente, parece estar em curso uma reestruturação dos grupos envolvidos e das influências de poder no dispositivo comercial em questão. Isso se deve não apenas à mudança qualitativa do modo de abastecimento e de venda dos produtos operada por importadores e proprietários de galerias, mas também à recente intervenção pública nos modos de controle desse comércio. Assim, diversos grupos de atores disputam espaços econômicos e políticos, em uma dança das cadeiras cujos ganhadores ainda estão se delineando.

No caso dos comerciantes chineses, a intensificação do controle nas galerias ocasiona aparentemente um movimento incipiente de abandono da região em favor de um aumento da presença no comércio popular da região do Brás (não parece claro se num ou noutro lugar há atualmente um dispositivo mais permissivo ao comércio chinês) e, principalmente, de uma crescente presença de chineses em outras cidades, assim como da substituição dessa atividade comercial por outros tipos de trabalho espalhados por São Paulo.

A intervenção do poder público na região insere-se em uma ampla “articulação das estratégias securitárias e militares ao espaço urbano” da gestão de Gilberto Kassab na Prefeitura Municipal de São Paulo (HIRATA, 2012). Trata-se, no geral, de uma militarização da administração pública através da nomeação de oficiais da reserva da PM para postos estratégicos em secretarias municipais, serviços públicos, defesa civil e, espe-

cialmente, nas subprefeituras: atualmente, apenas uma das 31 não é liderada por militar nomeado, desde a primeira nomeação, para a Subprefeitura da Mooca em 2008.

Essa lógica administrativa gera também uma série de intervenções municipais localizadas em nome da ordem pública e da segurança. Diretamente sobre a região incide o uso da força militar como meio de controle do comércio e de repreensão das irregularidades, através da chamada Operação Delegada.

A Operação Delegada é a intensificação do policiamento com a delegação de funções específicas à PM, implementada em 2 de dezembro de 2009. Com base na lei municipal 14.977, sancionada em setembro de 2009, a Prefeitura Municipal (por meio da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras) e o Governo do Estado de São Paulo puderam assinar um convênio pelo qual a PM estadual teria funções permanentes de fiscalização de ambulantes irregulares e apreensão de seus produtos na rua 25 de Março e adjacências.

A operação foi inicialmente pensada para a região da rua 25 de Março, embora se tenha espalhado para vários locais da cidade e mesmo para a região metropolitana. A prefeitura paga a remuneração adicional dos policiais, que em dias de folga formam o contingente a serviço na Operação Delegada, razão pela qual ela foi apelidada de “bico legal” ou “bico oficial”.

A atividade de fiscalização muda completamente quando operacionalizada pela PM. Os policiais militares passaram a desempenhar as funções originalmente dos fiscais da prefeitura. Desde 2004, ainda na gestão de Marta Suplicy, a GCM cumpre funções dos fiscais da prefeitura e divide com eles o controle da “ambulagem”. Mas é a partir da Operação Delegada que o recrudescimento do controle coíbe o comércio irregular. Segundo Hirata, isso tem duas razões: de um lado, porque o poder discricionário dos policiais durante o “bico oficial” aumenta ao concentrar também as atribuições legais dos fiscais e dos guardas civis metropolitanos, e, de outro lado, porque esse aumento é garantido pelo comando militarizado das subprefeituras, que organizam essas estratégias de fiscalização (HIRATA, 2012).

A política de intervenção no comércio irregular teve duas frentes distintas que se completavam: a Operação Delegada combinou-se com vários esforços de controle sancionados pela prefeitura e com operações de busca e apreensão comandadas pela Receita Federal sobre os espaços fechados, especialmente as galerias de comércio, que baniram a “ambulagem” não regularizada, deixando praticamente vazias durante o dia as ruas antes repletas de barracas.³⁶

A região pesquisada foi afetada por essas alterações, embora a região do Brás tenha sido a considerada prioritária pela administração municipal, com especial atenção à Feira da Madrugada, que agora passou a ser administrada pela Prefeitura. Além da presença da PM na região da rua 25 de Março, que afetou mais diretamente a “ambulagem” de rua, e das megaoperações que frequentemente ocorriam, houve um processo de combate à pirataria dentro das galerias. Uma a uma, as três mais antigas galerias foram fechadas para fiscalização e busca de produtos falsificados entre abril e maio de 2011.

³⁶ A prefeitura anunciou que, entre dezembro de 2010 e janeiro de 2011, foram apreendidos na cidade 37 milhões de produtos ilegais, avaliados em R\$ 1,9 bilhão, em 67 operações nos grandes estabelecimentos e mais vinte milhões de produtos irregulares (PORTAL DA PREFEITURA. “Operação apreende 46 mil produtos pirateados em shopping no Brás”. 30 de janeiro de 2012).

Depois disso, a gerência da Galeria Pagé decidiu anunciar seu comprometimento com o combate ao comércio irregular. Informou que assinaria um Termo de Ajuste de Condutas com a administração municipal e lançou o “Projeto Nova Pagé Outlet”, realizado por um serviço contratado da Rede Brasileira de Inteligência – grupo mantido por entidades empresariais com vistas à implementação de responsabilidade social nas empresas. A nova gestão da galeria tencionava passar a imagem de combate à venda de produtos falsificados ou de origem duvidosa, inclusive com a promessa de relatoria às autoridades públicas dos comerciantes que contrariassem as normas.

O Shopping Mundo Oriental, de onde 780 mil produtos falsificados avaliados em R\$ 400 milhões foram retirados na operação mais longa, que durou duas semanas, parece ter sido o mais afetado: as atividades ficaram interrompidas durante alguns dias da operação, e a entrada principal ficou fechada todos os dias, mesmo quando a entrada era permitida por uma pequena porta. Mais importante, segundo reportagem do jornal O Estado de São Paulo, após a operação foi descoberta uma espécie de andar falso onde se estocava parte das mercadorias comercializadas (O ESTADO DE SÃO PAULO. “Em novas mãos, Pagé quer banir pirataria”. 27 de maio de 2011). O resultado imediato foi uma enorme quantidade de comerciantes que abandonaram seus boxes. A situação de esvaziamento parcial dos comerciantes persiste ainda nessa galeria, assim como em menor medida na vizinha Pagé. A “recuperação” foi nitidamente mais rápida no Shopping 25 de Março; nas três galerias, os boxes regularizados passaram a exibir um alvará provisório nas estantes ou na vitrine.

No dia 30 de junho de 2011, um protesto em frente ao Shopping Mundo Oriental decorrente da demanda pelo restabelecimento da rotina de trabalho foi refreado pela PM com ação truculenta. Na mobilização, havia majoritariamente brasileiros e poucos chineses. No dia seguinte, foram os comerciantes migrantes que organizaram uma passeata até a avenida Paulista, com a mesma reivindicação, ao que se somou um pequeno número de brasileiros.

Com relação à mudança da configuração de poder e às disputas políticas entre os atores envolvidos, é preciso destacar que os chineses na região da 25 de Março passaram a sofrer os impactos das políticas de intervenção no centro, cujos resultados foram o fechamento parcial de boxes nas galerias, o aumento da participação na Feira da Madrugada da 25 de Março como possibilidade extra de trabalho, uma pequena evasão da região em direção ao Brás e a organização de protestos contra a política municipal, os quais reforçam a reivindicação comum dos trabalhadores brasileiros.

Já na região do Brás, onde praticamente não havia chineses ambulantes, vem aumentando visivelmente, nos últimos anos, o número de chineses nos boxes do pátio da Feira da Madrugada, bem como na unidade do Shopping 25 de Março na frente da entrada principal do pátio, também de Law. Parece que, devido ao fato do recrudescimento militar da fiscalização ali ter sido direcionado principalmente para a “ambulagem”, os chineses não foram tão afetados como na região da 25 de Março. Os protestos de brasileiros no Brás são acentuadamente contra a presença chinesa, que teria deslocado os antigos comerciantes, situação diferente do que aconteceu nos protestos realizados na região da 25 de Março, em que não havia hostilidade de nenhuma parte.

A Feira da Madrugada na rua 25 de Março, que havia sido deslocada para o Brás através de projetos do poder público, ressurgiu aparentemente por causa da participação de brasileiros e migrantes latino-americanos que, segundo seus relatos, ficaram impossi-

bilitados de comercializar durante o dia ou na Feira do Brás. É significativo que ela tenha sido abrigada em um estacionamento em um pátio no meio do quarteirão que interliga o Shopping 25 de Março e uma galeria recém-inaugurada, a Galeria Florêncio, a qual tem poucos boxes abertos, mas é intensamente movimentada entre o encerramento da Feira da Madrugada e a abertura do comércio diurno, quando vários boxes recebem de volta sacolas de produtos não vendidos e permanecem fechados até a madrugada seguinte.

De forma geral, as intervenções municipais revestem-se de um discurso de revitalização das regiões centrais. Por exemplo, no início de 2011, a Prefeitura Municipal lançou o projeto “Circuito das compras” com a promessa de renovar a infraestrutura e interligar as regiões centrais de volumoso comércio de São Paulo: Bom Retiro, Santa Ifigênia, 25 de Março e Brás. O projeto, na visão da União dos Lojistas da 25 de Março e Adjacências, dificilmente será implementado em razão das ambiciosas e inviáveis propostas de melhoria da estrutura viária, hoteleira e administrativa dessas regiões. O que fica dele é um modelo de intervenção na administração e de controle do comércio dessas regiões, que desloca atores importantes como grupos de migrantes chineses, sindicatos de ambulantes, frações dos poderes fiscalizadores das regiões (fiscais, GCM e PM), figuras políticas ligadas à administração municipal e especuladores imobiliários que investem ou pretendem investir no centro paulistano. A configuração final dessas correlações de força ainda está para desenhar-se.

3.6 NOTAS CONCLUSIVAS

Ao observar o papel dos migrantes chineses no comércio da região da rua 25 de Março, a primeira constatação a ser feita é a heterogeneidade dos atores e práticas envolvidos. Começa-se por dizer que, mesmo que o objeto de pesquisa sejam os comerciantes chineses nas galerias de comércio da região da rua 25 de Março, não se pode reduzir a análise apenas a eles, incluindo também brasileiros e outros migrantes internacionais que comerciam na região, chineses que realizam outras atividades para além das galerias e conterrâneos vindos em momentos migratórios distintos. Além disso, há atores que se vinculam a esse fenômeno, mas que inicialmente não pareciam precisar ser incorporados à análise, como agentes do Estado ou atores políticos.

Mesmo quando se quer observar apenas os próprios chineses comerciantes nas galerias da região, é preciso destacar que não há algo unívoco que permita classificar todos sob uma mesma rubrica. Há ainda uma pluralidade de vinculações a redes que acentuam diferenças internas desse grupo, com hierarquias e conflitos de poder mais ou menos evidentes (o que ficou ainda mais perceptível com as mudanças recentes nos arranjos entre esses atores).

Com relação especificamente ao perfil dos comerciantes chineses das galerias, pode-se verificar a hipótese inicial de duas ondas migratórias distintas, distinção esta que marca modos diferentes de inserção (ou não) e papéis a desempenhar no comércio pesquisado. Isso reforçou a necessidade de compreender a história da diáspora chinesa pelo mundo e as políticas migratórias chinesas, o que será objeto do próximo capítulo. Não

se trata de um perfil típico, mas de perfis distintos que se modulam situacionalmente devido à convergência deles em torno do tipo de migração que fazem, voltado para o comércio e como uma forma de investimento pessoal ou familiar em oportunidades além do país de origem.

As duas ondas migratórias de chineses para São Paulo não são estanques e imiscíveis. Pelo contrário, há uma imiscuição entre as duas ondas, constitutiva da reconfiguração do dispositivo comercial em questão e alavancadora do processo reescalar que alterou o volume e a natureza desse comércio. Não se trata de dizer que os indivíduos de uma e outra onda migratória se relacionam frequentemente, mas que há vasos comunicantes entre esses grupos (que por vezes se hostilizam também) cujas ligações são explicativas da presença atual de chineses comerciantes nas galerias de comércio.

Especialmente, embora a massa dos “sujeitos de pesquisa” seja composta por chineses que vieram há menos de duas décadas, a participação de alguns migrantes já estabelecidos em São Paulo e seus descendentes é fundamental na operação de mudança de escala do próprio comércio da região. Sem os proprietários de galerias e os importadores, o dispositivo comercial em questão não contaria com elementos que permitissem a participação massiva dos chineses. Nesse sentido, é possível imaginar que esses dois atores são operadores de escala, mas, antes disso, são facilitadores da presença chinesa; na verdade, é porque eles alavancam a circulação de pessoas e produtos chineses que alteram a escala desse comércio.

Tratar a questão das escalas de uma economia urbana requer observar a mudança de escala em que o próprio fenômeno ocorre. Falar em escalas é, nesse sentido, falar de processos reescalares. A tão debatida “questão urbana” (TOPALOV, 1992) é uma questão de escalas ou, como propõe Neil Brenner, de processos reescalares [*rescaling processes*] (BRENNER, 2011, p. 24). Assim, uma mudança de escala é sempre uma mudança da natureza do fenômeno, e não apenas de sua intensidade ou volume, pois quando se trata de relações sociais o que está em questão são jogos de poder, hierarquias e identidades, cuja alteração, mesmo pequena, pode deslocar um arranjo mais amplo e difuso.

É a partir dessa proposição que Nina Glick Schiller e Ayse Çağlar situam os migrantes e as práticas transnacionais em contextos especificamente territorializados, o mais das vezes urbanos, e enxergam esses indivíduos como operadores de escala [ou, em uma tradução mais literal, fazedores de escala: *scale makers*]. Uma dupla proposição: situar as práticas transnacionais dos migrantes nos espaços urbanos em que se efetivam e dimensionar o processo reescalar que elas engendram nesse contexto urbano específico.

O comércio na região da rua 25 de Março foi reescalado através da participação dos proprietários de galerias e importadores chineses, cujos efeitos podem ser descritos sinteticamente pelos processos de substituição parcial do circuito paraguaio de abastecimento de produtos pela importação diretamente da China e de transformação das galerias como o modelo de comércio varejista e atacadista preferencial, uma espécie de “galerificação” da região.

A questão das escalas nas ciências sociais importa não apenas quando da mudança de fenômenos, mas como uma escolha de nível de análise. Metodologicamente, a pesquisa tinha uma preocupação de descrição etnográfica da realidade pouco conhecida, o que a situa dentre as experiências da microanálise. Sabe-se das dificuldades de se generalizar uma situação específica de observação e tomá-la como significativa de contextos mais abrangentes. Contudo, a validação da metodologia não está na exemplaridade das

histórias: elas não precisam ser representativas da situação geral ou média, mas sim problematizações de questões apenas observáveis nessa escala, cuja inobservância resulta em má compreensão do fenômeno total, em histórias apenas superficialmente esclarecidas.

Trata-se de defender a cambialidade de níveis de análise e de colecionar diferentes narrativas de acordo com pontos de vista diferentes, que somam mosaicos explicativos, e não de escolher entre a perspectiva micro ou macroanalítica (REVEL, 1996). Isso pode ser especialmente importante em contextos etnográficos de difícil observação, em que o acesso à realidade é ainda mais opaco devido à natureza proibida, ilegal e até mesmo perigosa do campo empírico. Quando o acesso às informações é muito limitado, pequenos fragmentos da realidade descobertos podem auxiliar a reconstruir histórias sobre facetas mantidas obscuras, que jamais serão iluminadas.

Com isso, quero também registrar a impossibilidade de mensurar as escalas das práticas e dos atores envolvidos: não é claro neste contexto de pesquisa quais são “os peixes grandes e pequenos”, nem mesmo que tamanho é pequeno ou grande... E não é através de investigação etnográfica que se imagina possível descobri-los.

Por fim, a etnografia testemunhou as mudanças dos arranjos entre os atores por causa de uma política de intervenção municipal no centro paulistano. Trata-se de uma desestabilização parcial do dispositivo comercial que permitia aos migrantes chineses comercializarem nas galerias. De um lado, foi o protagonismo de importadores e proprietários de galerias que, na década de 1990, alterou parcialmente o dispositivo comercial da região e permitiu a entrada massiva de chineses nas galerias de comércio. De outro, a presente intervenção pública altera os modos de controle do comércio irregular, cujos efeitos ainda estão por tomar forma. Aparentemente, os resultados dessa desestabilização do dispositivo são um pequeno esvaziamento dos comerciantes nos boxes, que se direcionaram para o pátio da Feira da Madrugada do Brás e para as galerias de comércio que começaram a abrir nessa região, ou para outras cidades do país.

Essa intervenção caracteriza-se por uma militarização da região, sobretudo através da Operação Delegada, pensada originalmente para a região da rua 25 de Março, que introduziu um policiamento militar ostensivo e permanente, com delegação de funções fiscalizadoras a esses agentes estatais. Depois de já controlar o comércio ambulante nas ruas, somaram-se as megaoperações nas galerias, que (de maneira mais ou menos inédita, ao menos na intensidade percebida) pareciam mais uma tentativa de limpeza dos comerciantes irregulares: tratava-se de averiguar quem era licenciado para continuar comercializando e de impedir ou deslocar os atores sem permissão. Tradicionalmente, as megaoperações eram intervenções rápidas cujo alvo eram produtos falsificados de certa marca, segundo uma ordem judicial especificamente emitida para tal apreensão; nesse momento, foram operações demoradas, de galeria a outra, com a intenção de esquadrihar os boxes regulares e os irregulares e controlar, a partir de alvarás (que devem permanecer expostos), quem poderia comercializar ou não.

Fica difícil entender por que os comerciantes chineses na região da rua 25 de Março foram claramente atingidos com a intervenção enquanto, aparentemente, a situação é oposta no caso da região do Brás. Com a transferência do controle do pátio onde ocorre a Feira da Madrugada para o nível municipal e com a extensão da Operação Delegada à região, houve um descontentamento geral dos brasileiros comerciantes nos boxes e dos ambulantes nas ruas, o que se contrapõe ao crescimento exponencial de comerciantes chineses nesses boxes e na unidade do Brás do Shopping 25 de Março.

A intervenção nesse comércio, que ainda inclui o projeto em andamento do Circuito das Compras, faz parte de uma lógica mais ampla de intervenções em tradicionais regiões comerciais no velho centro paulistano, das quais talvez a tentativa de revitalização da região da Luz e de Santa Ifigênia seja a mais emblemática. Há nessas intervenções um cruzamento de políticas de segurança, controle fiscal do comércio e parcerias com o investimento privado sob o discurso da revitalização, todavia sem o amparo de políticas sociais que tratem das pessoas diretamente envolvidas, como moradores de prédios ocupados, usuários de drogas ou ambulantes sem o Termo de Permissão de Uso. Nas palavras de Vera Telles,³⁷ atualmente há em São Paulo tendências de uma militarização da segurança pública e de uma policialização das condutas por parte do Estado, através de políticas municipais ou estaduais que, além dessas políticas intervencionistas, contam com outras, como a nomeação de militares para as subprefeituras ou autarquias públicas, leis mais rígidas e fiscalização mais presente em regiões de bares e casas noturnas, a lei antit fumo etc.

Com tudo isso não se quer dizer que ao final da pesquisa já não havia mais chineses comerciantes nas galerias de comércio da região da rua 25 de Março. Ainda há muitos chineses ali e tantos outros continuam chegando. O objeto de minha pesquisa não deixou de existir. Mas certamente passou por uma mutação decorrente da desestabilização do dispositivo comercial que permitia seu funcionamento. Isso também impacta os destinos desses migrantes no sentido de criarem novas rotas migratórias e outras modalidades de comércio (ou outro tipo de inserção socioeconômica).

Dentre os informantes especiais, por exemplo, um se mudou para Niterói depois de tentar comercializar no interior paulistano (e de ter passado cerca de um ano atrás dos balcões de uma pastelaria), outra abandonou o comércio de produtos *made in China* pelo de pedras brasileiras (mas transferiu os negócios na galeria para o irmão recém-chegado) e uma ambulante não foi mais vista. Parece ter havido um aumento da dispersão geográfica pela cidade e uma diversificação relativa das atividades dos chineses devido ao endurecimento do dispositivo comercial e da incerteza com relação à viabilidade dos negócios antes tolerados. Cidades como Rio de Janeiro, Recife, Curitiba e Foz do Iguaçu, além de outras no interior do estado de São Paulo, passaram a fazer parte do imaginário dos sujeitos de pesquisa.

37 Em sua fala no evento "Estado, cidade e polícia", ocorrido em 29 de setembro de 2011 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP).

4 REGIMES DE MOBILIDADE: EM DIREÇÃO A UM CAPITALISMO COM CARACTERÍSTICAS CHINESAS

Atualmente, calcula-se haver 35 milhões de chineses ultramarinos vivendo em mais de 150 países, e as estimativas recentes contabilizam 190 mil chineses no Brasil, 150 mil deles na capital paulista (VERAS, 2009, p. 183; JYE; SHYU; MENEZES JR., 2009, p. 58), sendo que a PF registrou 34.751 chineses em situação de estrangeiros regularizados no país.³⁸ Quanto à distribuição pelo território nacional, algumas estimativas apontam para cerca de 90% no estado de São Paulo, a maioria na capital; quase 5% no Rio de Janeiro e 2% no Paraná, com destaque para Foz do Iguaçu e Curitiba (seriam três mil só na capital) (SHU, 2009). Recife e outras cidades de Pernambuco receberam significativamente migrantes chineses (SILVA, 2008a).³⁹

Trata-se de um caso de migração majoritariamente voluntária e urbana, ao menos no que diz respeito a seus fluxos mais significativos, a partir da segunda metade do século XX. Portanto, diferencia-se da maior parte da migração histórica subsidiada e com destinação rural,⁴⁰ embora tenha havido registros de migração de chineses para o trabalho na lavoura no século XIX e um debate público naquele momento sobre a adoção desse tipo de mão-de-obra. Parece ser possível identificar dois momentos de maior entrada de migrantes no Brasil: uma primeira onda migratória nas décadas de 1950 a 1970 e outra, mais recentemente, a partir da segunda metade da década de 1990.

Este capítulo tenta compreender a migração chinesa em São Paulo a partir de uma perspectiva histórica dos fatores sociais, econômicos e ideológicos que formaram as políticas chinesas determinantes para a migração naquele país. Trata-se da análise das políticas migratórias e das demais políticas públicas chinesas, em especial aquelas concernentes à industrialização, que se interferem mutuamente e terminam por balizar os fluxos migratórios gerais, inclusive para o Brasil. Além de extrapolar o âmbito exclusivo das políticas migratórias chinesas em prol de uma análise que incluía também outras políticas

38 Os dados divulgados pela Polícia Federal são de 2009, conforme se vê na notícia da FOLHA DE SÃO PAULO “Reclusa e discreta, colônia chinesa se espalha por SP”, de 26 de setembro de 2010.

39 Há também registros históricos de poucos chineses em diversas cidades da região amazônica que teriam vindo em momento já de declínio da extração da borracha e para outras atividades extrativistas. Isso poderia ter contribuído para o suposto estabelecimento de redes migratórias clandestinas que traficariam atualmente trabalhadores chineses para a extração de madeira, entre outras atividades. Há ainda rumores de incipiente presença chinesa na franja sul dessa região, em grandes fazendas de soja ou outras culturas em Rondônia, Mato Grosso e Goiás. Especula-se que também nessas regiões haja fazendeiros chineses.

40 Oswaldo Truzzi afirma que houve uma concentração dos estudos sobre grupos migrantes em São Paulo nos casos cujo destino era o mundo rural, uma vez que na formação nacional a atividade agrícola foi a mola propulsora da economia e a razão pela qual se desencadeou o movimento migratório em substituição ao trabalho escravo, formando uma lacuna na literatura que dificultava o entendimento da contribuição fundamental dos migrantes de destinação urbana para tornar São Paulo uma sociedade dinâmica e plural, com a estrutura social mais diversificada e complexa (TRUZZI, 1993, p. i e ii).

públicas, deve-se ter em mente que os fatores que condicionam a migração internacional chinesa não se separam dos que determinam a mobilidade interna.

Tais políticas engendraram dois regimes de mobilidade distintos levados a cabo pelo Estado chinês. O primeiro foi um severo regime de fixação no local de origem e a quase impossibilidade de migrações internacionais nos anos do maoísmo. O segundo teve início com as reformas políticas e aberturas comerciais da era Deng Xiaoping até os dias atuais e se caracteriza por uma flexibilização das migrações internas e internacionais.

O argumento central é que o controle migratório e as políticas de reconhecimento de cidadãos são aspectos elementares, de uma parte, da reafirmação espacial da autoridade dentro e fora do Estado chinês e, de outra, da geração e circulação de riquezas globais contemporâneas. Trata-se do cerne de uma gestão dos fluxos populacionais que serve a uma modulação recíproca do poder estatal e do poder econômico neoliberal, cujo resultado mais amplo, para o que também confluem outras transformações globais geopolíticas recentes, é uma participação chinesa no sistema econômico capitalista que o transforma.

Primeiro, o capítulo recupera alguns elementos da história da incipiente migração chinesa ao Brasil até o fim da primeira metade do século XX. Depois, analisa as diásporas chinesas para perceber se as lógicas subjacentes podem lançar luz no caso específico dos chineses comerciantes em São Paulo, procedendo assim, na terceira seção, à análise da gestão dos fluxos populacionais pelo Estado chinês com relação às migrações internacionais e internas. Demonstra também como a gestão dos fluxos populacionais implicou espacializações do Estado que demarcaram as relações de cidadania. Em seguida, na quinta seção, tenta reconstituir as principais ondas migratórias para São Paulo e verificar a hipótese sobre as duas ondas distintas. Por fim, conclui ressaltando que a mudança de um regime de mobilidade a outro se coaduna com um realinhamento com tendências neoliberais da política industrial pós-reformas, que traz características chinesas ao capitalismo global contemporâneo.

4.1 MOMENTOS DE UMA INCIPIENTE MIGRAÇÃO CHINESA PARA O BRASIL

Há poucos registros oficiais de chineses no Brasil e vários relatos de cronistas ao longo de um período em que isso ainda não conformava uma tendência migratória clara. Em linhas gerais sobre esses baixos números, poder-se-ia dizer que houve um trânsito rarefeito durante o período colonial devido à concomitante ocupação portuguesa de Macau, à tentativa de trazer trabalhadores agrícolas chineses depois da vinda da família real ao Rio de Janeiro e à chegada de um baixo número de migrantes depois das turbulências políticas que deram cabo ao Império milenar em favor da República chinesa no começo do século XX.

Reconstituir tal história é uma tarefa ainda por fazer. As informações aqui coligidas sobre esse momento incipiente da história da migração chinesa ao Brasil são baseadas em fontes secundárias. A maior parte da literatura que a relata centra-se no debate público sobre a questão abolicionista na segunda metade do século XIX (LAMOUNIER, 1986;

LESSER, 2001; LIMA, 2005). Além disso, há poucas obras, preocupadas com outros temas, nas quais aparecem transversalmente análises sobre a migração chinesa histórica ao país, com destaque para a já citada tese de Teixeira Leite sobre a influência chinesa nas artes brasileiras. Duas produções especificamente sobre a história da migração chinesa ao Brasil no século XIX encontradas foram aqui utilizadas. Primeiro, um pequeno artigo publicado em revista não acadêmica de Shu Chang-sheng, pesquisador chinês radicado no Brasil, doutor em história pela Universidade Federal Fluminense, cujas pesquisas concentram-se na história chinesa da última metade do século passado. Em segundo lugar, um precioso livro sobre o tema, *Baxi Huaren Geng yun lu* [História dos imigrantes chineses no Brasil], publicado pela Editora do Jornal Chinês “Americana” em 1998, cuja análise integral está ainda em vias de ser feita.

As primeiras e esparsas chegadas de chineses são uma situação ocasional – que se insere em um contexto de circulação de produtos e não de pessoas – não relatada em registros oficiais e sabida atualmente por documentos e relatos pessoais. Ainda no período colonial, havia um trânsito razoável entre Salvador – e depois o Rio de Janeiro – e Macau.⁴¹ Era majoritariamente formado por oficiais e administradores portugueses (que, devido ao monopólio colonial, cumpriam funções comerciais mescladas com certa representação política), bem como por marinheiros e pela tripulação das embarcações. Havia também um trânsito clandestino de portugueses, outros europeus, brasileiros e chineses entre as duas colônias marcado pelo contrabando de mercadorias, muitas vezes realizado em embarcações sob bandeiras estrangeiras e em cidades menores da costa em vez de nos portos principais⁴² (LEITE, 1999, p. 9-24 e 174-180).

No final do período colonial, depois da chegada da corte ao Rio de Janeiro, os primeiros registros oficiais de entrada de chineses são acompanhados de inúmeras descrições de viajantes, crônicas em jornais, notas ministeriais ou outro tipo de notificações administrativas, abaixo-assinados, petições etc., de modo que a presença desses migrantes não passou despercebida, mesmo que ainda pequena. Assim, várias fontes identificam a chegada de “um grande número de chineses” (relatos variam de duzentos a quinhentos), provavelmente em 1812, para o cultivo de chá, estimulado pela família real, nas plantações do atual Jardim Botânico⁴³ (LEITE, 1999, p. 271; SHU, 2009).

41 Não se deve esquecer de que naquele momento Macau era parte da administração portuguesa colonial de Goa, o que fez com que as relações brasileiras com aquela colônia fossem mediadas muitas vezes por Portugal, e os dados sobre esse comércio, misturados nos registros gerais das Índias Portuguesas. A ocupação portuguesa de Macau fez da região a primeira e mais duradoura colônia europeia na China, entre 1557 e 1999.

42 É interessante notar nos diversos relatos coligidos por Teixeira Leite que se tratava de um trânsito indesejado (por parte da administração portuguesa), mas necessário na medida em que cumpria o duplo papel de dar cabo a marginais, degredados ou inválidos e de abastecer parte das colônias com produtos necessários – e ainda, diga-se de passagem, mantinha o enriquecimento de homens importantes no regime de administração ultramarina. Essa cooptação, apesar de ser feita às margens do sistema colonial, era parte imprescindível da engrenagem de expropriação da riqueza por parte da metrópole. Em uma época em que a produção de riquezas colava-se à noção de expropriação de riquezas, momento de acumulação anterior ao período de capitalismo de mercado, marcada, entre outras coisas, pelo monopólio metropolitano e pelo rebaixamento da condição humana de homens escravizados, resta complexa, mas talvez pertinente, a hipótese de que se tratava desde então de uma forma preliminar de gestão de fluxos populacionais e mercantis, que assumiria em momentos posteriores uma função elementar nas sociedades liberais e uma característica das diásporas chinesas, como se discute abaixo.

43 Não consta do Registro de Estrangeiros publicado pelo Arquivo Nacional, que cobre o período entre 1808 e 1842, a chegada desse grande número de chineses. O primeiro registro informa a chegada de quatro chineses em 1814, e há ainda 49 registros cujo teor versa sobre acontecimentos da vida pública desses es-

Houve algumas tentativas, ao longo de toda a segunda metade do século XIX, de estabelecer uma migração subsidiada de chineses para substituir a mão-de-obra africana.⁴⁴ Fruto de um debate público desdobrado da discussão política sobre o fim da escravidão negra no Brasil, a ideia de receber trabalhadores chineses ficou conhecida como “a questão chinesa”. Era um debate triplo, sobre a escravidão como modelo econômico, sobre o branqueamento da população e sobre a formação cultural da nação: alguns eram a favor de uma migração subsidiada por companhias de imigração, outros defendiam estímulos à imigração livre; outros ainda eram contrários à presença chinesa no país, desfilando argumentos racializados, como o risco de mongolização (LEITE, 1999; LAMOUNIER, 1986; LESSER, 2001; LIMA, 2005).

O número de chineses entrados no Brasil em todo o século XIX para o trabalho agrícola não deve ter passado, nas estimativas mais altas, de três mil, muitos dos quais passaram a viver nas zonas mais antigas do Rio de Janeiro, em cortiços (LEITE, 1999, p. 243-247).

Os chineses vindos até então eram majoritariamente do Cantão, com menores quantidades provenientes da província vizinha a leste de Fujian, e foi a partir da Revolução Republicana de 1911 que houve uma considerável migração de Qingtian, cidade da província também vizinha, a oeste, de Zhejiang. A principal atividade profissional desses migrantes era a mascateação, assim como havia acontecido com a maioria dos que vieram antes, quando tiveram a oportunidade de deixar o campo. Chamado de *tibao* pelos próprios chineses, tratava-se de um comércio ambulante em que o migrante carregava uma bolsa ou sacola de mercadorias pelas ruas do Rio de Janeiro, às vezes nas ruas movimentadas do centro, outras vezes de casa em casa nos bairros residenciais. Alguns desses mascates conseguiram abrir lojas no final da década de 1920 e nos anos seguintes, comerciando artigos importados, depois também no atacado em poucos casos bem-sucedidos. Em 1921, o Centro Social Chinês do Brasil, fundado dois anos antes, registrava 244 associados cantoneses, 51 de qingtianeses e apenas um xangainês; a maioria desses quase trezentos migrantes era dona de restaurantes, lavanderias ou bazares de conveniências (SHU, 2009).

Apenas na última metade do século XX intensifica-se a chegada de chineses ao Brasil, por causa, especialmente, do governo maoísta estabelecido em 1949, concentrando-se a partir de então em São Paulo. Antes de analisar as ondas migratórias desse período, é preciso compreender os processos históricos pelos quais os chineses deixaram sua terra natal.

Conforme já dito, esta pesquisa insere-se em uma perspectiva contemporânea sobre fenômenos migratórios segundo a qual somente se compreende a experiência migratória se levadas em consideração todas as suas dimensões – seja a travessia, sejam os

trangeiros, como participação em desordem pública, destinação para outra cidade e obtenção de licença de exercício de profissão. Quanto a isso, vale destacar que 26 obtiveram licença para mascatear e que muitos partiram para São Paulo, Parati ou para as regiões próximas de Itaguaí. Mais importante é mencionar as tentativas imperiais de gerir ou intervir nas empresas de contratação de trabalho migrante, como a fundação da Sociedade Importadora de Trabalhadores Asiáticos em 1870; o bilateral Tratado de Amizade, Comércio e Navegação de 1880 e sua revisão de 1881; a criação da Companhia de Comércio e Imigração Chinesa em 1883 e as negociações malogradas com o mandarim chinês diretor da Companhia Chinesa de Navegação Mercante que veio ao Brasil em busca de subsídio governamental para a criação de uma Companhia de Imigração.

44 Vários registros são relatados ao longo da tese de Teixeira Leite. Seria extenso citá-los todos, mas talvez os principais sejam os desembarques em 1855, 1856 e 1866 (LEITE, 1999, p. 184 e 238).

momentos anteriores e posteriores a ela (TRUZZI, 1993, p. iii; SAYAD, 1998, p. 13-19; DIMINESCU, 2007). Isso se soma ao entendimento de que, ao menos no caso da migração chinesa, os fluxos internacionais relacionam-se com a migração interna naquele país (ROULLEAU-BERGER, 2011, p. 1; PIEKE, 2007, p. 23-24). Assim, a mobilidade de chineses deve ser entendida como um *continuum*: seja pela extensão de uma a outra, como se a migração interna fosse uma antecipação da internacional na trajetória pessoal, ou mais comumente na trajetória geracional ou social dos migrantes, como etapas construídas e realizadas coletivamente (MA MUNG, 2002), seja ainda pela complementaridade de ambas, no sentido de que são resultados diretos, cada qual de maneira particular, de processos socioeconômicos específicos e políticas de controle migratório pensadas para ambas as dimensões em conjunto (XIANG, 2007, p. 4-6 e 14).

4.2 DIÁSPORAS CHINESES (OU: SOBRE A HISTÓRIA DOS CHINESES ULTRAMARINOS)

Atualmente, estima-se haver de 35 a 40 milhões de chineses fora da China (Organização Internacional para as Migrações;⁴⁵ MA MUNG, 2009, p. 34), resultado de um processo migratório massivo cuja história inicia-se a partir da segunda metade do século XIX, primeiro com a contratação subsidiada de trabalhadores agrícolas chamados de *collies* e depois com a migração voluntária. Eles não chegam a 3% da população total chinesa e não representam parte significativa da população de nenhum país de destino – somente em Cingapura e na Malásia eles são mais do que 10% (MA MUNG, 2009, p. 34).

A maior parte dos autores trata o tema dos chineses ultramarinos pela expressão “diáspora chinesa”, tendo havido certa institucionalização do termo (pelos centros de estudos, publicações especializadas, jornadas de estudos e seminários) e se pode dizer que há um grande consenso em torno de sua utilização do ponto de vista das designações externas desses especialistas (MA MUNG, 2002, p. 20). Apenas para não induzir à suposição da existência de uma comunidade homogênea, a expressão “diásporas chinesas”, no plural, seria mais apropriada (Wang Gunwu, *apud* MA MUNG, 2002, p. 20-22).

O mais importante no uso contemporâneo do termo, para além dos debates científico e político, são suas consequências do ponto de vista interno, isto é, os efeitos performativos que a designação das populações de origem chinesa como diáspora resultam sobre sua própria organização (MA MUNG, 2002, p. 19-20). De acordo com Ma Mung, a denominação desse grupo social como “diáspora chinesa” o institui como tal e o transforma enquanto tal: ela organiza as ações e representações individuais por referência a um coletivo identitário e baliza as apresentações coletivas por referência a questões políticas que atingem as práticas cotidianas dos migrantes.

45 Enquanto Índia e Filipinas, os seguintes da lista, têm aproximadamente vinte e sete milhões de emigrados, respectivamente (World Migration 2005: Costs and Benefits of International Migration; World Migration 2008: Managing Labour Mobility in the Evolving Global Economy).

Pela mesma razão dos efeitos da performatividade discursiva e identitária do uso do termo “diáspora chinesa”, pode-se invocar como forma mais apropriada a expressão “chineses ultramarinos”, que é a tradução literal das formas mais frequentes de se referir a eles em chinês. Em mandarim (chinês padrão) ou outros idiomas e dialetos dos chineses, não há a utilização de um correspondente direto de diáspora ou algo que contenha seu valor contextualizado e ressignificado.

A utilização dos termos chineses ultramarinos e diásporas chinesas nesta dissertação segue a intenção de escolher os termos que mais performam a construção de uma identidade étnica transnacional. Cada vez mais, há uma incitação ao uso disseminado de diáspora chinesa pelos próprios ultramarinos e pelo Estado chinês. Ou seja, os chineses usam majoritariamente o termo (em chinês) ultramarinos, mas também “diáspora”, não apenas como uma tradução adaptada em suas segundas línguas, mas especialmente como reivindicação de uma identidade e manipulação de sua apresentação social face a problemas políticos, econômicos e culturais.

A história das diásporas chinesas, apesar de poder ser localizada seminalmente há muitos séculos, começa com fluxos massivos de emigração na segunda metade do século XIX, quando uma crise vinda da debilidade diante das incursões estrangeiras, das Guerras do Ópio e das Revoltas Populares (a mais famosa é a de Taiping) assolou o Império do Meio e fez de muitos chineses parte da mão-de-obra capaz de substituir o trabalho escravo em várias partes do Novo Mundo. Eram sobretudo trabalhadores agrícolas do sudeste do país, conhecidos como *coolies*,⁴⁶ e no começo do século XX já somavam cerca de oito milhões que se destinaram para países do Sudeste Asiático, Austrália, América do Norte, Cuba, Peru, México, África do Sul e outros lugares (MA MUNG, 2009, p. 33).

Quanto aos efeitos gerais dessas diásporas recentemente, pode-se dizer que alcançaram diversos países do globo. O Sudeste Asiático ainda concentra cerca de 80% da diáspora, mas as migrações mais recentes tenderam a se destinar para lugares como Europa, Estados Unidos, África e América Latina (MA MUNG, 2002, p. 21-22; 2009, p. 33). Essas novas migrações às vezes percorrem caminhos históricos das diásporas chinesas, mas também abrem rotas distintas para novos destinos, alimentando-se em todos os casos de redes migratórias (PIEKE, 2007, p. 20; ROULLEAU-BERGER, 2007, p. 12; 2011, p. 1).

A principal tese defendida por Ma Mung em seu livro *La diáspora chinoise: géographie d'une migration*, uma das referências mais importantes sobre a “diáspora chinesa”, é a de que os pontos de origem e destino são múltiplos e as ligações entre esses diferentes polos são intensas. A diáspora caracteriza-se, portanto, como migração multipolar – da China para diversos destinos – e relações interpolares – com migrações de chineses de um país estrangeiro a outros. Essa dupla caracterização reforça a constituição de uma identidade diaspórica comum (MA MUNG, 2000).

Na maior parte dos destinos diaspóricos, os migrantes ou suas gerações seguintes deixaram o campo e deram início à formação de organizações econômicas típicas nas cidades. Segundo Ma Mung, são pequenas empresas comerciais ou artesanais que se

46 Muitos dos *coolies* saíam da China pela província de Guangdong (conhecida por Cantão, cuja capital é Guangzhou), o que fez com que vários fossem chamados de cantoneses. De fato, muitos deles eram dessa província, mas outros eram de regiões vizinhas do sudeste da China – os lugares mais “internacionalizados” pela presença imperialista europeia e mais impactados com a crise. *Coolies* também foi utilizado para falar de alguns indianos (MA MUNG, 2009, nota 2) e outros povos do Sudeste Asiático (LEITE, 1999, nota 23 do capítulo “A China no Brasil”, p.39) em condição semelhante à dos chineses.

articulam entre elas no plano local quanto ao abastecimento, financiamento e à mão-de-obra e muitas vezes ligam-se a outras por redes internacionais (MA MUNG, 2009, p. 33). Nessa categoria, talvez possamos pensar pequenas empresas industriais, importadoras, restaurantes, negócios de bairro (vendas, mercados, lavanderias, tinturarias) etc. Ainda segundo as palavras daquele autor, trata-se de uma “diáspora empresarial”, que tem efeitos importantes sobre as migrações contemporâneas, a começar pelo fato de elas suprirem as demandas por mão-de-obra das empresas de migrantes predecessores, encorajando novos fluxos (MA MUNG, 2009, p. 33).

Depois da migração de *collies*, o fluxo de chineses que deixaram o país oscilou especialmente conforme turbulências políticas aconteciam – o fim do Império em 1911, a ocupação japonesa entre 1937-1945 e a resultante participação indireta na Segunda Guerra Mundial, além da Guerra Civil que opôs comunistas e nacionalistas – sendo provavelmente o maoísmo o fator que mais contribuiu para a saída de chineses. Se o estabelecimento da República Popular da China em 1949 gerou em muitos o desejo de partir,⁴⁷ foi também o anúncio de políticas restritivas à migração.

O principal destino imediato foi Taiwan. Praticamente do dia para a noite, os seis milhões de habitantes da ilha receberam 1,6 milhão de chineses nacionalistas fugidos do governo comunista. A questão delicada dos chineses do continente quase sempre é lembrada na inflamada questão política e ideológica do nacionalismo e capitalismo dos republicanos, mas poucos se lembram de que na ilha a recepção desse contingente não foi pacífica e de que ainda muitos se referem aos chegados em 1949 como forasteiros. A vinda dessas pessoas significou também a imposição do governo de Chiang Kai-shek na ilha, que viveu a partir de então sob uma lei marcial de seu partido, o Kuo Min Tang (KMT), até 1987.

Nas décadas de 1970 e 1980, a maior ocorrência nas diásporas chinesas foi a migração interpolar desde Taiwan, Vietnã, Laos, Camboja etc. Isso se deveu ao período mais restritivo às migrações, especialmente durante os duros anos da Revolução Cultural (1966-1976).

Com a abertura da China na era Deng Xiaoping e a flexibilização das condições de emigração a partir da década de 1980, há uma retomada das migrações chinesas internacionais: desde então, mais de 18 milhões de pessoas deixaram o país, e o número anual de migrantes chineses saltou de 56.930 em 1982 para 756.626 em 2000 (MA MUNG, 2009, p. 33). Conjuntamente com as migrações interpolares, constituíram-se novas redes migratórias para outros lugares do globo, acentuando gradativamente o caráter de multiplicidade de pontos de partida e chegada nas diásporas chinesas.

As regiões de Guangdong, Fujian e Zhejiang foram as de maiores saídas (PIEKE, 2007, p. 20 e 23), demonstrando a pregnância das redes migratórias. Mas, depois dos anos 1990, começa a ser significativa a saída de migrantes de grandes aglomerados urbanos como Beijing, Shanghai e Tianjin ou ainda das províncias do nordeste (Heilon-

47 A imensa maioria dos taiwaneses declara-se etnicamente chinesa, uma vez que a ocupação da ilha foi feita majoritariamente por fujianeses ainda no século XVI, disputando espaço com grupos aborígenes; depois do aporte dos nacionalistas, a ilha permaneceu majoritariamente *han* (a etnia hegemônica da China continental, com 92% da população). Quanto à nacionalidade, porém, ilhéus antigos e nacionalistas “fugidos”, na maior parte dos casos, comungavam de uma defesa da nacionalidade taiwanesa, enfrentando uma minoria crescente da população que se considera chinesa também na nacionalidade – o que reflete em disputas políticas internas sobre a separação ou a incorporação à República Popular da China que culminaram nas acirradas últimas eleições “nacionais”.

gjiang, Liaonin, Jilin), visto que as reestruturações industriais afetaram milhões de pessoas antes amparadas pelas grandes empresas nacionais em termos de emprego, moradia, educação, saúde e aposentadoria (MA MUNG, 2009, p. 33-34).

No último decênio do século XX, a migração de mão-de-obra continua a ser a mais importante em termos numéricos, mas dois fatores assinalam mudanças nas diásporas contemporâneas, relacionadas com as transformações estruturais da China: migrações de mão-de-obra temporária contratada e de qualificação profissional.

No primeiro caso, são trabalhadores captados para canteiros internacionais do setor de infraestrutura mediante acordos bilaterais (governamentais, portanto) com países do Oriente Médio e do Sudeste Asiático (72,7% desses trabalhadores migraram para países asiáticos em 2003; em 2004, o total aproximado era de 597.000 pessoas), da África (13,6%) e da América Latina (2,68%). No segundo caso, houve por parte das autoridades um encorajamento para a qualificação educacional de estudantes no exterior (eles somavam mais de 460.000 no começo dos anos 2000, dos quais metade nos Estados Unidos e um quinto na Europa). O número acumulado de 1985 a 2004 excedia oitocentos mil estudantes em migração temporária e se transformou parcialmente em migração definitiva, além de mobilizar as diásporas chinesas culturalmente (agregando coletivamente conhecimento sobre e sentido nos novos destinos migratórios) e socialmente (através de impulsos a redes migratórias) (MA MUNG, 2009, p. 34; PIEKE, 2007, p. 20).

Com a virada do século, outro tipo de migração ganha importância – e revela mudanças na China ligadas ao desenvolvimento da indústria de bens de consumo destinados à exportação e ao crescimento do número de pequenos empreendedores. Como afirma Ma Mung, “uma parte deles emigrou e distribuiu a produção do ateliê do mundo que se tornou a China” (2009, p. 35). Esses novos migrantes foram para onde se ouvia dizer que havia chineses ou para novos lugares ainda. Como uma diáspora comercial, esse tipo de presença chinesa, simultaneamente de migrantes e de produtos, traduz-se frequentemente pela abertura de centros de atacadistas que abastecem varejistas (chineses, locais ou outros migrantes) e constituem *comptoirs commerciaux* ou *emporiums*. É o caso da região da rua 25 de Março, e outros exemplos abundam em lugares da África (os mercados de China City em Johannesburgo; Derb Omar em Casablanca; Makola em Accra; ou ainda em cidades onde esses mercados apenas começam a ganhar contornos, como as capitais nacionais de Yaoundé, Lomé e Dakar) e da Europa (no XIème parisien, no Cinamercato napolitano ou na praça de distribuição da Europa central que se tornou Budapeste) (MA MUNG, 2009, p. 35).

O efeito geral da composição das novas migrações diretamente da China com o acúmulo dos processos históricos diáspóricos, que retoma laços com o país de origem depois das flexibilizações migratórias na esteira das mudanças políticas, econômicas e sociais pós-reformas, é uma tendência comercial na forma de inserção socioeconômica dos ultramarinos. Parece haver uma importante tendência de deslocamento da hipótese de “diáspora empresarial” para “diáspora comercial”.

Os empreendedores de antes são aqueles que chegaram sem nada para tentar a vida, acumularam pequenas economias pessoais e familiares, contavam com uma espécie de solidariedade étnica muito centrada na ajuda econômica mútua (com empréstimos de amigos, agiotagem com taxas comparativamente pequenas, consórcios entre patrícios e eventos comunitários para arrecadação de fundos). As gerações seguintes são as que

provavam o enriquecimento, mas também tendiam a se desvincular do grupo étnico. Comercializavam seus serviços, caso clássico do restaurante e da tinturaria, ou, nos casos mais bem-sucedidos, eram pequenos industriais.

Os empreendedores de agora orientam-se para atividades comerciais de importação de produtos *made in China*, e muitos dos que decidem pela migração agora o fazem com o projeto comercial em mente. A solidariedade esperada atualmente é mais no sentido de orientação sobre o acesso ao mercado, e o enriquecimento tornou-se objetivo de curto prazo. O que é étnico – se se pode assim dizer – são os produtos comercializados, por vezes simultaneamente no atacado e varejo, não mais a solidariedade esperada dos conterrâneos.

Não se deve esquecer que os perfis das diásporas empresariais e comerciais diferem devido aos diferentes contextos. Nos casos de *chinatowns* históricas norte-americanas, como as de Vancouver, Los Angeles ou Nova Iorque, percebe-se mais facilmente o caráter propriamente empreendedor e mesmo empresarial. Já nas diásporas posteriores dos chineses em direção a várias cidades da Europa, e ainda mais recentemente da América Latina ou da África, a atividade econômica é majoritariamente comercial. Essas diásporas não são tão diferentes entre si a ponto de formarem perfis excludentes, e, na prática, pode-se encontrar uma mistura dos elementos aqui esboçados em cada caso específico. Ainda assim, parece ser adequado defender uma tendência à preponderância de elementos mais propriamente comerciais nas recentes diásporas chinesas.

É interessante notar nesse contexto a terminologia empregada pelos especialistas do “transnacionalismo difuso” em casos de novas migrações, marcadas por atravessamentos múltiplos e que incluem cada vez mais redes articuladas entre locais do dito “Sul global” ao lado de circuitos no “Norte”, envolvidas em processos transnacionais comerciais da “globalização por baixo”. São termos que sugerem o acentuado caráter comercial das migrações contemporâneas, tais como *comptoir commercial*, cujo significado original é feitoria colonial comercial, *emporium*, que deriva do grego *emporion* cujo significado era uma praça comercial em torno dos portos fluviais ou marítimos, ou ainda *entrepôt commercial*, cuja tradução mais corrente em português seria armazém comercial.

Esses termos formam uma malha de expressões em referência mútua. Eles compõem um vocabulário que tenta inserir uma característica de translocalidade – o mais das vezes transnacionalidade – na organização espacial dos migrantes contemporâneos através de circuitos de mobilidade de pessoas e produtos sob a lógica comercial. Desestabilizam a ideia de uma *chinatown* tal como pensada na primeira metade do século passado, como um universo étnico fechado em si mesmo ou uma refundação da terra de origem no destino migratório. Um vocabulário que ressignifica ou mesmo implode as dicotomias clássicas das teorias migratórias originadas da anteposição segregação versus assimilação. Essa construção conceitual acaba por inserir o debate sobre as novas migrações no bojo da mundialização por baixo, imiscuídas em circuitos mercantis, em que a acentuação da mobilidade e a vinculação a redes sociais transnacionais tornam inócuo o debate sobre a integração à “sociedade de acolhida”.

Em síntese, onde quer que tenha havido diferentes facetas das diásporas chinesas, parece ter havido uma recente ativação das redes migratórias e a consolidação das diásporas comerciais, especialmente nos lugares nos quais havia certo dispositivo comercial prévio. Em perspectiva histórica, os vários momentos das diásporas chinesas podem ser agrupados da seguinte forma: depois das migrações de *colliers* que marcaram o início das

diásporas chinesas, houve grandes fluxos diáspóricos em virtude da fuga do maoísmo (primeiro diretamente da China e, depois, desde os países vizinhos) e mais recentemente, após as reformas, houve vários tipos de facilitações e incentivos migratórios que terminaram por permitir a formação de diásporas comerciais chinesas.

4.3 REGIMES DE MOBILIDADE: A GESTÃO DOS FLUXOS POPULACIONAIS PELO ESTADO CHINÊS

Se os momentos da diáspora chinesa podem ser esquematizados como se viu acima, uma descrição mais pormenorizada das políticas migratórias e de outras inflexões políticas que influenciaram a mobilidade populacional ajuda a compreender o significado da gestão dos fluxos populacionais para a construção contemporânea do Estado chinês e para as reatualizações do sistema econômico capitalista.

Os modos de controle do corpo social pelo Estado constituem uma gestão do poder produtivo tal como proposta por Foucault em seu curso *Segurança, território, população*, ministrado no Collège de France (FOUCAULT, 2004). As políticas migratórias compõem assim uma forma de gestão das populações, com vistas a direcionar estrategicamente a mobilidade humana e canalizar a força produtiva.

Por outro lado, não é apenas através de políticas propriamente migratórias que o Estado gere os fluxos populacionais. Biao Xiang propõe o conceito de regime de mobilidade, no sentido não apenas de uma constelação de políticas, mas também de normas culturais e redes sociais que “condicionam, constroem ou facilitam a migração” (2007, p. 3). Esse conceito pode jogar luz no debate na medida em que ressalta a importância das instituições e políticas não diretamente relacionadas à migração, mas cujos efeitos recaem sobre ela. Tratar das migrações como um regime de mobilidade forjado pela multiplicidade de práticas tem ainda outra interessante vantagem: deixa entrever fatores sociais por trás das políticas formais, sendo elas migratórias ou não, e ajudam a compreender o verdadeiro significado da adoção de tais políticas.

Um regime de mobilidade bastante restritivo teve início a partir da vitória do Partido Comunista Chinês em 1949. As fronteiras ficaram altamente politizadas, primeiro por serem as fronteiras físicas alvos diretos da soberania e, segundo, porque, ideologicamente, emigrar era visto como um abandono covarde do ou traição ao socialismo chinês, postura que se recrudescer na Revolução Cultural. A principal característica das políticas de migrações durante o maoísmo foi a restrição à mobilidade: impedimento de entradas e saídas internacionais não autorizadas (e fixação no local de origem internamente).

O efeito imediato dessas políticas foi a quase anulação da saída de chineses diretamente da China, o que também impedia, na prática, ultramarinos de voltarem para a terra natal, certos de que não poderiam deixá-la novamente e receosos por suas vidas “indignas de traidores fugitivos” [*pantao*]. A própria República Popular da China havia abolido a permissão da dupla cidadania em 1955, preferindo que aqueles que partissem se naturalizassem no país de acolhida. Assim, as diásporas chinesas nas décadas de 1960 e 1970 foram majoritariamente interpolares, e a emigração da China era quase sempre

clandestina e vista como fuga. Havia ainda uma inquietação dos ultramarinos que haviam migrado para países vizinhos e temiam uma tentativa de anexação pelo governo de Beijing (nos casos de Hong Kong e Taiwan) ou sofriam com as oscilações das relações políticas entre os países de recepção e a República Popular da China, além de casos de estigmatização social e perseguição à minoria chinesa nesses países.

Outro regime de mobilidade sucedeu àquele – não sem hesitações e oscilações, especialmente na transição de um a outro – a partir das reformas de Deng Xiaoping, que transformou áreas altamente sensíveis em economicamente vibrantes com a criação, em 1979, das Zonas Econômicas Especiais e com a abertura de 14 cidades costeiras, em 1984, para investimento estrangeiro. Desde meados da década de 1990 até hoje, o governo chinês segue uma política conhecida como “abordagem das 12 palavras”, que preconiza “apoiar a educação no estrangeiro, encorajar o retorno e garantir a liberdade de movimento” [*zhichi liuxue, guli huiguo, lai qu ziyou*] (XIANG, 2007, p. 9).

Somou-se às redes migratórias históricas discutidas acima a adoção de medidas capitalistas para o processo de desenvolvimento na China que impulsionaram as migrações: as internas, pela necessidade de mão-de-obra, e as internacionais, pela necessidade de atração de investimentos e, posteriormente, pelas diásporas comerciais sugarem a produção. Isso do ponto de vista de políticas, ao passo que o desenvolvimento de companhias privadas gerou efeitos práticos para os trabalhadores chineses, muitos deles vindos do êxodo rural, relacionados com a possibilidade de migrar ao exterior: acúmulo de capital necessário para as travessias, e também, de outro lado, acentuação das desigualdades econômicas, que fez os mais pobres desejarem a emigração como alternativa de mobilidade social (XIANG, 2007, p. 7).

4.3.1 Da restrição de mobilidade internacional ao reconhecimento de ultramarinos

Os números recordes de migrações ainda são de trabalhadores, entretanto a migração de estudantes, por exemplo, revela mais por seu significado do que pelos números. Depois de anos em que a migração internacional de estudantes era autorizada em poucos casos e apenas para países do bloco socialista, os Ministérios da Educação e das Relações Externas conjuntamente regularam essa modalidade em 1979, depois de declarações oficiais de Deng Xiaoping clamando por medidas nesse sentido. A intenção era claramente qualificar os futuros profissionais da segunda etapa do processo de industrialização. Não por acaso, eles são o mais visado tipo de migração de retorno e passaram a ter o direito de deixar seu emprego público e se empregarem no setor privado, inclusive nas multinacionais.

O perfil desses migrantes também se alterou: dos poucos financiados pelo governo que realizavam a especialização final de seus estudos notadamente na antiga União Soviética, eles são agora mais jovens e financiados por outros órgãos estrangeiros na Europa e América do Norte, e abundam também casos de intercâmbio autofinanciado (autorizado pelo Conselho de Estado em 1981, depois de três décadas em que era proibido) ao longo de toda a trajetória educacional, muitas vezes com auxílio de agências especializadas.

A regularização de migrações internacionais mais flexíveis inclui outras alterações estratégicas com relação à permissão de criação de agências especializadas. Em 2002,

duas décadas depois de permitir o intercâmbio para qualificação educacional, passou-se a permitir que houvesse também agências criadas para facilitar a emigração de trabalhadores contratados, o que era antes um monopólio estatal, servindo assim não apenas para enviar chineses para se qualificarem no exterior, como também para empregar temporariamente uma massa trabalhadora sem qualificação que voltava com dinheiro estrangeiro. Praticamente inexistiam agências licenciadas – eram quatro em 1980 – e ultrapassaram a marca de três mil em 2005 (XIANG, 2007, p. 9).

Com relação à migração contratada de trabalhadores, além de licenciar agências privadas para organizar a exportação de mão-de-obra, o papel estatal passa por acordos bilaterais com governos de países do Sudeste Asiático, do Oriente Médio e especialmente da África. Esses acordos estabelecem o fornecimento de serviços, sobretudo de construção civil, e os modos de recrutamento da mão-de-obra chinesa exportada, seja através das agências, seja pelo próprio Estado. Essa parece ser uma das estratégias escolhidas com relação ao já crescente desemprego na China (SASSEN, 2010, p. 131), além de ser um modo universal de arrecadar divisas, aumentar o lucro privado e a receita estatal (SASSEN, 2010, p. 128).

Os retornados eram desejados ou por sua qualificação educacional ou por sua capacidade de investir. Isso era interessante para o governo nacional, mas mais interessante ainda seria que fossem direcionados para locais-alvo do plano desenvolvimentista chinês. Assim, alguns governos provinciais e municipais foram autorizados a tomar medidas de atração aos retornados. Uma competição que incluía salários altos, impostos reduzidos, empréstimos a juros especiais, subsídios de moradia ou para a educação dos filhos etc.

Em especial no caso da atração de investimentos, as divisas passaram a ser mais valiosas do que a presença física de seus remetentes. Em 2001, o governo formalmente propôs a substituição da expressão “retorne e sirva ao país” por “sirva ao país (desde fora)” (XIANG, 2007 p. 14).

A mudança com relação aos ultramarinos também os encorajava a estabelecer relações entre eles, estivessem onde quer que fosse, ao mesmo momento em que houve uma valorização governamental das diásporas chinesas com políticas para a criação de jornais que divulgassem o mesmo conteúdo mundo afora para os chineses e sites oficiais dos migrantes (organizados pela origem comum, seja cidade, seja província, ou pela região de destino, seja país, seja subcontinente).⁴⁸ Além da sensação comunitária propagada através das diásporas, o governo incentivou também relações com os novos migrantes (MA MUNG, 2009, p. 34), o que marcou a “opção pela diáspora” entre atrair de volta ou reforçar os laços por parte do governo (XIANG, 2007, p. 13). O nome dado ao plano lançado em 2002 pelo recém-criado Escritório de Relações com Chineses Ultramarinos do Conselho de Estado, “Desenvolvendo a terra mãe e beneficiando/auxiliando chineses ultramarinos”, parece captar bem esse espírito. Para Ma Mung:

Si l'encouragement au développement des liens avec la Chine peut être vu comme une tentative d'étendre le contrôle sur les Chinois d'outre-mer, celui qui concerne le développement des relations entre les différentes implantations historiques contribue à renforcer leur fonctionnement diasporique. Il

48 Nesse sentido, um jornalista pequinês foi enviado nos anos 1990 para reformular o jornal chinês de maior tiragem editado no Brasil, e houve a criação do *website* sobre os ultramarinos no Brasil, já na década de 2000: www.bxqw.net.

revient à consacrer la diaspora comme entité distincte de la Chine et à la reconnaître de facto comme entité autonome. (2009, p. 34).

Se é verdade que a reaproximação dos laços da China com os ultramarinos reflete mais a autonomia da diáspora em relação ao Estado do que subordina aquela ao controle deste, isso não deixa de ser estratégico. Consagrar certa autonomia diaspórica significa receber divisas, atrair investimento externo e permitir o escoamento de produtos *made in China* (cujos lucros são parcialmente revertidos em remessas): atração dupla – de remessas e de investimentos externos diretos – e lucros contabilizados em dobro – com a venda na exportação e com o recebimento de divisas. Não se trata apenas de querer controlar as pessoas em movimento, mas, principalmente, de gerir o movimento das pessoas.

Com relação à questão do lugar da produção na chamada era pós-industrial, percebe-se que se trata, na verdade, de uma nova distribuição na geografia das plantas industriais e de uma recentralização em países em desenvolvimento, com protagonismo do Sudeste Asiático, dentre outros lugares.

Por um lado, os aludidos lugares de controle a distância da produção de riquezas contemporânea, que outrora foram os lugares de produção industrial mais importantes do sistema econômico capitalista, são cidades globais centralizadoras dos fluxos financeiros (SASSEN, 1998, p. 13-21; 2010, p. 92-97). Por outro, isso não significa que a produção de riquezas prescindia de centros industriais que se encarreguem de efetivamente produzir os bens. Significa que a dita globalização pelos centros controladores financeiros somente ocorre na medida em que há lugares de produção industrial em outros cantos do mundo. E mais: tal controle exercido pelas altas finanças não deixa de se coadunar com os interesses privados e governamentais dos novos centros industriais, que passam a compor a complexa gestão dos fluxos financeiros através das políticas públicas e de uma agenda de política externa econômica que exprimem seus interesses nacionais públicos e privados.

4.3.2 A mobilidade interna: do regime de fixação ao redirecionamento da mão-de-obra migrante

Se a opção pelas diásporas é um conjunto de medidas do governo chinês que são também informadas pelo plano desenvolvimentista, tudo isso somente seria possível se houvesse mão-de-obra disponível para encher as fábricas no começo da industrialização da era Deng.

Do ponto de vista interno, há na China, desde 1958, um sistema de registro dos cidadãos segundo seus locais de nascimento, um dos mais severos modos de fixação populacional já vistos, persistindo atualmente com adaptações e novas consequências. É um sistema, chamado de *hukou*,⁴⁹ de permissão de residência em que o registro da população (familiar e individual) é obrigatório. Trata-se de um sistema baseado em práticas

49 户口 em mandarim simplificado; ou *hùkǒu*, em *pīnyīn*, o sistema de romanização dos ideogramas chineses mais utilizado atualmente. Etimologicamente, a palavra forma-se pelos ideogramas que significavam originalmente porta e boca e, modernamente, significam família e população, podendo ser traduzida por registro de população.

muito antigas de controle censitário e fiscal na China (e em outros países da Ásia), mas que, entre 1958 e 1979, impediu a migração interna sem autorização prévia.

A literatura recente diverge a respeito do fato de haver efetivamente liberdade de mobilidade interna na China depois de as reformas terem, no final da década de 1970, abolido o impedimento da migração interna posta em marcha pela política de *hukou*. Atualmente, aquele que deixa sua região de origem perde alguns dos direitos e das garantias que um cidadão chinês tem em seu local de registro, salvo se for um trabalhador formal da “economia de mercado”. Pelo fato de não existirem garantias de direitos sociais aos que migram internamente de maneira não oficial, pode-se dizer que não há liberdade plena de mobilidade.

Os registros eram categorizados de duas formas. Um critério era a elegibilidade socioeconômica, isto é, o tipo ou natureza do *hukou*, que poderia ser “agricultor” ou “não agricultor”. O registro em um ou outro tipo baseia-se nas divisões ocupacionais na década de 1950 e não reflete necessariamente as ocupações atuais dos portadores. O outro critério era a localização da residência, e os registros poderiam ser “local” e “não local”. Todos os cidadãos chineses tinham seu registro segundo esses critérios, dentre as quatro possibilidades. Muitos ainda o têm dessa forma, mas, a partir da relativa autonomia no registro dada ao poder municipal depois das reformas do sistema e de variações mais gerais nas últimas duas décadas, alguns chineses têm registros diferentes.

Entre 1958 e 1979, os anos mais severos da restrição à mobilidade, o governo local poderia sancionar cidadãos com *hukou* não local, ou seja, nos casos de migração não oficial. Dada a enorme quantidade de indivíduos que deixam seus locais de origem, a literatura fala em migração *hukou* (oficial) e não *hukou* (não oficial). No entanto, para o governo, apenas a primeira é considerada migração, e a segunda recebe o nome de “populações flutuantes”, que não se espera estar naquela cidade senão em trânsito.

O tipo de *hukou* era muito importante: estabelecia uma clivagem entre a população agricultora e a não agricultora, o que resultava em acesso ou não a diferentes benefícios do Estado⁵⁰ – mas, é importante dizer mais uma vez, não correspondia à divisão entre população rural e urbana, e eram muitos os detentores de *hukou* agricultor nas cidades, situação cada vez mais frequente devido à desatualização das categorias socioeconômicas e do crescimento dos vilarejos e cidades.

Depois de 1978, com o fim da proibição completa de migrações sem autorização, além do acesso diferenciado aos benefícios estatais pelo tipo de *hukou*, o registro continuou sendo importante porque um portador de *hukou* não local não poderia reclamar seus direitos (fossem eles de um ou outro tipo). Ou seja, se antes ele não poderia migrar oficialmente, depois a mobilidade física se tornou mais facilitada, mas não a permanência, pois lhe eram negados seus direitos. Nesse mesmo período, coincidente com as reformas iniciadas por Deng Xiaoping, havia cada vez mais variações entre jurisdições urbanas quanto ao tipo e à quantidade de serviços e privilégios disponíveis para os porta-

50 O direito ao recebimento dos subsídios de cereais era o primeiro desses benefícios (o sistema teria sido implantado como medida de racionamento e distribuição de gêneros alimentícios depois de um longo período de crise e fome no final dos anos 1950), sendo mais privilegiado o detentor de *hukou* agricultor local. Num momento posterior, casas populares e outras formas de residência providas pelo Estado, emprego, previdência, educação, acesso aos serviços médicos etc. completaram a lista das garantias estatais, que passaram a compor o provimento de benefícios estatais sobretudo nas cidades e tornaram quase nulo (no sentido de acesso a essas garantias) o registro de agricultor de uma localidade não beneficiada com a industrialização.

dores de *hukou* local, o que gerou uma competição por tentativas frustradas de alteração do registro.

Até o início dos anos 1990, a maior parte das migrações oficiais precisava de duas mudanças de status: de agricultor para não agricultor e de não local para local. Nesses casos, o processo mais importante, e mais raro de ser cumprido, era o primeiro (chamado de *nongzhuanfei*). Somente depois disso e de apresentar a documentação a autoridades de segurança pública do novo local é que era entregue uma “permissão para migração” com a mudança regular para o status “local”. Como dizem Chan e Buckingham (2008), “*the qualifications for nongzhuanfei were stipulated by the central government and were designed to serve the needs of the state*”. Os casos de mudança de status eram reservados para aqueles que fossem recrutados permanentemente para empresas estatais, tivessem suas terras desapropriadas, fossem aprovados para instituição de ensino superior⁵¹ etc. O governo central controlava as cotas totais e de cada localidade de transferências *nongzhuanfei* possíveis entre 0,15 e 0,2 % da população de *hukou* não agricultor, declaradamente como um instrumento para alocação da força de trabalho dentro da economia planejada.

O sistema de *hukou* passou por algumas mudanças importantes desde então. Ainda assim, é simplória e acrítica a posição dos que assumem que o sistema deixou de impactar a vida dos cidadãos chineses. Em especial, no começo dos anos 2000, quando o governo central afirmou abolir a classificação segundo critério de elegibilidade socioeconômica, foi muito festejado o fim da distinção entre agricultores e não agricultores, inclusive pela maior parte da mídia internacional e por vários intelectuais. O que foi celebrado como fim da política de controle da mobilidade populacional tratava-se apenas da gradativa reforma no processo de transferência de *hukou* agricultor para não agricultor (cujo principal efeito foi delegar essa responsabilidade ao nível local) e da abolição da distinção entre agricultores ou não (apenas em alguns lugares), iniciada no final da década de 1990.

Em muitos lugares persiste a classificação do *hukou* segundo o tipo e no geral persiste a política de *hukou* segundo a classificação de localização residencial, o que tolhe os direitos dos chineses não locais quando decidem migrar, exceto nos casos em que o registro de trabalho na cidade de destino permite o acesso aos benefícios estatais. Na verdade, a situação é ainda mais complexa porque o benefício desses cidadãos pode não se estender a sua família ou continuar assegurado a eles quando do desemprego ou acidente de trabalho, a depender de ajustes locais na política de *hukou* delegada parcialmente às cidades na década de 2000.

Ou seja, a classificação de agricultor persiste em muitos locais e mesmo naqueles em que isso caiu por terra há restrição ao acesso a garantias estatais para os portadores de *hukou* não local, inviabilizando a migração interna. Por outro lado, o trabalho formal nessas cidades garante ao trabalhador o acesso aos direitos – apenas a ele e enquanto estiver empregado.

Mais do que a incapacidade de conter o fluxo migratório (cuja parte majoritária corresponde ao êxodo rural), a combinação desse conjunto de políticas centrais aliado

51 Interessante notar que o ensino superior estava dentre as poucas causas do *nongzhuanfei*, no período de maior dificuldade de conversão de status; depois, quando era interessante que a formação acadêmica fosse realizada no estrangeiro, a educação era incentivo de mobilidade internacional e não doméstica. Os tratamentos das migrações de formação acadêmica em um e outro regime de mobilidade são pontos sintomáticos da gestão dos fluxos pelo Estado chinês.

às medidas locais nas jurisdições em que houve delegação de responsabilidade sobre essa política migratória resulta em tentativas de direcionar os fluxos migratórios para determinadas cidades ou regiões, exatamente os centros industriais que precisam da mão-de-obra no processo de industrialização e abertura econômica.

No início da década de 1980, vários programas começaram a ser implementados para delegar poder administrativo e fiscal aos governos provinciais e locais, o que aconteceu também com o sistema de *hukou*. Os governos locais passaram a ter mais autonomia para decisão sobre os níveis de migrações *hukou* e também migrações temporárias oficiais não *hukou* ensejadas pela criação de categorias especiais de registros temporários para *hukou* não local. A ideia inicial dessa autonomia era tornar o controle sobre essas migrações mais próximo dos indivíduos, através de agentes das secretarias de segurança pública, e mais eficaz em expulsar os migrantes, como se vê em 1980 e 1981 com as diretivas do Comitê Central e do Conselho de Estado (XIANG, 2007, p. 4). Só depois de 1984 é que essa delegação de responsabilidade sobre o controle migratório tornou-se efetivamente uma transferência de responsabilidade sobre a política migratória, acompanhada das primeiras medidas de eliminação da distribuição de grãos.

O governo central também interferiu diretamente nas migrações oficiais, facilitando, na década de 1990, aquelas para cidades pequenas. Em 1992, o Ministério da Segurança Pública permitiu que governos locais emitissem *hukou* local permanente ou quase permanente para investidores e outros (principalmente os que tinham emprego estável e endereço fixo). Como efeito disso, várias categorias de *hukou* locais permanentes ou semipermanentes foram criadas em algumas cidades (*blue stamp, green card, etc.*) O governo central delegou a administração das cotas *nongzhuanfei* à maior parte das cidades, assim como o poder de admitir migrantes. Em 1998, mais diretivas do governo central facilitaram o oferecimento de *hukou* locais por parte dos governos locais para investidores e qualificados e permitiram transferências de *hukou* em casos de reunião familiar.

Na segunda metade da década de 1990, a abolição do *nongzhuanfei* foi experimentada em alguns poucos lugares e, na primeira metade da década seguinte, algumas unidades administrativas provinciais (Guanxi, Guangdong, Zhejiang, Shanghai, Jiangsu, Henan, Hebei) anunciaram que eliminariam as cotas *nongzhuanfei* na regulação de *hukou* urbanos em jurisdições individuais (cidades e vilarejos), sendo que a emissão de *hukou* local basear-se-ia apenas nas condições de entrada para regular a migração *hukou*. Ou seja, a eliminação do processo de alteração do registro para permissão de migração interna oficial deu-se apenas em algumas cidades, não por acaso nas cidades beneficiadas com a política de industrialização; ainda assim, a ausência desse procedimento não significou a permissão imediata da migração, pois um não local deveria requerer a conversão do registro a fim de acessar as garantias, o que dependeria do governo local segundo as demandas por mão-de-obra naquele momento.

Todo e qualquer tipo de migração interna não oficial é encarada pelo governo como *renkou liudong*, isto é, “população flutuante”. Esses migrantes não *hukou* são oficialmente entendidos como população em trânsito e não se espera que permaneçam no local (para o qual não são legalmente autorizados). Na prática, esses migrantes permanecem por anos à margem de qualquer garantia estatal na cidade de destino e são, em sua maioria, pessoas com *hukou* agricultor vindos do campo em busca das oportunidades de trabalho nas cidades industrializadas (BUCKINGHAM; CHAN, 2008, p. 590).

Se o emprego formal permite atualmente a migração autorizada, a população flutuante em torno das cidades industriais não deixa de movimentar as fábricas através do trabalho informal, sujeitando-se a condições de trabalho árduas, exploração e desamparo social. A população flutuante compõe a maioria da força de trabalho nessas cidades, um exército de reposição de mão-de-obra que não para de chegar e cuja “aposentadoria” pode tanto significar a mendicância de mutilados nas ruas como as histórias de mobilidade social e enriquecimento, o que demonstra a irrefreável chegada da desigualdade social ao país. Especialmente o Delta do Rio Pérola, na província de Guangdong, passa a atrair enorme contingente de migrantes flutuantes, enquanto boa parte dos cantoneses decide pela diáspora comercial (PINHEIRO-MACHADO, 2009, p. 86-88) – e, claro, criam estímulos para os recém-chegados à emigração, o que se efetiva em poucos casos.

4.4 MODOS DE ESPACIALIZAÇÃO DO ESTADO CHINÊS E RELAÇÕES DE CIDADANIA: REORIENTAÇÃO EM DIREÇÃO AO CAPITALISMO

Num certo sentido, a tendência geral das mudanças do regime de mobilidade na China foi o despertar das autoridades para o fato de que, ao imobilizar interna e externamente sua população, estavam deixando de aproveitar sua produtividade.

Em ambos os regimes de mobilidade, durante o maoísmo e após as reformas, os efeitos dos modos de controle da população tiveram o sentido de uma espacialização do Estado, que gerou confinamentos, segregações e espaços marginais de cidadania dentro e fora das fronteiras nacionais. Durante o maoísmo, os direitos de cidadania eram negados aos migrantes internacionais, portanto eram limitados ao interior das fronteiras nacionais e, mesmo internamente, transformaram local de origem no único espaço de gozo dos direitos garantidos, circunscrevendo fronteiras de atribuição plena de cidadania dentro do próprio país para cada cidadão. Ao contrário, no momento seguinte, a partir dos 1980 e consolidado mais recentemente, o reconhecimento de cidadania dos ultramarinos resulta em uma sorte de acompanhamento móvel da atribuição de direitos para os migrantes internacionais, e o esquadrinhamento das novas fronteiras internas de acesso aos direitos de cidadania é decidido também pelas jurisdições locais, em uma competição entre cidades que torna esse novo mapa nacional algo mais mutante.

A diferença reside no fato de que antes a atribuição de certos direitos de cidadania em determinados espaços diminuía a importância das cidades e corroborava o ideário de fixação no local de origem para desenvolvimento das unidades de trabalho locais, base da economia planificada pensada em termos de um “proletariado campesino”. Depois, a nova distribuição segundo outros espaços serve aos propósitos da economia de mercado na medida em que passa a impor aos migrantes internos quase exclusivamente a opção de tornarem-se trabalhadores nas fábricas das regiões industrializadas enquanto, ao mesmo tempo, garante o reconhecimento da cidadania aos ultramarinos com vistas a atrair investimentos externos para a indústria. Após as reformas, o direcionamento estratégico dos fluxos populacionais refletia a expectativa de industrialização, que logo se alinhou com a intenção de inserção chinesa no capitalismo globalizado.

Externamente, os ultramarinos eram encarados como traidores e lhes era reservado o ostracismo e a negação dos direitos pela perda da cidadania. Internamente, o campo foi inicialmente privilegiado e as cidades quedavam à parte de políticas desenvolvimentistas pensadas para o “proletariado rural” de forma que a população urbana foi excluída dos subsídios estatais; por outro lado, a fixação dos “agricultores” em seus locais de origem os manteve do lado de fora das aberturas iniciadas na década de 1980 e tolhidos primeiro da liberdade de movimentar-se entre províncias e depois de gozar das garantias de direitos sociais fora da região de registro de residência. As populações excluídas de certos tipos de direitos que marcavam sua relação com o Estado mediada pela cidadania no campo, na cidade ou no exterior passaram a compor a força motriz do desenvolvimento econômico chinês, através da mão-de-obra migrante rural, da captação de investimentos ultramarinos e, mais recentemente e talvez como uma consequência não prevista, da distribuição das exportações chinesas pelas diásporas comerciais. Em vez de impedir o movimento populacional,⁵² seu ordenamento visou ao rendimento máximo da força produtiva, o que reflete a percepção de que a população é um instrumento desenvolvimentista do Estado (XIANG, 2007, p. 3).

Apesar de o processo decisório ser ainda centralizado (além de opaco) e de preponderarem normativas e políticas genéricas do governo para todo o território, o funcionamento do Estado chinês é altamente burocratizado. Isso faz com que a decisão central se infiltre na vida prática dos cidadãos através de uma cascata de instâncias de autoridade até o poder local operar efetivamente o controle das políticas. O sistema administrativo chinês é ainda muito territorializado, delimitado por fronteiras jurisdicionais rígidas entre as áreas rurais e urbanas ou entre províncias e municipalidades (XIANG, 2007, p. 4). Vale dizer que há a preponderância de um modo de espacialização estatal através das noções de verticalidade e abarcamento (FERGUSON; GUPTA, 2002, p. 982-983); isto é, “de cima para baixo”, como se o Estado se pusesse acima das partes que o compõem e atingisse todas elas indistintamente, mediado por burocracias próprias que se hierarquizam entre ele e os cidadãos.

O controle de fronteiras na China está sob a responsabilidade do Ministério de Segurança Pública. Os órgãos de implementação das políticas e da regulação da mobilidade internacional de cidadãos nacionais e estrangeiros são o Departamento de Defesa da Fronteira e as Estações Policiais de Fronteira subordinadas ao Ministério. A política de combate ao tráfico de pessoas na China, por exemplo, assunto polêmico de interesse propagandístico do governo, criou equipes de força tarefa especiais que são enviadas pelo governo central para monitorar os órgãos de implementação do controle de fronteira, inclusive com poder de sancionar e mesmo demitir chefes de Estação se forem encontrados traficantes de pessoas na área. Regularmente, relatórios sobre as migrações legais e ilegais feitos pelos chefes de Estação através dos dados coligidos pelos oficiais dos postos são

52 Histórica e culturalmente, os movimentos populacionais foram comumente entendidos na China como fator de desestabilização social e política, associado a rebeliões e desordem. Não deixa de ser interessante compreender a origem etimológica da palavra população em chinês: boca. Carregada de significados associados à obediência civil, o menor sinal de movimento populacional era mormente entendido como desarmonia política associada a rebeliões reivindicativas da resolução da crise e dos problemas da fome. O legado confucionista teria ainda implicado uma significação propriamente insurgente no organismo vivo da população, que deveria ser mantido nos limites da obediência muda aos comandos dos sábios. Vários especialistas interpretaram as especificidades da formação do Estado chinês a partir dos elementos culturais que informariam sua leitura das teorias política e filosófica da soberania e da teoria jurídica geral do Estado.

enviados a instâncias superiores sucessivamente até o gabinete do ministério (XIANG, 2007, p.08).

Além de órgãos administrativos e instâncias burocráticas, a transubstanciação do Estado é claramente percebida com a parafernália documental que os cidadãos devem carregar. Em especial nos contextos de mobilidade, a permissão de migrar presentifica o Estado e materializa os espaços em que as relações de direitos e deveres da cidadania são aplicáveis e em quais medidas.

No que concerne às migrações internacionais, por exemplo, a China tem quatro tipos diferentes de passaportes: o diplomático, o das Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau, o comum público e o comum privado. A maior parte dos países possui o passaporte comum e o diplomático e reserva outros tipos de passaporte para estrangeiros em situações especiais, como aqueles sem representação diplomática, refugiados, asilados, apátridas etc. No caso chinês, compreende-se a existência de um passaporte especial para as Regiões Administrativas Especiais – o que não deixa de criar clivagens no acesso a direitos e na possibilidade de mobilidade internacional ou entre esses territórios e o restante do país. A clivagem territorial da região de origem também aparece como fator determinante na requisição do passaporte e, posteriormente, do visto.

Atualmente, o passaporte taiwanês (que não é regulado pelo governo de Beijing) permite a seus portadores a entrada na República Popular da China sem visto – o que faz parte da política de incorporação da “província rebelde”. Mas não sem dificuldades, muito menos sem que isso sofresse oscilações ao longo das últimas seis décadas. Na prática, o trânsito de cidadãos entre a República da China e a República Popular da China é ainda pequeno e intermediado por passagens pelas Regiões Administrativas Especiais. Uma vez que a República Popular da China não admite dupla nacionalidade, mas sim o governo de Taiwan, muitos migrantes internacionais que possuem passaporte taiwanês preferem mantê-lo a requererem o passaporte chinês, para requisitar também o passaporte do país de acolhida, quando possível (SILVA, 2008a, nota 14).

Já a diferenciação entre os tipos público e privado marcava claramente as tensões e tramitações políticas do enquadramento do requerente de passaporte, uma medida de constrangimento que visava a afastar a emigração do horizonte de possibilidades ordinário e de hierarquização cívica através da distinção social pela vinculação funcional ou empregatícia com o governo (uma vez que esse era o critério que separava o comum público do comum privado). Os tipos diferentes de passaporte carregam ainda marcas de um momento de forte ideologização das relações entre Estado e cidadãos, em que estes eram reconhecidos antes como sujeitos políticos do que como indivíduos.

Não por acaso, quando a migração torna-se estratégica, medidas para simplificação da obtenção do passaporte são tomadas, assim como o que ocorreu com as reformas do processo de mudança de status dos *hukou*. Em ambos os casos foram tomadas também medidas experimentais de unificação do processo e do próprio documento em questão.

Políticas originalmente pensadas para outras áreas também influíram na conformação desse novo regime de mobilidade. Em 1986, um sistema de cartão de identidade foi adotado na China como modo de controle social das políticas de segurança e combate à criminalidade, contudo um de seus efeitos diretos foi a progressiva substituição do registro *hukou* familiar por esse documento. Como resultado, as mobilidades transitórias

ficaram facilitadas, apoderando simbolicamente seu portador da garantia dos direitos dos cidadãos chineses, independente do status de seu *hukou* (XIANG, 2007, p. 3).

Assim como o sistema de cartão de identidade permitiu em alguns casos sua apresentação em substituição do registro *hukou*, localidades experimentais exatamente na província mais afetada pelas políticas industriais e de onde sai grande contingente emigratório, Guangdong, permitem desde 2002 que os requerentes de passaportes apresentem apenas seu cartão de identidade. Cerca de duas dezenas de procedimentos administrativos diferentes foram reduzidos a apenas um, que dura no máximo três dias úteis (XIANG, 2007, p. 8).

Se as mudanças relativas à mobilidade populacional interna começam por permitir a própria mobilidade física e culminam em uma constelação de situações práticas, legais e burocráticas que direcionam a mão-de-obra para os centros que as demandam, a novidade no tratamento das migrações internacionais é o surgimento de outra lógica de espacialização, na esteira de um processo de reconhecimento dos ultramarinos e de construção simbólica da presença do Estado para além de suas fronteiras. A ordem discursiva será um vetor importante para esse sentido de espacialização onde soberanamente o Estado chinês não pode se fazer presente. Essa espacialização efetiva-se parcialmente na medida em que se reconhecem os direitos dos ultramarinos como cidadãos plenos do Estado chinês e se relaciona com eles através de instâncias burocráticas hierarquizadas – como se de fato o território em que se encontram além das fronteiras chinesas fosse um ponto de materialização espacial do Estado através de um vaso comunicante.

Essa sorte de acompanhamento estatal móvel, o que Appadurai chamou de soberanias móveis (1997), com parcial garantia de direitos e deveres alhures, onde quer que haja um cidadão nacional, não é exclusiva do caso chinês; muito pelo contrário, é uma tendência da sociedade de estados contemporânea. Especificamente com relação à China, o que é significativo é compreender que esse outro modo de espacialização estatal (que se coaduna com o abarcamento vertical mais típico) surge como reflexo da mudança do regime de mobilidade doméstica e internacional, atingindo situação que até pouco tempo atrás demarcava claramente a exclusão do acesso a direitos de cidadania e a marginalização da própria relação com o Estado.

A modalidade de espacialização pode ser compreendida metaforicamente pela imagem da pirâmide de onde saíam também feixes comunicantes com vários pontos do globo, em espaços que estão, do ponto de vista das soberanias westfalianas, à margem da jurisdição chinesa (THUNO, 2001, p. 917). Se a globalização pode ser entendida como a desestabilização da conjunção entre território, autoridade e direitos, própria do Estado moderno (SASSEN, 2006, 2007, 2010), o Estado chinês parece ter entendido que pode de alguma forma exercer autoridade para além de seu território, seja pela ligação cultural diaspórica (que não deixa de ser uma mediação política e econômica também), seja pelo alcance móvel dos direitos e deveres dos cidadãos chineses ultramarinos, com uma manipulação produtiva das populações dentro e fora da espacialização jurisdicional chinesa.

Manter vivo também o pertencimento simbólico através de mídias diaspóricas estatais religa os laços culturais com a pátria mãe e por vezes incita o ressurgimento ou até mesmo a criação de sentimentos patrióticos ou ideológicos, formando uma espécie de paisagem étnica transnacional (*ethnoscape* nos termos de Appadurai, 1996). Como se pode notar, esse tipo de ligação não diz respeito apenas à origem comum ou às ligações com a terra originária: são mediações culturais de questões políticas latentes, muitas ve-

zes tensionando grupos migrantes entre si através de problemas territoriais, independentistas, partidários ou ideológicos da China e certamente polarizando posições políticas nas diásporas em relação aos demais grupos nas sociedades em que se encontram.

Mas não apenas de modo cultural ou na dimensão psicológica aparecem novos tipos de ligações políticas com a China, senão também através da atribuição de direitos tangíveis de cidadania, ou melhor, do reconhecimento de que os ultramares são cidadãos chineses. Num primeiro momento, essa reaproximação antes de tudo discursiva teve intenções e efeitos de atração de investimentos, pois os que haviam migrado – ou seus filhos – e obtido passaporte estrangeiro viam poucos incentivos para abdicar de sua cidadania em favor da chinesa.

Atualmente, há a possibilidade sempre presente do retorno, com políticas atrativas. Aqueles que deixaram o país depois desse momento de reconhecimento dos cidadãos ultramares passam a ter mais incentivos à migração pendular e planejam suas migrações como um modo de investimento em território estrangeiro, acentuando o caráter aventureiro cada vez mais presente nas migrações contemporâneas, imaginando que o retorno e novas migrações interpolares são possibilidades futuras concretas⁵³.

Quando se fala de migrações internacionais na China, é mais comum a literatura especializada tratar de emigrantes chineses e não dos estrangeiros que se mudam para lá. Embora a imigração para a China seja comparativamente menor do que a emigração, ela não é desprezível e houve especialmente um crescimento vertiginoso nos últimos anos que merece mais atenção. O fato de apenas as emigrações chinesas serem problematizadas não se deve apenas à sua expressividade numérica, mas principalmente ao fato de ela ser constitutiva das cosmologias do capitalismo contemporâneo.

Se Deng Xiaoping aludiu a um “socialismo de mercado como sendo o socialismo com características chinesas”, atualmente vivemos um contexto globalizado de capitalismo com características chinesas. Neste momento de um projeto de mundialização mercantil selvagem e ultraliberal, como disseram Alain Tarrius e Lamia Missaoui (2006, p. 6), o fato de a China ter-se tornado um novo polo da produção e exportação chama atenção à diáspora comercial que isso enseja. A participação da China nos circuitos globais do capitalismo não apenas adiciona um ator de peso entre as economias capitalistas, como ainda parece ser um caso emblemático das novas formas de produção e circulação de riquezas que compreendem um recentramento industrial e mudanças na geopolítica mundial.

Para Li Zhang e Aihwa Ong, a forma particular de articulação de medidas neoliberais na economia chinesa, que denominam “socialismo a distância”, não se restringe às atividades do mercado nas regiões de industrialização e são também a emergência de um discurso chinês sobre privatização. Tal discurso, ao ser entronizado pela maioria dos chineses, cria um “conjunto de técnicas que aperfeiçoam ganhos econômicos pela

53 Appadurai explicita o caso emblemático, talvez não tão distinto assim do que se passa na China, que lhe fez atinar para a ideia de soberanias móveis, ou, como sugere o título de seu texto, para soberanias sem territorialidade em uma nova geografia da era pós-nacional: “Na Índia, por exemplo, existe a categoria de indiano não residente (Non-Resident Indian - NRI). Até hoje, em meio à persistente euforia quanto ao fim do comunismo e da economia planificada, assim como à onda de entusiasmo pela ampliação do mercado e liberação do comércio, os NRIs têm direitos especiais mantidos por forças nacionais e regionais que buscam atrair capital e conhecimento expatriado para a Índia. Desta forma, bancos, estados e empresários privados indianos, em seu interesse por este conhecimento e capital, estão comprometidos com acordos especiais com NRIs particularmente quanto a impostos, direitos de propriedade e liberdade para entrar e sair da Índia.” (1997, p. 37).

promoção de poderes da personalidade” e dita como “ser e portar-se como um chinês na atualidade” (ZHANG; ONG, *Privatizing China: Socialism from afar*, 2008 apud SILVA, 2008, p. 19⁵⁴). As autoras, baseadas na conceituação de Nikolas Rose de neoliberalismo como uma tecnologia de governo a distância que incita práticas autônomas, o despotismo da personalidade e o autoempreendimento, entendem as privatizações e as reformas econômicas amplamente como “um conjunto de mecanismos associados com o neoliberalismo enquanto uma tecnologia para governar e conquistar o crescimento considerado ideal” (SILVA, 2008a, p. 19).

O que não se pode perder de vista é que os efeitos dessa gestão dos fluxos populacionais do Estado chinês (que ainda se diz socialista) atingem inúmeros processos transnacionais da própria diáspora chinesa bem como dinâmicas de produção e circulação de riquezas do capitalismo contemporâneo.

4.5 AS PRINCIPAIS ONDAS MIGRATÓRIAS PARA SÃO PAULO

Nesse contexto diaspórico mais abrangente inserem-se os momentos mais importantes da história da migração chinesa para São Paulo, necessários para a compreensão da presença de comerciantes chineses na região da rua 25 de Março: o período entre as décadas de 1950 e 1970 e o período a partir da segunda metade da década de 1990. A despeito de não haver números confiáveis sobre a entrada de chineses em São Paulo e no país, a hipótese sobre essas duas ondas migratórias pôde ser verificada pela cronologia das trajetórias pessoais e coletivas dos informantes chineses e das instituições por eles fundadas⁵⁵ e cotejada pelos momentos de restrição ou flexibilização da emigração por parte do Estado chinês.

Silva pontuou a existência de três momentos de chegada massiva de chineses a Pernambuco, nas décadas de 1950, de 1970 e de 1990, tendência que ele identifica também para o caso geral brasileiro. Porém, se no caso pernambucano houve apenas uma incipiente migração na década de 1950, vinda de chineses instalados primeiro em São Paulo, não se mantendo o fluxo constante até a década de 1970, nos casos geral brasileiro e particular de São Paulo parece ter havido uma continuidade nesse período, conformando uma onda migratória apenas, vinda diretamente da China ou de migrações interpolares.

Segundo Silva, na década de 1950 chegaram a Pernambuco cerca de 15 famílias, que se seguiram à ida de dez engenheiros convidados pelo governo estadual, e que depois se concentraram no ramo de lavanderias. Esse fluxo intensificou-se depois que alguns chineses voltaram para São Paulo e houve rumores de possibilidades de enriquecimento,

54 PINHEIRO-MACHADO (2009, p. 79) também comenta a entronização de um estilo de vida liberal na China a partir da obra de Zhang e Ong.

55 Além dos informantes de pesquisa e das entrevistas com fundadores ou representantes de instituições chinesas em São Paulo, outras fontes utilizadas foram o livro *Baxi Huaren Geng yun lu* [História dos imigrantes chineses no Brasil], o artigo “Imigrantes e a imigração chinesa no Rio de Janeiro (1910-1990)”, de Shu Chang Sheng, e, de maneira mais ilustrativa, as matérias especiais VEJA – SÃO PAULO, “O vasto mundo da China em São Paulo”, de 15 de janeiro de 1986, e FOLHA DE SÃO PAULO, “Reclusa e discreta, colônia chinesa se espalha por SP”, de 26 de setembro de 2010.

especialmente nos restaurantes e pastelarias, naquele estado nordestino que incentivaram a reemigração. Na década de 1970, além do fluxo vindo de São Paulo, muitos chineses teriam vindo do Paraguai e outros ainda de Taiwan, seguindo redes migratórias e um motivo mais econômico do que político. Por fim, na década de 1990, chegou uma onda migratória majoritariamente da China continental relacionada, como no caso de São Paulo e conforme uma tendência das diásporas chinesas mais recentes, a “redes transnacionais de comércio chinês”, aproveitando-se de um circuito de cidades estratégicas no Brasil e no Paraguai além da China (SILVA, 2008a, p. 27-28)

Depois da ascensão comunista ao poder e separação das duas Chinas em 1949, o Brasil deixou de reconhecer o governo de Beijing, instalando-se imediatamente na capital japonesa, ainda ocupada pelo Comando Supremo das Forças Aliadas, e depois de 1952 em Taipei, a capital do governo da República da China em Taiwan, reconhecida pela maioria dos países, inclusive o Brasil. Enquanto não houve reconhecimento do governo comunista, o que somente veio a acontecer em 1974,⁵⁶ não havia emissão de vistos na China continental para o Brasil: era preciso ir até Macau para a expedição de um passaporte taiwanês e depois até Hong Kong para a concessão do visto. O fluxo de chineses para São Paulo foi grande nos dois primeiros anos do regime comunista, devido à fuga imediata do país e ao fato de nesse período ainda não se precisar de permissão especial nem passaporte para deixar o continente em direção a Macau ou Hong Kong, o que logo mudou com o fechamento das fronteiras e a perseguição dos contrarrevolucionários.

Depois de 1952, o fluxo de migrantes direto da China era quase irrisório porque permitido apenas em situações muito específicas. Não deixa de ser emblemático o fato de nesse momento o termo “migrações ilegais de chineses” significar a fuga clandestina de chineses para Macau, Hong Kong e Taiwan ou países limítrofes da China – situação completamente diferente da acepção contemporânea associada ao tráfico de seres humanos. A intensificação do controle sobre a emigração incluiu a requisição de mais permissões concedidas em níveis local e provincial. Apesar de longos, vale a pena citar dois exemplos narrados por Shu que ilustram bem o significado da migração clandestina e a intensificação do controle:

Em agosto de 1952, o chinês Chen Chao solicitou ao governo da cidade de Qingtian a permissão para ir a Macau e obteve autorização dos comunistas para viajar. Na alfândega de Gongbei, já havia soldados para examinar as documentações, mas o exame não era rigoroso. Chen Chao saiu com tranquilidade, mas o documento de viagem foi retido pela alfândega de Gongbei antes de chegar a Macau. Em Macau, por não possuir documentos de identificação, teve de recorrer ao grupo especializado em migração clandestina. Por isso, Chen teve de pagar para chegar a Hong Kong ilegalmente. Lá, ainda por falta de documentos, ele não podia solicitar diretamente o vis-

56 Depois do polêmico encontro secreto entre o então Secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger e o premiê chinês Zhou Enlai em 1971, e da subsequente substituição, no mesmo ano, do governo de Taipei pelo de Beijing nas instâncias das Nações Unidas, inclusive no Conselho de Segurança, houve o reconhecimento internacional majoritário da República Popular da China como soberana e da adoção do sistema de “um país, dois sistemas”. Desde então, o governo de Beijing manteve o sistema político de Taiwan, de forma que o impasse entre anexação plena ou independência mantém-se vivo, embora cada vez mais arrefecido.

to brasileiro. Depois de 11 meses de espera, recorreu a Chou Chi-Wen, que tinha parceiros comerciais em Hong Kong. Finalmente, Chen conseguiu emigrar para o Brasil, em 1953. A história de Chen ilustra bem a dificuldade que era para sair da China nesse período. Depois dele, outros dez qingti-neses também tentaram chegar a Macau, mas foram detidos em Cantão e mandados de volta para Qingtian, onde foram condenados à morte pelo regime comunista, que já estava inserido com mãos-de-ferro.

(...) Em 1957, Wu [Hsian-Chao] apresentou ao regime uma carta de convite do seu tio (que havia emigrado para o Brasil, em 1926), que passou pela aprovação de cinco hierarquias: o comitê do partido da sua unidade de trabalho, o governo do município de Wenzhou, o departamento da polícia de Wenzhou, o departamento de assuntos estrangeiros de Xangai e o departamento de segurança pública da província de Zhejiang. Após passar pela alfândega de Gongbei, ele finalmente chegou a Macau. Por falta de documentação, teve de gastar uma boa quantia em dinheiro para chegar ilegalmente a Hong Kong e receber uma cédula de identidade pelo canal clandestino. Wu precisou voltar novamente de Hong Kong para Macau para solicitar o passaporte da República da China, emitido pelo regime de Taiwan. Em seguida, retornou a Hong Kong para solicitar o visto do Consulado Brasileiro. Enfim, Wu embarcou em um navio holandês e chegou ao Rio de Janeiro, depois de 56 dias de travessia no alto mar. (2009).

Nas décadas de 1950 e 1960, vários navios holandeses chegaram aos portos do Rio de Janeiro e principalmente de Santos e seus passageiros foram acolhidos por contrêrneos chineses instalados em São Paulo através de um serviço de acolhimento da Missão Católica Chinesa no Brasil.⁵⁷ Esse auxílio mobilizava migrantes chineses em São Paulo para recepcionar os recém-chegados e conseguir-lhes emprego e aglutinava “a colônia”, como os mais antigos dizem. No seio dessa solidariedade, jantares beneficentes, empréstimos e consórcios de poupança uniram os chineses na capital paulista. O papel desempenhado pela Missão chegou até o Ministério das Relações Exteriores, através da exposição dos problemas dos migrantes na China e da solicitação de agilidade na tramitação da regularização da situação de estrangeiro. Com a instalação do regime militar no Brasil em 1964, e ainda mais depois do duro período da Revolução Cultural de 1966 a 1976 na China, a atuação da Missão restringiu-se ao alcance dos chineses já instalados em São Paulo e especialmente à sua vocação espiritual.

A migração chinesa para o Brasil e para São Paulo passa a ser marcada pela chegada de “refugiados” principalmente saídos de países vizinhos. A saída desses países foi provocada pelo temor de que a agressividade da perseguição aos “traidores da pátria” pelo governo comunista tivesse reverberações políticas no Sudeste Asiático. Pode ser que esses “refugiados” tivessem de fato acessado os governos dos países de acolhida através desse

57 A Paróquia Sagrada Família Missão Católica Chinesa é uma sociedade civil religiosa fundada em 5 de dezembro de 1961. Sua história, porém, começa em 1955, depois do fechamento dos Seminários de Beijing, Shanghai e de Nanqing pelo governo comunista, quando padres chineses dispersos no mundo (Gênova, Louvain, Hong Kong e Manila) vieram para o Ano Eucarístico Internacional no Rio de Janeiro e foram solicitados a estabelecerem-se em São Paulo, onde havia uma crescente presença chinesa.

status, o que lhes rendeu naturalização, mantendo ou não o passaporte taiwanês quando fosse de direito mantê-lo e fosse o caso de tê-lo. Outros eram “refugiados” na prática, mas não de direito, e acumulavam ilegalidades na saída da China, na passagem por países terceiros e na chegada ao Brasil – regularizando aqui a situação ou empurrando tal logro para a geração seguinte, brasileira nata. Claro, havia também chineses de segunda geração que vinham desses países, com ou sem dupla cidadania taiwanesa, com seus pais. Fatores internos de estigmatização e perseguição aos chineses também impulsionaram a reemigração desses países. O caso mais significativo talvez seja a chegada de chineses indonésios a São Paulo depois dos massacres em 1964 e 1965 no país asiático, em que podem ter sido vitimadas até quinhentas mil pessoas (MA MUNG, 2002, p. 22).

É nesse momento também que a passagem pelo Paraguai ganha notoriedade e engendra redes migratórias que perseverarão até os dias atuais. Especialmente a partir do rompimento das relações diplomáticas do Itamaraty com Taipei e da preferência desde então pelo governo de Beijing em 1974, muitos chineses que tinham adquirido passaporte taiwanês vêm para o país vizinho e depois entram em território brasileiro. Isso comporta migrações a partir da República da China, mas também triangulações várias nessas diásporas interpolares. Embora pareça que os chineses tenham preferido o lado paraguaio – Ciudad del Este – ao brasileiro – Foz do Iguaçu –, não foram poucos os que se mudaram para o município brasileiro. E, no geral, são constantes as idas e vindas rotineiras de uma cidade à outra. Isso parece ter animado um circuito migratório que fez os chineses chegarem a São Paulo em fluxos intermitentes desde a década de 1970. Esse momento coincide com o aparente marco seminal da história dos produtos chineses, mais especificamente taiwaneses, no circuito China–Paraguai–Brasil.

Os chineses chegados a Curitiba, que se notam facilmente nos restaurantes e lanchonetes da cidade, parecem não se ter envolvido com o comércio de artigos *made in China*. Nossa hipótese é que não havia um dispositivo comercial prévio que permitisse tal atividade. Uma parte dos chineses que lá chegaram veio do Paraguai. Outra parte veio de Moçambique, muitos munidos de passaporte português, quando em 1964 estourou a Guerra de Libertação que terminou por resultar, 11 anos depois e na esteira da Revolução dos Cravos em Portugal, na independência do país. Esses dois fluxos pontuaram a capital paranaense nas rotas de redes migratórias, e tudo indica que atraem recentemente um número relativamente expressivo de chineses de outras partes do país, inclusive de São Paulo.

O restabelecimento das migrações oficiais da China continental para o Brasil não recomeçam com a retomada das relações diplomáticas, senão após o fim da Revolução Cultural e, principalmente, com as mudanças nas políticas emigratórias depois das reformas iniciadas na era Deng Xiaoping a partir de 1978. Contudo, no imediato pós-reforma, a migração não foi necessariamente a possibilidade mais promissora no horizonte de chineses, com várias oportunidades de investimento no mercado de trabalho para chineses e ultramarinos. Igualmente, parece ter havido um significativo retorno de migrantes taiwaneses para a ilha com as oportunidades abertas ao longo do processo de orientação como plataforma de exportação desse Tigre Asiático, conforme revelam os relatos colhidos por Shu (2009).

A partir da década de 1990, com o crescimento de muitas cidades industriais na China e os primeiros sinais de saturação do mercado de trabalho (no sentido de abundância de oferta de mão-de-obra migrante e desvalorização do valor trabalho), a migração torna-se uma possibilidade de investimento para os que possuem algum capital. Há

indícios de que em alguns dos casos dessas diásporas chinesas atuais parte dos migrantes ativa um comércio com fábricas e exportadoras na terra natal.

Em escala bastante menor, mas aparentemente em uma tendência de crescimento, tem início uma “migração dos desesperados”. Desprovidos de capital e dispendo de sua mão-de-obra, são pessoas que se arriscam e se envolvem com as mais diversas demandas de trabalho em circuitos diaspóricos chineses onde ultramarinos já prosperam, seguindo redes migratórias das mais benéficas às mais aprisionantes. Segundo relatos dos informantes, inclusive de informantes especiais da pesquisa, à medida que as rotas migratórias tornam-se mais conhecidas e a própria migração um fenômeno mais comum, as histórias de sucesso longe das fronteiras nacionais parecem instigar uma parcela da população para quem a chance da migração é uma promessa que depende de sujeições a situações penosas. Entre desejos de evasão e circunstâncias adversas, ciclos de dívidas e trocas de favores, são as redes que efetivam as possibilidades de travessia de uma parte da população migrante que se lança sem necessariamente saber o que esperar.

Nos últimos anos do século passado, um momento de liberalização econômica e redução dos impostos sobre as importações trouxe dinamismo para setores comerciais diversos apoiados nas importações em geral e nos tentadores produtos chineses de preços baixos. Coincide esse período com a adoção de “políticas mercantilistas” pelo governo de Beijing (SHU, 2009).

A massiva migração chinesa para São Paulo adquire então seus contornos mais emblemáticos, sendo que os chegados nas últimas duas décadas perfazem a maioria do número que figura nas estimativas. Alguns migrantes, munidos de certo capital, entram no dispositivo comercial da região da rua 25 de Março como comerciantes nas galerias, sós ou em família (compreendida em sentido alargado); outros terminam como funcionários dos primeiros. Em vários casos, há experiências migratórias múltiplas anteriormente e mesmo uma tímida pendularidade, que significa mais estabelecimento de novas relações comerciais do que intermitentes migrações de retorno.

Os migrantes vêm principalmente do sudeste chinês, mas não exclusivamente. Das províncias de Cantão, Fujian, Zhejiang e outras, os chineses religam redes migratórias assim como ativam novas redes. Com o tempo, e por ter-se transformado em um destino promissor que pontua o imaginário migracional chinês, São Paulo atrai pessoas de várias províncias, especialmente após terem migrado para as regiões industriais ou conhecerem alguém que o tenha feito e sugerido essa decisão pela migração internacional. Desprovidas de capital, esperam encontrar a oportunidade de trabalharem como funcionários dos conterrâneos nas galerias ou em atividades profissionais ligadas à presença crescente de chineses. Algo de aventura está presente nessa migração, no sentido de que, a exemplo de outras migrações contemporâneas, a compressão do espaço e o menor custo do atravessamento relativamente ao passado fazem da opção “migrar” uma possibilidade merecedora de consideração.

Se no caso de Curitiba pode ser que a ausência de um espaço de comércio popular anterior à chegada de chineses tenha condicionado sua atividade comercial para o setor de restaurantes e lanchonetes, e no caso de São Paulo, pelo contrário, um dispositivo comercial foi adensado por migrantes chineses, também nos casos de Pernambuco, do interior paulista e do Rio de Janeiro a configuração de tal dispositivo pode ser determinante no modo de inserção socioeconômica dos chineses.

Parece haver algo muito similar à permissividade do comércio informal na região da rua 25 de Março no mercado recifense de São José ou na Feira do Paraguai de Caruaru, de modo que os chineses puderam comprar o “ponto” ou bancar seu aluguel para finalmente entrar nesse comércio (SILVA, 2008a, p. 38-39 e 47-50). Tudo sugere que na maior parte desses casos, exceto no de Curitiba, a típica inserção em determinadas atividades econômicas da migração da década de 1950 (restaurantes, lanchonetes, pastelarias, lavanderias, lojas de artigos de importação, armazéns e bazares etc.) mistura-se com a presença recente em centros de comércio popular.

Isso parece também ser correto para algumas cidades do interior paulista, mas em outras a chegada de migrantes recentemente prescinde de uma rede migratória antiga. A difusão do circuito migratório por imitação do sucesso dos comerciantes chineses em outras cidades e por tentativa de buscar novos mercados consumidores parece ser o vetor que faz a migração chinesa alcançar lugares em que não há redes migrantes precedentes locais.

Também no caso do Rio de Janeiro há evidências de que a possibilidade de entrada em um dispositivo comercial faça a diferença nos modos de inserção dos migrantes em atividades econômicas. Na cidade, há o famoso Saara, um centro de comércio popular repleto de boxes. Segundo Shu (2009), a presença de comerciantes chineses no Saara era quase nula em 1995, mas chega a ocupar cerca de quarenta lojas em 2007 e parecia crescer ainda mais, animada, sobretudo, por qingtianeses chegados recentemente através da ativação de redes anteriores. Por outro lado, parece haver uma tentativa de impedir a entrada dos migrantes nesse dispositivo comercial, o que barra uma entrada avassaladora como a de São Paulo, segundo se observa nos relatos de comerciantes mais antigos na região⁵⁸.

4.6 NOTAS CONCLUSIVAS

O principal objetivo deste capítulo foi analisar alguns dos fatores que condicionaram a migração chinesa a São Paulo. Nesse sentido, privilegiou-se a análise das políticas migratórias chinesas, mas não apenas essas, senão também demais políticas públicas e outros modos de atuação do Estado chinês que perfazem a gestão dos fluxos populacionais interna e externamente. Ao olhar para o conjunto das medidas governamentais chinesas que – intencionalmente ou não – constrangeram, facilitaram ou impulsionaram as migrações, salientei as motivações que as geraram.

Conforme destacado anteriormente, não se pode separar as dimensões interna e externa das migrações chinesas contemporâneas. Especialmente, tratá-las como um *continuum* – complementares, imiscuídas uma à outra e provocadas por uma mesma lógica

58 Devo essa observação aos comentários precisos, nas rodadas de discussões, de colegas de pesquisa orientandos de Vera da Silva Telles que se debruçam sobre esse campo empírico, em especial a Daniel Veloso Hirata.

– permitiu compreender a mudança do regime de mobilidade durante o maoísmo para outro que se iniciou com as reformas econômicas de Deng Xiaoping.

De uma forma geral, essa mudança caracteriza-se pela passagem de um controle de fixação populacional para uma tentativa de direcionamento das migrações. Internamente isso se refletiu no aproveitamento da mão-de-obra migrante. Externamente, houve facilitações estratégicas de determinadas migrações (como os intercâmbios estudantis e a contratação de mão-de-obra) e uma busca de ligação com os ultramarinos a fim de atrair investimentos e, posteriormente, de aproveitar-se das diásporas comerciais.

Tal tentativa de direcionamento alinha-se com o desejo de flexibilização econômica em prol da adoção de medidas capitalistas específicas. Assim, a mudança do regime de mobilidade reflete também a transição da economia planificada chinesa para uma participação sui-generis nos circuitos do capitalismo globalizado. A negação ou reatribuição dos direitos de cidadania nos espaços marcados pelas fronteiras físicas internacionais ou por fronteiras domésticas delimitadas por jurisdições municipais, regionais ou provinciais foi uma das tecnologias dessa gestão dos fluxos populacionais.

Especificamente no que concerne à migração chinesa para São Paulo, a validade da análise desses regimes de mobilidade resulta de duas verificações. De um lado, os marcos mais significativos da gestão chinesa dos fluxos populacionais dá mais sustentação para a hipótese de duas ondas migratórias distintas. De outro, explicita uma das características principais da recente migração que chega a São Paulo: trata-se de uma diáspora comercial relacionada aos processos de industrialização e certo modo de participação na produção e circulação de riquezas capitalistas contemporâneas.

As recentes diásporas chinesas não são exclusivamente comerciais. Pelo contrário, há evidências especialmente do campo empírico pesquisado, bem como da presença chinesa em outras regiões do país, de que a inserção desses migrantes em determinadas atividades econômicas é resultante da possibilidade de entrada em um dispositivo comercial prévio. Mesmo no caso dos chineses no comércio da região da rua 25 de Março, onde a entrada massiva de migrantes foi propiciada pela atuação protagonista de chineses e sino-brasileiros, essa consideração chama a atenção para o fato de haver uma pluralidade de clivagens e hierarquias entre os migrantes, muitas das quais resultantes da ambivalência entre os desejos de evasão e o aprisionamento em redes mercantis e migratórias.

Como tendência geral, ainda assim, vale dizer que a recente migração para São Paulo insere-se nas diásporas que se aproveitam de oportunidades comerciais ao redor do mundo. Trata-se de um caso emblemático das novas formas migratórias, que passa por circuitos pós-coloniais e outras rotas que não a Norte-Sul, e da mundialização por baixo, em que se sobrepõem redes migratórias e mercantis, através da porosidade entre legal e ilegal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM NÓ NA TEORIA E NA PRÁTICA

A hipótese central desta dissertação é a de que os comerciantes chineses das galerias de comércio da região da rua 25 de Março dependeram de um dispositivo comercial permissivo e favorável à sua entrada. Tal dispositivo ancora-se, de um lado, no surgimento das galerias de comércio pelas mãos de chineses como uma modalidade de venda proeminente e, de outro, na conformação de um tipo de abastecimento de produtos diretamente da China, deslocando parcialmente o circuito paraguaio. Trata-se de uma dupla alteração no dispositivo comercial da região (nos modos típicos de abastecimento e venda de produtos) operado por migrantes chineses que chegaram em uma importante onda migratória nos anos 1950 a 1970. A maior parte dos chineses relacionados com o comércio da região chegou à capital paulistana nos últimos vinte anos ou menos, mas foi uma parte muito pequena dos migrantes anteriores e seus descendentes que se aproveitou de uma “condição transnacional” e pôde juridicamente abrir galerias de comércio e escritórios de importação por serem brasileiros naturalizados ou natos, enquanto cultural e socialmente ativou também redes mercantis e migratórias. Se já havia anteriormente um dispositivo que permitia o funcionamento do comércio em que se inserem os chineses, sua entrada nesse jogo altera a própria escala do fenômeno. Especialmente conflui para essa nova configuração a reativação das diásporas chinesas, na esteira dos efeitos da opção pela industrialização na China.

Responder à questão sobre o papel desempenhado pelos comerciantes chineses na região significava debruçar-se sobre a noção de redes sociais. Isso teve o saudável e inquietante efeito colateral de permitir aflorarem indagações paralelas – ou, melhor dizendo, tangenciais – ao longo das evidências da própria pesquisa. As considerações finais desta dissertação dirigem-se no sentido de problematizar o entendimento sobre as redes sociais nas migrações contemporâneas, reflexão esta que requereu um tratamento teórico mais robusto, tecido abaixo a partir de um caso emblemático proporcionado pela pesquisa etnográfica.

Trata-se do questionamento acerca do papel que as redes sociais operam nesses circuitos mercantis e, especialmente, migratórios. Parte da literatura sobre migrações associa comumente a rede social a uma solidariedade étnica ou a um capital social que rende aos migrantes um benefício no seio da “comunidade étnica” em que se inserem. Nossa interpretação do contexto migratório chinês para São Paulo diverge dessa perspectiva na medida em que entende os efeitos decorrentes da participação em diversas redes sociais (no plural, porque são várias) como uma mescla ambivalente de débitos e favores, prejuízos e vantagens, exploração e ajuda mútua. Entre aprisionamento ou conquistas, os resultados podem variar e parecem ser decorrentes de tramas de relações sociais situacionais, dos múltiplos possíveis vínculos em contextos específicos. Tal entendimento das redes sociais torna-se imprescindível para a compreensão da migração pesquisada.

PEQUENAS HISTÓRIAS ENTRECruzADAS

Do alto do prédio de uma das galerias de comércio mais famosas do centro paulistano, espremida no pouco espaço de seu boxe, Michele telefona para Yuri, proprietário de uma loja como a sua numa galeria não longe dessa, que, por sua vez, liga de seu *nextel* para o estoque. Michele queria comprar mais aparelhos celulares, já que os seus estavam acabando. Ambos acertaram, com mais dois outros comerciantes, “fechar” um contêiner com vários itens eletrônicos. Os quatro são chineses, e Michele concordou com Yuri em dividir a encomenda importada mesmo sem conhecer nenhum dos dois outros: um deles tinha um primo em Guangzhou [Cantão] que havia começado a exportar celulares de sua recém-instaurada fábrica. Dessa forma, eles pagariam mais barato pelos produtos, que de outro modo seriam comprados de importadoras da região, que intermedeiam a um custo mais alto a vinda dessas mercadorias.

Mário, aquele cujo primo está na China, conheceu Yuri em uma escola de português para chineses da rua Florêncio de Abreu. Não frequentavam a mesma turma, mas foram apresentados pelo professor e dono do estabelecimento, a pedidos de Mário, o que ocorreu também com outros comerciantes matriculados ali e que se tornavam possíveis “sócios” pontuais. Mário depois passou a retribuir com presentes e mesmo com dinheiro o seu “intermediador”: ele quer deixar a loja de guarda-chuvas e outros produtos da rua Carlos Nazaré, bem como o boxe do Shopping 25 de Março gerido por sua esposa, para abrir uma importadora. Por ora, enquanto adquire mais conhecimento sobre como executar essa importação e arrebanha mais potenciais clientes futuros, ele tenta juntar grupos de comerciantes com o mesmo tipo de produtos comercializados até que suas demandas compensem “fechar” um contêiner (o que significa que parte desses produtos ainda será revendida por Mário para outros comerciantes que o procuram esporadicamente, em pequena quantidade). Mário prospera ao mesmo tempo em que o primo enriquece do outro lado do globo – fazendo algo parecido com outros familiares e amigos na Rússia, Itália, Bulgária, Estados Unidos e Tanzânia, além dos demais clientes que ele nunca viu pessoalmente, com os quais o negócio é feito sob seu balcão de uma das feiras permanentes chinesas de exportação.

Algo como “supermercados globais” pipocam na China, sobretudo nas províncias do Sul, como Guangdong e Fujian. Há mais e mais cidades que se especializam em serem vitrines dos produtos de regiões próximas beneficiadas com as políticas de industrialização, já que a reforma econômica chinesa dividiu as cidades entre os tipos de indústria ou comércio. Nelas, há vários prédios em que pequenos e médios fabricantes de diversos itens expõem seus produtos: algo semelhante às galerias de comércio da região da 25 de Março, nos quais se negociam grandes volumes para exportação. Nessas cidades, bem como nas diversas regiões do mundo em que abundam chineses ligados ao comércio *made in China*, várias pessoas são mobilizadas para atender às necessidades colaterais dos circuitos comerciais: são restaurantes étnicos, pousadas, despachantes aduaneiros, escritórios de advocacia e, sobretudo, intérpretes “de confiança” (PLIEZ, 2007; 2010, p. 137). Ao menos nos casos chineses, em que pese a escala disso empurrar uma dinâmica que tende a cada vez mais impessoalizar essa relações, é necessário algum

grau de relacionamento, o que se expressa pelo *guanxi*.⁵⁹ *Guanxi* é uma palavra que pode ser traduzida por relação ou relacionamento e que adquire um significado preciso em casos concretos da cultura chinesa os mais diversos: nesse caso, são pessoas que têm bons relacionamentos com os expositores e que prestam serviços de intérprete aos importadores vindos de vários cantos do mundo. Sem o *guanxi* – a relação de favores e confiança bem como a pessoa que o corporifica – não se faz negócios na China (PINHEIRO-MACHADO, 2009).

De volta ao centro paulistano, a quarta pessoa dessas pequenas histórias conectadas, além de Michele, Yuri e Mário, é David. Ele ganha a vida tecendo seus *guanxi*, o que, nessa outra ponta do circuito mercantil, significa dizer que ele trabalha exatamente na articulação entre diversos proprietários de boxes das galerias e seus estoques, lojistas das ruas, importadoras, armazéns e, entre um arranjo e outro, atendendo a clientela curiosa nos balcões daqui e dali. Não admite ter patrão, e não apenas por um fator cultural e social geralmente associado à inserção de migrantes nos mercados de trabalho, pertinente ao caso dos chineses ultramarinos:⁶⁰ no caso de David, como no de outros, é marcante a lembrança recente das condições de vinda e chegada à capital paulistana. Tendo decidido migrar sozinho, impulsionado pelas narrativas de sucesso de conhecidos ou de colegas destes, acreditou ser benéfico apoiar-se em amigos de familiares e, a partir deles, em seus contatos, para organizar a viagem e os trâmites burocráticos,⁶¹ além de conseguir moradia e emprego. Quando tudo parecia estar certo para ele, viu-se preso num ciclo de favores e débito com o patrão, Álvaro, que o empregava a troco de sua estada na sala, impedindo sua saída para outras possibilidades de trabalho. A partir de uma igreja evangélica frequentada exclusivamente por chineses, ele conseguiu sair desse aprisionamento, pois um “irmão de fé” lhe emprestou dinheiro para quitar suas dívidas com Álvaro, mas o resultado disso foi um novo débito que acarretou outro ciclo com esse “irmão”. David, depois da dupla decepção, recomeçou a vida econômica numa “viração” entre comerciantes: comprava produtos a preços baixos de comerciantes (muitas vezes de produtos consertados) e os revendia a outros. Num comércio como o da região da rua 25 de Março, onde não se tem um bom sistema de estoque, essa atividade de revenda pode ser muito lucrativa.

Esse é um cruzamento de histórias migrantes que teve breve duração; terminou logo depois do encontro desses quatro personagens. Ocorre que, ao contrário do que imaginavam antes, não era apenas Yuri que unia os demais três desconhecidos, senão que Michele e David se conheciam devido a um episódio conflitante. Yuri sabia disso, mas não achou que se tornaria um problema grave. Tinha sido o marido de Michele, amigo pessoal do primeiro patrão de David, quem recomendara ao comerciante o aceite da estada deste em troca do emprego; e com os problemas entre empregado e patrão, as

59 O conceito de *guanxi* é objeto de muita reflexão sobre alguns aspectos importantes de fenômenos relacionados à China, desde a participação política e as relações entre Estado, governo e partido, passando por corrupção, segurança e outros temas, até as reformas econômicas e a então obrigatoriedade de associação a um empresário chinês quando da abertura para capitais estrangeiros e industrialização por via de *joint-ventures*. Certamente o conceito de *guanxi* é importante para repensar a dimensão relacional da circulação de pessoas e produtos chineses no mundo, mas esse fenômeno e esse debate não se confundem com o caso das redes sociais, objeto de reflexão deste texto, embora as toquem frequentemente.

60 Talvez especialmente nesse caso, potencializado por uma valorização do autoemprego como sinal de prosperidade e realização na cultura confucionista (PINHEIRO-MACHADO, 2007).

61 Ele entrou legalmente no país: foi mais um chinês que se somou à recente escalada de pedidos de visto de trabalho para o Brasil.

antipatias entre eles haviam-se estendido aos demais amigos, colocando um grupo em tensão com outro (na verdade, deixando o recém-chegado isolado dessas companhias num momento em que ainda não possuía outras relações de coleguismo em que pudesse creditar confiança).

Essas histórias foram contadas por Michele, Yuri e Mário, em situações diferentes. Eu os conheci em seus locais de trabalho e não poderia imaginar que eles se conheciam. Tomei conhecimento dessa trama de histórias cruzadas⁶² ao tentar saber como Mário⁶³ procedia para organizar a importação dos contêineres sem ter ainda sua própria empresa.⁶⁴

Essas histórias são importantes pelo que nos informam. Elas envolvem galerias de comércio, lojas, escolas, importadoras, fábricas, feiras permanentes e igrejas (e a lista poderia aumentar: agências de turismo, escritórios de advocacia, grupos de policiais, gerência das galerias, restaurantes, quadras de *badmington*, escolas bilíngues de ensino infantil ao médio, associações culturais etc.). Dizem respeito à circulação de pessoas e produtos *made in China* no comércio da região da rua 25 de Março. Sobretudo elas permitem uma reflexão importante sobre o papel daquilo que se costumou chamar de redes sociais.

Elas não são apenas ilustrações ou exemplos do que foi problematizado neste texto; elas são, antes de tudo, uma coleção de pontos instigantes para repensar as redes sociais nos processos migratórios e as teorizações sobre esses fenômenos. São uma espécie de inquietações analíticas. Nosso objetivo nestas considerações finais é apropriar-se de certa literatura sobre migrações e redes para melhor compreender a articulação delas entre si e com o comércio internacional. Para tanto, o conceito de redes sociais será o foco da discussão, explorando suas potencialidades e indicando suas limitações. Nosso argumento é que o entendimento sobre redes sociais na literatura não é consensual; ao contrário, é plurívoco e seus usos são ambíguos.

As teorias contemporâneas sobre migração internacional convergem para a ideia de que as redes sociais são parte imprescindível para a compreensão das experiências migratórias. Quero então levar a sério a reivindicação da dimensão relacional da circulação de pessoas e produtos, o que significa dizer que todas as experiências migratórias estão imersas em tramas de relações sociais diversas. Nesse sentido, a heterogeneidade interna, a competição, a exploração e outros efeitos negativos são também frutos do protagonismo das redes – e não apenas as consequências positivas comumente lembradas. As redes sociais são sempre muitas, situacionais: resultam de formações complexas, podem estar em concorrência ou complementaridade entre si e produzem efeitos positivos e negativos aos atores vinculados a elas.

62 Depois passei a me perguntar quantos dos sujeitos de pesquisa com os quais me deparei não se conhecem entre si e por quais situações. Por um lado, os chineses em São Paulo são muitos, cerca de 150 mil; por outro, certamente parte deles comunga alguns circuitos (ZELIZER, 2005) de comércio, de lazer, de religião, de parentesco etc.

63 Para ser mais exato, fui apresentado a Mário num restaurante na Rua dos Estudantes, Liberdade, por intermédio de um informante.

64 Claro que isso não prescinde de um intermediário, que Mário conseguiu que fosse uma empresa de logística que trabalha junto ao Porto de Santos, mas isso diminui o número de intermediários entre ele e a indústria de seu primo a apenas um.

REDES SOCIAIS E MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

Redes sociais tornou-se uma expressão em voga atualmente em diversas áreas de pesquisa nas ciências sociais. Não é para menos: ela oferece a possibilidade de pensar a relação entre indivíduo e sociedade – esta distinção fundadora da sociologia e basilar das ciências sociais em geral – através de uma perspectiva mesossocial, privilegiando a articulação entre os dois termos em vez da determinação unilateral de um sobre outro (GRANOVETTER, 1985). Uma das leituras mais poderosas sobre a contemporaneidade eleva essa tal articulação, de ponto de vista epistemológico, para a constituição própria da organização social de nossa época: constata-se que nos organizamos agora mais do que nunca em redes de relacionamentos, de forma que redes sociais e indivíduos forjam-se mutuamente.

Os usos de redes sociais são muitos e, se não há um sentido consensual em sua aplicação pelas diversas teorias, tampouco se pode imaginar que elas significam o mesmo em cada uma dessas situações. Para começar, tem-se uma confusão sobre se elas são uma teoria, um método ou um conceito (SMITH-DOERR; POWELL, 2000). Depois, tem-se um entendimento diverso do que seja a rede social em questão, de modo que não necessariamente as abordagens que as tomam como um conceito, por utilizar o mesmo termo, estão refletindo sobre o mesmo fenômeno.⁶⁵

As redes sociais parecem ter constituído campo conceitual que atravessa os estudos de migrações internacionais em ao menos três diferentes domínios, quais sejam, a análise de redes, a sociologia econômica e os estudos de migrações. As contribuições que esse cruzamento trouxe não são pequenas. Dentre as mais importantes, estão a interpretação do caráter seletivo da migração e a explicação das razões pelas quais uns (e não outros) migram para certos lugares (e não quaisquer), além da introdução de uma visão social dos fluxos migratórios, distinta dos estudos anteriores. Esse cruzamento foi especialmente elucidativo para a problematização da possibilidade de sucesso econômico e de mobilidade social de grupos migrantes através da ajuda mútua e para a compreensão do significado atual da segregação nesses contextos.

As redes sociais são o grande nó das teorias de migração internacional. Nó na dupla acepção do termo: é consensual que as redes sociais são um mecanismo importante de intermediação entre estrutura e agentes que explica as práticas migratórias, mas é impossível encontrar um tratamento sistemático à questão das redes sociais. Elas são um imbróglio cujos status e conceituação estão em disputa.

“Redes”, “redes sociais” e “redes migratórias” pertenciam ao léxico próprio dos estudos migratórios desde muito antes das análises de redes e da sociologia econômica servirem de ferramental teórico para os estudos de migrações; e esses termos se coadu-

65 Algumas outras críticas já foram feitas às análises de redes sociais e ao uso desse conceito na sociologia econômica: i) focam a estrutura das redes em vez dos conteúdos das interações, como se pudessem explicar a natureza da realidade social a partir da forma que essa estrutura tenha; ii) por conseguinte, não estaria presente nessas análises uma teoria da agência; iii) o caráter estático que as redes adquirem nessa visão; iv) a negligência da dimensão política e institucional etc. (SMITH-DOERR; POWELL, 2000; MIZRUCHI, 2009). Elas são críticas gerais, portanto dizem respeito também aos usos de redes sociais nos estudos de migrações internacionais.

nam com o conceito anterior de cadeias migratórias, sucedendo-o ou o ampliando⁶⁶ (TRUZZI, 2008a, p. 199). Isso também significa dizer que os usos do conceito foram muitos. Poucos deles, no entanto, trazem uma conceituação sistemática, caracterizando-se mais por um valor heurístico e metafórico (TRUZZI, 2008a, p. 202; SOARES, 2003, p. 239-241).

Muitas das abordagens sobre redes sociais, ao menos na maioria das vezes em que buscavam explicar os processos migratórios e as atividades econômicas relacionadas a migrantes, acabaram por oferecer uma concepção enrijecida de redes sociais. Elas apareceram pouco matizadas, e por vezes essas abordagens não dão conta de pensar realidades múltiplas em que as redes sociais apresentam-se de formas diferentes. Nessas análises, as redes sociais são descritas explícita ou implicitamente como algo próximo de uma ou mais dessas características:

- Estrutura exclusiva. Não há a percepção de que o migrante pode participar de diversas redes sociais (nem dentro, nem fora de grupos étnicos); ou então isso é visto como lado negativo das redes: a participação em uma rede exclui a participação em outras (PORTES; SENSENBRENNER, 1993; PORTES, 1995; WALDINGER, 1995). Martes e Fazito (2010) argumentam que a maior parte dos estudos não contemplam a possibilidade de diversas redes competirem, completarem-se, estenderem-se umas por sobre as outras.
- Algo homogêneo. As redes que se tornaram problematizadas são apenas aquelas compostas por coétnicos. Do ponto de vista teórico, isso encerrou que as redes fossem vistas como conjuntos de “semelhantes” e, mesmo que haja diferenças e hierarquias, isso poucas vezes traduz-se em conflitos internos. Como salientam Glick Schiller e Çağlar, a incorporação étnica é apenas um dos múltiplos modos de incorporação de migrantes: “*migrants also settle by forming social relations with people they are connected to through non-ethnic professional, neighborhood, political, religious, and economic relationships*” (2011, p. 10).
- Retradução da ideia de comunidade (PORTES; SENSENBRENNER, 1993; PORTES, 1995; WALDINGER, 1995). Por vezes elas aparecem como um novo nome para um conceito antigo, o de comunidade étnica ou estrangeira, provocando um isomorfismo conceitual entre redes e comunidade que não é necessariamente verdadeiro. Isso é tão forte que passou até mesmo a povoar o imaginário cultural, social e político das migrações, a partir da construção discursiva dos grupos migrantes como comunidades. Mas nem sempre se verifica que esses contextos produzem uma comunidade coesa (MARTES; FAZITO, 2010). Além disso, a literatura antropológica já questionou a pertinência do termo comunidade em geral, no sentido de de-

66 Para uma revisão sobre a utilização de “redes” em estudos de migrações internacionais, ver TILLY (2004), SOARES (2003) e TRUZZI (2008a). Outros autores fizeram balanços sobre estudos migratórios que contemplam parcialmente o uso de redes: MASSEY (1993) e MARTES (2000). Para um apanhado dos usos de redes em geral na sociologia econômica, ver SMITH-DOERR; POWELL, 2000 e MIZRUCHI, 2009.

nunciar a idealização das relações supostamente comunitárias por oposição à construção da ideia de sociedade como a forma de representação legítima na modernidade ocidental. Assim, as teorias de maior apelo no campo das migrações entendem que o migrante poderia participar dessa ampliadíssima rede social de coétnicos apenas em detrimento de sua participação na sociedade de acolhimento, que é vista como outra enorme rede social, o que faz com que comunidade étnica e sociedade nacional sejam vistas como dois grupos totalizantes, coesos e fechados em si mesmos, e não como uma pluralidade de associações e vínculos complexos.

- Fonte de solidariedade étnica. Na prática, verifica-se a existência de laços de solidariedade étnica e preferência por relações com coétnicos, mas a literatura frequentemente negligencia as outras faces desse tipo de solidariedade, que são tipos de exploração econômica (e outras) nessas relações (MARTES; FAZITO, 2010).

- Propulsora de benefícios. Por trás dessa forma de pensar as redes, há um problema grave de imaginar que os efeitos da participação em redes sociais são sempre benéficos. Entretanto, se as redes são vistas como intermediadores da determinação estrutural sobre a agência, então elas são responsáveis pelos constrangimentos (no sentido inglês de *constraints*) estruturais, e os resultados dessa interação indivíduo-sociedade deveriam ser possivelmente positivos quanto negativos – trata-se de uma questão de paridade epistemológica ou do estatuto das redes enquanto conceito. Não se admite que uma mesma rede possa vir a ser benéfica ou maléfica para determinado indivíduo em situações diferentes ou para indivíduos diferentes. Aquilo que se identifica como aspectos negativos das redes sociais na literatura são os resultados subótimos das redes, vistos como a internalização dos custos de manutenção das redes por parte de uma minoria bem-sucedida (PORTES; SENSENBRENNER, 1993; PORTES, 1995, 2010); ou, ainda, é o fechamento das oportunidades para uma classe menos favorecida no grupo migrante ou para os que não participam da rede (NEE; SANDERS, 1987; WALDINGER, 1995).

- Capital social. As redes adquirem a feição de um canal pelo qual todos os membros podem acessar indivíduos com posições estratégicas para obter benefícios econômicos. As modalidades de enraizamento das ações econômicas dos migrantes em práticas sociais mais amplas confundem-se com redes sociais, capital social e solidariedade étnica (PORTES, 1995, 2010; KRIPPNER; ALVAREZ, 2007).

Alguns casos de migrantes chineses, comerciantes na região central de São Paulo onde se encontra um dos mais famosos mercados populares do país, podem jogar luz em pontos importantes desse debate. Não se trata de idiosincrasia da realidade específica estudada. Trata-se, por outro lado, de estar atento para a multiplicidade de feições que

podem apresentar as redes sociais como parte constituinte da vida social, ou, noutros termos, para a multiplicidade de formas de organização dos atores quanto aos vínculos entre si próprios, entre eles e artefatos, entre eles e os fenômenos econômicos, jurídicos, políticos etc.

As “redes sociais” dos migrantes chineses não podem ser descritas segundo apenas as características listadas. Em vez de uma comunidade chinesa homogênea e fechada, que funcionaria com respeito a uma solidariedade étnica e como um capital social ao qual os membros poderiam ter acesso com objetivos de migrar ou de beneficiar sua atividade econômica, o que vemos nesse caso é uma ampliada gama de redes e atores envolvidos interagindo concomitantemente, e de formas diferentes, gerando ajuda mútua como também concorrência e exploração.

Então as redes sociais devem ser entendidas de forma situacional e contextualizada: tramas de relações complexas quanto a sua formação, sempre no plural, compostas por atores de tipos muito diversos, em extensões e durações as mais variadas possíveis. Elas competem entre si, completam-se, estendem-se umas às outras. Os indivíduos que fazem parte dessas tramas estão em relação dinâmica com elas: participam de várias ao mesmo tempo, são mais ou menos ativos em relação a elas (seja demandando algo dos demais atores e tramas, seja sendo requeridos por eles), entram e saem das tramas mais duráveis (causando maior ou menor alteração na configuração final delas), podem ter a possibilidade de explorá-las como um recurso, bem como de serem explorados sem necessariamente conseguir se desvencilhar delas imediatamente.

As redes sociais podem ser mais ou menos pessoais, pequenas ou longas (em termos de número de pessoas envolvidas), mais próximas ou distantes (em termos de distância espacial entre os atores), efêmeras ou duradoras, formadas por um objetivo único e pontual ou incluir uma série de objetivos, mais ou menos institucionalizadas etc. Elas são de naturezas diversas: mercantis, religiosas, laborais, de acolhida, de atravessamento, de sociabilidade ou lazer, aquelas para burlar a fiscalização etc. Em cada um desses tipos, as feições são distintas: não são porque são mercantis, por exemplo, que as tramas coincidem em tamanho, objetivos, duração etc.

Apenas alguns exemplos dessa multiplicidade. As tramas relacionais são pequenos grupos de comerciantes que se juntam para importar produtos diretamente dos fabricantes-exportadores, e são também um conjunto vasto de atores que se conectam indiretamente, desde a fábrica na China, passando por vários portos e outros canais, até a revenda atacadista na região da rua 25 de Março, e interligam os lugares dessa cadeia mercantil. São o contato do contato mobilizado para acolher o migrante (conseguir-lhe moradia e emprego) e os grupos de atravessadores que vivem de fazer passar ilegalmente pelas fronteiras nacionais os migrantes (seja a agência de turismo que resolve a burocracia ainda na China, sejam os agentes dos Estados que extorquem os migrantes em troca da passagem, sejam ainda os notários informais de que nos fala Alain Tarrius (2000) e que agenciam uma miríade de contornamentos). São, e paramos os exemplos por aqui, os grupos de fiéis que se encontram para “estudar a palavra”, sem padres, pastores ou algo similar, alternando as casas semanalmente, os quais disseminam informações as mais variadas e servem também de associação de crédito rotativo, como também são as grandes igrejas – vejam-se a Missão Católica Chinesa da paróquia de Santo Amaro ou o Monastério de São Bento –, que misturam atividades religiosas, eventos culturais, ensino

de português e chinês e se tornam uma trama extensa de relações diretas e indiretas entre os frequentadores.

VINCULAÇÃO E ASSOCIAÇÃO

Latour sugere que deixemos de entender a sociologia como a ciência do social e passemos a concebê-la como “*le suivi d’associations*”. Ele continua:

En prenant ce sens particulier, l’épithète “social” ne désigne plus une chose parmi d’autres, comme un mouton noir au milieu de moutons blancs, mais un type de connexion entre des choses qui ne sont pas elles-mêmes sociales. (2006, p. 5).

O que está em jogo numa afirmação tão polêmica quanto essa é o entendimento de que não há um domínio “social” que se distinga dos demais como a economia, a biologia, a psicologia, o direito, a linguística etc. Isso quer dizer ainda que aquilo que é chamado tradicionalmente de social diz respeito ao modo como coisas estão vinculadas umas às outras. Há aí uma teoria da agência que se mescla a uma noção peculiar de estrutura, uma estrutura rizomática, que abarca humanos, artefatos não humanos a eles associados e teorias (social, LATOUR, 2006; econômica, CALLON, 1998; biológicas e, enfim, científicas, LATOUR, 1994b, 2000b) que prescrevem a ação. Trata-se da Teoria Ator-Rede (CALLON, 1986; LATOUR, 2006).

No limite, essa perspectiva leva a dimensão relacional ao extremo: não há nada de social senão nas associações, o que também permite dizer que todo tipo de vínculo pode ser social. As pessoas e a subjetividade, as coisas e os fatos, as teorias e as ideias: tudo pode se (re)associar de um modo peculiar. Dessa forma, por um lado, o social e a tarefa da sociologia ficam a um só tempo alargados, pois não há associação que não possa ser de tipo social, e, por outro lado, restritos a rastrear as associações.

Voltemos às redes sociais que vinculam chineses (mas não somente) da região da rua 25 de Março. O problema posto é deslindar algumas das facetas pelas quais ocorre uma importante mudança na produção e circulação de riquezas da economia global, a partir da recente industrialização chinesa, que atrai capital e tecnologia de todos os cantos do mundo ao mesmo tempo em que escoia boa parte dessa produção na esteira da migração internacional. As redes sociais não são a resposta, mas sim a pergunta de partida: como se dão essas mobilidades de pessoas e produtos? Quais são as associações necessárias para girar a roda de industrialização-exportação-importação-revenda? Caso sejam verdadeiras as histórias da globalização definida em termos de aumento do fluxo de informações, pessoas, produtos, trocas culturais, serviços, capital etc., então as associações ganham um papel primordial na explicação desses fluxos.

Tal abordagem implica uma estratégia metodológica com desafios etnográficos: seguir as pessoas, rastrear os artefatos, retrazar as representações e as ideias (LATOUR, 2006, p. 8) e muitas vezes fazê-lo em escala geográfica não antes imaginada, atravessan-

do fronteiras e caminhando pelas rotas transnacionais (MARCUS, 1995, p. 98-104; PERALVA; TELLES, 2008).

As associações ocorrem de formas distintas e têm objetivos ou efeitos que dizem respeito a vínculos específicos entre atores, artefatos e os fenômenos econômicos, políticos, jurídicos, ideológicos etc. Como ensina Marilyn Strathern, as conexões são sempre possíveis (quando não na realidade, ao menos no trabalho de comparação e analogia da tarefa do cientista social), mas são sempre parciais: as redes de que ela fala podem associar pessoas, coisas, animais, espíritos, ideias e narrativas em fluxos tão compridos quanto a distância da Melanésia a Inglaterra (2004). Por isso é preciso cortar as redes (1996). Os fluxos tendem a ser contínuos, e os atores cortam as redes o tempo todo.⁶⁷ O pesquisador, ele também, deve analiticamente cortar os fluxos segundo os seus problemas de campo.

A partir da constatação de que vivemos em sociedade de rede (CALLON, 1986; STRATHERN, 1992; LATOUR, 1994; CASTELLS, 1996), deve-se ter o cuidado de não cair na armadilha de seguir todas as associações que direta ou indiretamente se vinculam. Ainda que a suposição de que “tudo se vincula a tudo o mais” possa ser hipoteticamente plausível, é necessário estar atento aos cortes dos fluxos que os atores fazem ao se vincular de tal ou qual modo. Não se trata de uma panaceia da vinculação total enquanto explicação das associações, mas de um espaço analítico permitido para que qualquer vinculação seja de tipo social. Os cortes nos fluxos nem sempre são claros, e por vezes compete ao pesquisador a sensibilidade de fazê-los para poder enxergar partes antes veladas dos fenômenos eles próprios (nesse sentido que o entendimento corrente das redes sociais como uma comunidade exclusiva e homogênea parecia obliterar uma plethora de associações possíveis). Parece ser disso que se trata quando Michel Callon propõe compreender os atores sempre a partir da dimensão relacional, o que pressupõe analisá-los sob os efeitos das associações com demais atores, com artefatos e com teorias: passar do *homo clausus* para o *homo apertus* (1998). Ou também quando Latour propõe que deixemos a noção (corrente na literatura) de rede em direção à noção de vinculação [*attachment*] (2000).

Se quisermos bem compreender os fenômenos além das associações, além das tramas relacionais de migrantes chineses, precisamos nos preocupar mais com o que há depois delas, e portanto segui-las, e menos com as idiosincrasias que os olhares rápidos sobre essa forma de vinculação parecem informar, mas que, num exame mais atento, podem se repetir em vários outros contextos migratórios ou, ainda menos específico, em outras formas de agrupamentos. É preciso apostar que os atores todos, quaisquer que sejam, são sempre vinculados e então perseguir as histórias que eles trazem consigo. É preciso analisar os fluxos e cortar as redes.

67 As formas de propriedade são bons exemplos de um corte naquilo que na realidade é um fluxo contínuo por entre diversos atores – no caso da cultura ocidental, isso se traduziu nas ideias de patente e direitos de propriedade, que garantem a uns e não a outros a propriedade sobre uma invenção coletiva que exclui desse direito o conhecimento disseminado, as coisas não humanas e as pessoas com contribuições não reconhecidas (STRATHERN, 1996, 1999).

REDES SOCIAIS EM SENTIDO LATO: PERCEPÇÕES DOS CHINESES SOBRE SUAS VINCULAÇÕES

O entendimento peculiar sobre a noção expandida de redes sociais permite ver que as redes são de tipos diversos e podem ser avaliadas diferentemente a depender de quem se vincula a elas. Analiticamente, o corte efetuado por parte da literatura sobre migrações para incorporar o papel das redes sociais como teleologia explicativa dos processos migratórios desenhou um conceito pelo qual as relações coétnicas são uma fonte de coesão comunitária nas sociedades de origem que trazem benefícios a seus membros e por isso não permitiu perceber as várias formas de vinculação que incluem relações de exploração, hierarquização e conflitos socioeconômicos e políticos entre os migrantes, em suas relações com nacionais de diversos países. O desfecho desta dissertação traz algumas percepções sobre diversas formas das vinculações sociais em redes dos comerciantes chineses da região da rua 25 de Março.

Primeiro, é preciso distinguir a utilidade e a benevolência das redes, características distintas e nem sempre coincidentes mesmo quando se pode avaliar uma rede social como positiva, mas que apareciam superpostas nos estudos de migração. As redes podem ser eficientes no saber circular do migrante – “caso contrário, não manteria contato com esse tipo de pessoas”, como contou uma informante –, mas não são boas no sentido de beneficente ou benévola, como uma fonte perene de solidariedade étnica. A informante acrescenta: “mas tem que ter cuidado com esse tipo de gente. Tirando a família da gente, não dá pra acreditar em ninguém”. O mesmo tipo de distinção entre os aspectos benévolos ou instrumentais das redes pode ser verificado sobre a noção de “colônia” chinesa: dentre os sujeitos de pesquisa – que, não se deve esquecer, chegaram a São Paulo recentemente –, muitos negam a existência da colônia, no sentido de que não há um grupo coeso, homogêneo de chineses; outros acham que ela existe, julgando positivos os jornais e as festas que lembram a terra natal, mas não veem sentido algum em participar dela, senão a exibição de status privilegiado. A crítica ao exibicionismo e à participação ostentatória dos círculos sociais tradicionais chineses em São Paulo é também uma reação ao descrédito e mesmo à discriminação sofrida por esses chineses recentemente chegados à cidade, de quem parte dos conterrâneos estabelecidos entre os anos 1950-1970 quer se separar, culpando-os por trazerem uma imagem negativa à sociedade brasileira que passa a ser colada à deles próprios.

Mesmo quando as vinculações sociais tiveram um caráter malévolos em um determinado contexto específico, pode ser que a avaliação sobre elas mude quando se altera o jogo situacional. Ou se a avaliação sobre elas não se altera, a despeito disso pode passar a ser interessante retomar o contato com esse tipo de rede. A aproximação utilitária com as redes está presente no caso de Paulo, o informante especial que chegou ao Brasil por uma rede especializada em atravessamentos ilegais, ao manter contato com os colombianos que antes lhe significavam os percalços de uma etapa migratória sofrida: para ele, eles foram os piores e mais interesseiros contatos da travessia ao Brasil, mas fazer agora negócio com eles é lucrativo e, depois de ter arriscado retomar o contato para transações de importação de produtos chineses através de São Paulo, crê que são clientes confiáveis.

Outro caso em que a distinção pode também ser vista nas relações com a polícia e o chamado “mercado de proteção”: Carlos, outro informante especial, confidenciou

que teve grande parte de seus produtos recolhidos em uma operação policial na Galeria Pagé em dezembro de 2009, mas que alguns de seus conhecidos conseguiram manter intacta a maior parte de seus estoques porque souberam da operação de antemão. Nesse caso, a transação das “mercadorias políticas” passava pela informação privilegiada, o que chama a atenção para a importância das tramas de relações que permitem a convivência entre legalidade e ilegalidade. O tipo de dispositivo necessário para o comércio informal requer vinculações estratégicas e situacionais com agentes do poder público que podem apropriar-se ilegalmente da autoridade estatal para negociar a venda da proteção às investidas de controle rígido da ordem legal. Nesse sentido, as relações com a polícia mesclam apreço e ódio, a depender do fato dos indivíduos vincularem-se ou não às pessoas “certas” em um contexto específico. Não se trata de gostar ou não da presença policial ou de julgar agentes do poder estatal como morais ou beneficentes, mas sim de tentar garantir a viabilidade dos negócios.

Nas relações sociais que fazem a intermediação entre migrante e emprego ou moradia, a valoração adquire contornos diferentes a depender dos indivíduos envolvidos e da própria situação. A receptividade no momento de chegada, muitas das vezes intermediada por parentes, costuma ser o modo de obtenção de emprego e moradia e se constitui majoritariamente como o fator propulsor da opção pela migração e por esse destino: as pessoas migram porque têm expectativas de que seus contatos mediatos ou imediatos lhes consigam um modo de ganhar dinheiro, um lugar para morar e os conhecimentos necessários para efetivar o projeto de investimento através das possibilidades socioeconômicas além do seu território nacional. Mas essa mesma fonte de solidariedade pode ser de exploração, sendo talvez mais adequado dizer que há uma mescla de ambas as características, como pode ser o caso do enigma dos cortiços de comerciantes chineses descritos no capítulo 2. Frequentemente os chineses têm dificuldade de sair de um ciclo de débitos morais e por vezes de uma sorte de aprisionamento em relações de dominação que os põem mais ou menos à mercê do seu contato.

O ponto central é: tanto no acesso a emprego e na possibilidade de abrir um negócio próprio quanto na alocação da moradia, os chineses mobilizam seus contatos em rede, enovelando uma trama específica para esse contato, como parentes, amigos, conhecidos, intermediadores desconhecidos ou atravessadores clandestinos especializados, e os resultados dessa interação podem ser (avaliados como) positivos ou negativos. Na única entrevista feita com um casal, Ana e Leandro, cada um deles avaliou de forma distinta o “agenciamento” da vinda. Para ela, o emprego não dava conta da renda, e a moradia era péssima; para ele, a travessia foi tranquila, eles foram recepcionados num aeroporto estranho em que não conheciam ninguém, não dominavam a língua local, mas não tiveram que se preocupar em procurar por lugar para morar nessa estranha cidade. Para ele, o salário era ruim porque a situação do empregador também não era favorável. O curioso é que, para ele, a positividade reside no apreço das partes entre si – o melhor que seu contato poder-lhe-ia fazer, ele fez; para ela, a negatividade reside na efetividade – pois mesmo o melhor que fez deixava-os em condições precárias. Ambos olham para o mesmo fenômeno sob óticas diferentes.

Outra história, também já narrada acima, revela a dimensão mista de solidariedade e exploração. Quase não há chineses trabalhando nas ruas como camelôs ou ambulantes. Essa situação foi muito diferente por alguns meses, entre outubro de 2009 e janeiro de 2010: as ruas ficaram repletas de ambulantes chineses e suas malas de produtos (o que

depois se tornou uma moda entre os ambulantes da região) do mesmo modo repentino com que depois se esvaziaram deles. Nesse período, os ambulantes chineses comercializavam sempre o mesmo tipo de produto – carteiras femininas do mesmo tamanho, imitação de marcas famosas, variando também as cores e a textura. Chamava a atenção o fato de serem muitas mulheres. Quando eram homens, quase sempre eram jovens. Havia uma organização desse trabalho ambulante: eles todos abasteciam suas malas em um prédio próximo à esquina da rua 25 de Março com a avenida Senador Queirós, nesta avenida. Era uma forma de “empregados disfarçados” para escoar um carregamento problemático de bolsas. Não pude descobrir se os ambulantes ganhavam por peça vendida ou por jornada, se eram obrigados a comprarem um lote de produtos ou se podiam trabalhar “por consignação”, nem mesmo se se tratava de uma solução conjunta para suas vendas ou se estavam todos sob a batuta de um líder ou “empresa” mafiosa. Essa incógnita faz pensar sobre o tipo de relação entre chineses: entre a solidariedade mais desinteressada e a exploração mais cruel do conterrâneo há uma vasta gama de tipos de interações.⁶⁸

Quando perguntados como e por que se valeram de um mesmo contato mais de uma vez, a maioria dizia que sim, sem explicar se a escolha foi contingencial ou feita segundo a experiência anterior. Menos verdade em relação aos atravessadores ou agenciadores de moradia, e mais pertinente aos primeiros patrões, apesar de sentirem-se explorados no primeiro momento, os informantes comentam que relações posteriores são bem-sucedidas. Sobretudo com relação à obtenção de mais produtos ou a preços melhores, a cooperação com ex-patrões parece ser comum e bem vista. É como se se tolerasse a eventual exploração da situação inicial como um preço justo da etapa primeira da vida econômica do chinês em São Paulo.

68 Outras histórias podem ser muito mais desumanas, como o caso de uma quadrilha que trazia ilegalmente chineses para o Brasil por Rondônia, através da fronteira com a Bolívia, com carimbos falsos de vistos. Foram presas 12 pessoas em 22 de maio de 2009 naquele estado, acusadas de tráfico internacional de pessoas, além de um chinês ter sido preso na região central de São Paulo; a acusada de liderar a quadrilha, uma “cidadã paraguaia atuante em seu país e na Bolívia”, foi presa nos primeiros meses de 2009, atravessando a fronteira em Foz do Iguaçu com vários chineses, segundo a notícia (O ESTADO DE SÃO PAULO. “PF prende 12 de grupo acusado de escravizar chineses em SP”, de 22 de maio de 2009).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABOLAFIA, Mitchel. *Making markets: opportunism and restraint on Wall Street*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.
- AGIER, Michel. *Esquisses d'une anthropologie de la ville: lieux, situations, mouvements*. Louvain-la-Neuve: Academia-Bruylant, 2010.
- APPADURAI, Arjun. *The social life of things: commodities in cultural perspective*. New York: Cambridge University Press, 1986.
- _____. *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- _____. Soberania sem territorialidade: Notas para uma geografia pós-nacional. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n° 49, p. 33-46, 1997.
- _____. *Fear of small numbers: an essay on the geography of Anger*. Duke University Press, 2006.
- BACHELARD, Gaston. *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.
- _____. *A formação do espírito científico*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.
- Baxi Huaren Gengyun lu* [História dos imigrantes chineses no Brasil]. São Paulo: Editora do Jornal Chinês "Americana", 1998.
- BECK, Ulrich. La condition cosmopolite et le piège du nationalisme méthodologique. In: WIEVIORKA (dir.). *Les sciences humaines en mutation*. Auxerre: Sciences Humaines, 2007, p. 223-235.
- _____. *World risk society*. Cambridge: Polity Press, 1998.
- _____. *The brave new world of work*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- _____. *Pouvoir et contre-pouvoir à l'heure de la mondialisation*. Paris: Aubier, 2005.
- BENTON, Lauren; CASTELLS, Manuel; PORTES, Alejandro (dir.). *The informal economy: studies in advanced and less developed countries*. Baltimore and London: The John Hopkins Press Ltd., 1989.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII, volume 2: os jogos das trocas*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1979].
- _____. *La dynamique du capitalisme*. Paris: Flammarion, 2008 [1985].
- BRENNER, Neil. The urban question and the scale question. In: SCHILLER, Nina Glick; ÇAĞLAR, Ayşe (ed.). *Locating migrants: rascalizing cities and migrants*. Ithaca and London: Cornell University Press, 2011, p. 23-41.
- BUCKINGHAM, Will; CHAN, Kan Wing. Is China abolishing the hukou system? *The China quarterly*, n. 195, p. 582-606, Sept. 2008.
- CALLON, Michel. The sociology of an actor-network. In: _____, LAW, J.; RIP, A. (ed.). *Mapping the dynamics of science and technology*. London: Macmillan, 1986.
- _____. Techno-economic networks and irreversibility. In: LAW, John (ed.). *A sociology of monsters: essays on power, technology and domination*. London: Routledge, 1991, p. 132-161.

- _____. The embeddedness of economic markets in economy. In: _____(ed.). *The laws of the markets*. Oxford: Blackwell Publishers, 1998, p. 1-57.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. Foucault e a noção de acontecimento. *Tempo social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 53-66, out. 1995.
- CARDOSO, Ruth C. L. *Estrutura familiar e mobilidade social: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.
- CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society*. Oxford: Blackwell, 1996.
- CASTLES, Stephen. *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de Século, 2005.
- CHANG, Sen-Dou. The distribution and occupations of overseas chinese. *Geographical review*, v. 58, n. 1, p. 89-107, jan. 1968.
- DAS, Veena; POOLE, Deborah. *Anthropology in the margins of the State*. Santa Fé: School of American Research Press, 2004.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DIMINESCU, Dana. Les migrations à l'âge des nouvelles technologies?. *Hommes et migrations*, n. 1.240, p. 66-79, nov./déc. 2002.
- _____. Le migrant connecté: pour un manifeste épistémologique. *Migrations/Société*, v. 17, n. 102, p. 275-292, 2007. Disponível em: <<http://fr.ticmigrations.fr/>>.
- DONZELOT, Jacques. *L'invention du social: essai sur le déclin de passions politiques*. Paris: Editions du Seuil, 1994.
- DUNNING, Eric; MENNELL, Stephen. Prefácio à edição inglesa. In: ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 7-14.
- DURHAM, Eunice. *Assimilação e mobilidade*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1966.
- FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality. *American ethnologist*, v. 29, n. 4, p. 981-1.002, 2002.
- FLIGSTEIN, Neil. Markets as politics: a political-cultural approach to market institutions. *American sociological review*, v. 61, p. 656-673, 1996.
- _____. *Markets, politics and globalization*. Uppsala: University of Uppsala Press, 1997.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: MACHADO, R. (org). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, cap. 2, p. 15-37.
- _____. Qu'est-ce que les lumières?. *Magazine littéraire*, n. 309, p. 61-73, avril 1984.
- _____. Qu'est-ce que la critique?. *Bulletin de la société française de sociologie*. Compte rendu de la séance du 27 mai 1978. 84 année, n. 2, avril-juin 1990.
- _____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-78)*. Paris: Gallimard/Seuil, 2004a.
- _____. Polêmica, política e problematizações. *Ditos e escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 225-234, 2004b.
- _____. O que são as luzes?. *Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 335-351, 2005.
- _____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2007.

- FREIRE, Carlos. *Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo*. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- _____. Mercado informal e Estado: o jogo de tolerância e repressão. In: AZAIS, Christian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera da Silva. *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço (no prelo).
- GEERTZ, Clifford. The bazaar economy: information and search in peasant marketing. *American Economic Review*, v. 68, p. 28-32, May 1978. Supplement.
- _____. Suq: the bazaar economy in Sefrou. In: ROSEN, Lawrence et al. (ed.) *Meaning and order in contemporary Morocco: three essays in cultural analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- GOLDMAN, Márcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. *Etnográfica*, v. 10, n. 1, 2006.
- GOUDSBLOM, Johan; MENNEL, Stephen (ed.). *The Norbert Elias reader: a biographical selection*. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.
- GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American journal of sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.
- _____. The economic sociology of firms and entrepreneurs. In: PORTES, Alejandro (ed.). *The economic sociology of immigration*. New York: Russel Sage, 1995.
- GROS, Frederic. *États de violence: essais sur la fin de la guerre*. Paris: Gallimard, 2006.
- GROSSETTI, Michel. Niveaux d'action et d'analyse. Essais de sociologie ouverte. *Les dossiers du CRES*, n. 1, juil. 2007a. Disponível em: <<http://w3.cers.univ-tlse2.fr>>.
- _____. L'espace à trois dimensions des phénomènes sociaux. *Les dossiers du CRES*, n. 1, juil. 2007b. Disponível em: <<http://w3.cers.univ-tlse2.fr>>.
- _____. De l'utilité de la réflexion sur les échelles. *Les dossiers du CRES*, n. 1, juil. 2007c. Disponível em: <<http://w3.cers.univ-tlse2.fr>>.
- GUARNIZO, Luis Eduardo; SMITH, Michael Peter. The locations of transnationalism. In: _____; _____ (ed.). *Transnationalism from below*. New Brunswick: Transaction Publishers, p. 3-33.
- HANNERZ, Ulf. *Explorer la ville: éléments d'anthropologie urbaine*. Paris: Minuit, 1983.
- _____. Fluxos, fronteiras e híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.
- _____. Os limites de nosso autorretrato: antropologia urbana e globalização. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 149-155, 1999.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- HIRATA, Daniel V. A produção das cidades securitárias: polícia e política. *Le monde diplomatique online*, abril 2012. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1123>>.
- INGOLD, Tim (ed.). *Key debates in anthropology*. London: Routledge, 1996.
- JYE, Chen; SHYU, David Yuan; MENEZES JR., Antônio José Bezerra de. Os imigrantes chineses no Brasil e sua língua. *Synergies Brésil*, v. 7, p. 57-64, 2009.
- KLEINKE, Maria de L. Urban et al. O paraíso dos outros. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, v. 88, p. 23-36, 1996.
- KRIPPNER, Greta; ALVAREZ, Anthony. Embeddedness and the intellectual projects of Economic Sociology. *Annual Review of Sociology*, v. 33, p. 219-240, 2007.

- LAMOUNIER, Maria L. *Formas de transição da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879*. Dissertação de mestrado, Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.
- LATOURE, Bruno. Une sociologie sans objet? Note théorique sur l'interobjectivité. *Sociologie du travail*, p. 587-607, 1994a. Disponível em: <(http://www.ensmp.fr/~latour>.
- _____. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994b.
- _____. Factures/fractures: de la notion de réseaux à celle d'attachement. In: MICOU, André; PERONI, Michel. *Ce que nous relie*. La Tour d'Aigues: Editions de l'Aube, 2000a, p. 189-208.
- _____. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afóra*. São Paulo: Editora Unesp, 2000b.
- _____. Gabriel Tarde and the end of the social. In: JOYCE, Patrick (ed.). *The social in question: new bearings in history and the social sciences*. London: Routledge, 2002, p. 117-132.
- _____. Por uma antropologia do centro. *Mana*, v. 10, n. 2, p. 397-414, 2004.
- _____. *Changer de société: refaire de la sociologie*. Paris: La Découverte, 2006.
- LE VELLY, Ronan. La notion d'encastrement: une sociologie des échanges marchands. *Sociologie du Travail*, v. 44, p. 37-53, 2002.
- LEITE, José Roberto Teixeira. *A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 77-102.
- LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- LEVITT, Peggy. Social remittances: migration driven local-level forms of cultural diffusion. *International migration review*, v. 32, n. 4, p. 926-948, 1998.
- LÉVY, Jacques. Mondialisation et sciences sociales: un enjeu épistémologique. In: WIEVIORKA, Michel (dir.). *Les sciences humaines en mutation*. Auxerre: Sciences Humaines, 2007, p. 137-147.
- LIMA, Jacob C.; SOARES, Maria José Bezerra. Trabalho flexível e o novo informal. *Caderno CRH*, n. 37, jul.-dez. 2002.
- LIMA, Silvio Cezar de Souza. *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)*. Dissertação de mestrado em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2005.
- MA MUNG, Emmanuel. *La diáspora chinoise: géographie d'une migration*. Paris: Ophrys, 2000.
- _____. La désignation des diasporas sur internet. *Hommes et migrations*, n. 1.240, p. 19-28, 2002.
- _____. La nouvelle géographie de la diáspora chinoise. *Accueillir*, n. 249-250, p. 33-35, 2009.
- MACHADO, Igor José de Renó. Implicações da imigração estimulada por redes ilegais de aliciamento: o caso dos brasileiros em Portugal. *Ilha: revista de antropologia*, Florianópolis, v. 7, p. 187-212, 2005.

- _____. O lugar da etnicidade na economia étnica: reflexões sobre o caso de imigrantes brasileiros no Porto, Portugal. *Centralidade e fronteiras das empresas no século XXI*, 2007, São Carlos. Anais online do Neseft, v. 1, 2007.
- _____. Sobre os processos de exotização na imigração internacional brasileira. *Revista de antropologia*, v. 51, p. 699-733, 2008.
- _____. Consumo, etnicidade e migração: reflexões sobre a economia étnica. In: 34º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2010, Caxambu, MG. Site do 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2010.
- _____; SILVA, C. R.; KEBBE, V. H. Notas sobre a família transnacional. *Revista da mobilidade humana – REMHU*, Brasília, v. 30, p. 79-98, 2008.
- MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual review of anthropology*, n. 24, p. 95-117, 1995.
- _____. Au-delà de Malinowski et après writing culture: à propos du futur de l'anthropologie culturelle et du malaise de l'ethnographie. In: *ethnographiques.org*, n. 1, avril 2002. Disponível em : <<http://www.ethnographiques.org/2002/Marcus.html>>.
- _____; SAKA, Erkan. Assemblage. *Theory, culture & society*, v. 23, n. 2-3, 101-106, May 2006.
- MARTES, Ana Cristina Braga. Brasileiros nos Estados Unidos: um estudo sobre imigrantes em Massachusetts. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MARTES, Ana Cristina Braga; FAZITO, Dimitri. Solidarity and social networks. *Economic sociology: the european electronic newsletter*, v. 11, p. 43-53, 2010.
- MASSEY, Douglas S. et al. Theories of international migration: a review and an appraisal. *Population and development review*, v. 1, n. 1, p. 411-466, 1993.
- McKEOWN, Adam. Conceptualizing chinese diasporas, 1842 to 1949. *The journal of asian studies*, v. 58, n. 2, p. 306-337, May 1999.
- MISSE, Michel. O Rio como bazar: a conversão da ilegalidade em mercadoria política. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006a.
- _____. As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e violência no Rio. *Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006b.
- _____. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime. *Revista estudos avançados da USP*, v. 21, n. 61, p. 139-158, 2007.
- MIZRUCHI, Mark. Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. In: MARTES, Ana Cristina Braga. *Redes e sociologia econômica*. São Carlos: Edufscar, 2009, p. 131-159.
- MOORE, Henrietta. Anthropological theory at the turn of the century. In: _____ (ed.). *Anthropological theory today*. Cambridge: Polity Press, 1999.
- NEE, Victor. Organizational dynamics of market transitions: hybrid forms, property rights and the mixed economy in China. *Administrative science quarterly*, n. 37, p. 1-27, 1993.
- _____. The new institutionalism in economics and sociology. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard (ed.). *The handbook of economic sociology*. 2nd ed. Princeton: Princeton University Press, 2005.

- _____. Organizational dynamics of institutional change: politicized capitalism in China. In: NEE, Victor; SWEDBERG, Richard (ed.). *The economic sociology of capitalism*. Princeton: Princeton University Press, p. 53-74, 2005.
- _____; SANDERS, Jimmy M. Limits of ethnic solidarity in the enclave economy. *American sociological review*, v. 52, n. 6, p. 745-773, 1987.
- _____; YANG, Cao. Path dependent societal transformation: stratification in mixed economies. *Theory and society*, n. 28, p. 799-834, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Lineu Francisco. *Mascates e sacoleiros: empreendedores que construíram uma região*. São Paulo: Scortecci, 2010.
- PAULINO, Luis; PIRES, Marcos (org.). *Nós e a China*. São Paulo: LCTE Editora, 2009.
- PERALDI, Michel. Marseille: réseaux migrants transfrontaliers, place marchande et économie de bazaar. *Cultures & conflits*, n. 33-34, 1999.
- _____. (org.). *Cabas et containers: activités marchandes informelles et réseaux migrants transfrontaliers*. Marseille: Maisonneuve et Larose, 2001.
- _____. Aventuriers du nouveau capitalisme marchand. Essai d'anthropologie de l'éthique mercantile. Disponível em: <<http://ramses2.mmsh.univ-aix.fr>>. Também publicado In: ADELKHAH, Fariba; BAYART, Jean-François. *Voyage du développement: emigration, commerce, exil*. Paris: Karthala, 2007, p. 73-114.
- PERALVA, Angelina. Globalização, migrações internacionais e identidades nacionais. São Paulo/Santiago: iFHC/CIEPLAN, 2007. Disponível em www.plataformademocratica.org último acesso em 22 de março de 2009.
- _____; TELLES, Vera da Silva. Trajetórias, circuitos e redes na mundialização. Projeto Capes-Cofecub, n. 575-07, Fase II, 2008.
- PIEKE, Frank. Les migrations chinoises contemporaines: nouveaux régimes et nouvelles activités en Europe. In: ROULLEAU-BERGER, Laurence (ed.). *Nouvelles migrations chinoises et travail en Europe*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2007, p. 19-43.
- PINHEIRO-MACHADO, Rosana. *A garantia soy yo*. Dissertação de mestrado, UFRGS, Porto Alegre, 2005.
- _____. A ética confucionista e o espírito do capitalismo: narrativas sobre moral, harmonia e poupança na condenação do consumo conspícuo entre chineses ultramar. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 145-174, jul./dez. 2007.
- _____. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 23, n. 67, p. 117-133, 2008.
- _____. Fábrica de sonhos em sweatshops: dilemas da construção da igualdade da China pós-Mao. In: LIMA, Roberto Kant de (org.). *Antropologia e direitos humanos V*. Rio de Janeiro: Booklink, 2008, p. 350-388.
- _____. *Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil*. Tese de doutorado, UFRGS, Porto Alegre, 2009.
- PLIEZ, Olivier. Des jeans chinois dans les rues du Caire, ou les espaces discrets de la mondialisation. *M@ppemonde*, v. 88, n. 4, 2007. Disponível em : <www.mappemonde.mgm.fr>.
- _____. Toutes les routes de la soie mènent à Yiwu (Chine). *L'espace géographique*, v. 2, p. 131-144, 2010.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

- PORTES, Alejandro. The informal economy and its paradoxes. In: SMELSER, Neil Joseph; SWEDBERG, Richard. *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- _____. (ed.). *The economic sociology of immigration*. New York: Russel Sage, 1995.
- _____. Globalization from below: the rise of transnational communities. Transnational Communities Working Paper, Princeton University. Sept. 1997a, disponível em <http://www.transcomm.ox.ac.uk/working%20papers/portes.pdf>. Alternativamente: La mondialisation par le bas. L'émergence des communautés transnationales. *Actes de la recherche en sciences sociales*, n. 129, p. 15- 25, 1999.
- _____. Immigration theory for a new century: some problems and opportunities. *International migration review*, v. 31, n. 4, p. 799-825, 1997b.
- _____. *Economic sociology: a systematic inquiry*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- PORTES, Alejandro; HALLER, William; GUARNIZO, Luis E. Transnational entrepreneurs: an alternative of immigrant economic adaptation. *American sociological review*, v. 67, n. 2, p. 278-298, 2002.
- _____; SENSENBRENNER, Julia. Embeddedness and immigration: notes on the social determinants of economic action. *The american journal of sociology*, v. 98, n. 6, p. 1320-1350, 1993.
- QIAN, Yingyi. How reform worked in China?. Working paper. Berkeley: University of California, July 2001.
- RABOSSI, Fernando. *Nas ruas de Ciudad del Este: vidas e vendas num mercado de fronteira*. Tese de doutorado, UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.
- RAUCH, James; TRINDADE, Vitor. Ethnic chinese networks in international trade. *The review of economics and statistics*, v. 84, n. 1, p. 116-130, Feb. 2002.
- REVEL, Jacques (org.). *Jeux d'échelles: la micro-analyse à l'expérience*. Paris: Gallimard et Le Seuil, 1996.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. Globalización y transnacionalización: perspectivas antropológicas y latinoamericanas. *Série antropologia*, n. 199. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.
- _____. *Cultura e política no mundo contemporâneo*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.
- _____. Other globalizations: alter-native transnational process and agents. *Série antropologia*, n. 389. Brasília, Universidade de Brasília, 2006.
- _____. El sistema mundial no-hegemónico y la globalización popular. *Série antropologia*, n. 410. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
- _____. De Guangdong a Caruaru. *Le monde diplomatique*, 5 de março de 2009.
- ROSE, Nikolas. The death of the social? Re-figuring the territory of government. In: MILLER, Peter; ROSE, Nikolas. *Governing the present*. Cambridge: Polity Press, 2008.
- ROULLEAU-BERGER, Laurence (ed.). *Nouvelles migrations chinoises et travail en Europe*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, 2007.
- _____. *Migrer au féminin*. Paris: PUF, 2010a.
- _____. Issues of chinese economic sociology. *Economic sociology: the european electronic newsletter*, v. 11, p. 54-65, 2010b.
- _____. Economies migratoires, bifurcations biographiques et frontières morales en Europe et en Chine. In: COLÓQUIO ENTRE LE LICITE ET L'ILLICITE: MIGRA-

- TIONS, TRAVAIL, MARCHÉS, 12-19 Sept. 2011, Cerisy-La-Salle, França. *Comunicação* apresentada no Centre Culturel International de Cerisy.
- _____ et al (dir.) *La nouvelle sociologie chinoise*. Paris: Editions du CNRS, 2008.
- RUGGIERO, Vincenzo; SOUTH, Nigel. The late modern city as a bazaar: drug markets, illegal enterprise and the 'barricades'. *The british journal of sociology*, v. 48, n. 1, p. 54-70, 1997.
- SAHLINS, Marshall. *Culture in practice: selected essays*. New York: Zone Books, 2000.
- SAITO, Hiroshi; MAEYAMA, Takashi. *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis/São Paulo: Vozes/Edusp, 1973.
- SASSEN, Saskia. *The mobility of capital and labor: a study in international investment and labor flow*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- _____. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998 [1994].
- _____. *Globalization and its discontents: essays in the new mobility of people and money*. New York: New Press, 1999a.
- _____. La métropole: site stratégique et nouvelle frontière. *Cultures & conflits*, n. 33-34, p. 123-133, 1999b.
- _____. *The global city*. Princeton: Princeton University Press, 2001 [1991].
- _____. Regulating immigration in a global age: a new policy landscape. *Parallax*, v. 11, n. 1, p. 35-45, 2005.
- _____. *Territory, authority and rights: from medieval to global assemblages*. Princeton University Press, 2006.
- _____. L'émergence d'une multiplication d'assemblages de territoire, d'autorité et de droits. In: WIEVIORKA, Michel (dir.). *Les sciences humaines en mutation*. Auxerre: Sciences Humaines, 2007, p. 205-221.
- _____. *Sociologia da globalização*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- SAYAD, Abdelmalek. *A imigração: ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Edusp, 1998.
- SCHADEN, Egon. Recentes contribuições à antropologia brasileira. *Boletim bibliográfico da Biblioteca Pública Municipal de São Paulo*, v. 14, p. 75-84, 1950.
- _____. Aculturação de alemães e japoneses no Brasil. *Revista de antropologia*, v. 4, n. 1, p. 41-46, 1956.
- SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda; SZANTON-BLANC, Cristina. From immigrant to transmigrant: theorizing transnational migration. *Anthropological quarterly*, v. 68, n. 1, p. 48-63, Jan. 1995.
- _____; ÇAĞLAR, Ayşe (ed.). *Locating migrants: rascaling cities and migrants*. Ithaca and London: Cornell University Press, 2011.
- _____; WIMMER, Andreas. Methodological nationalism and beyond: Nation-State building, migration and the social sciences. *Global networks*, n. 2 (4), p. 301-334, 2002.
- _____; LEVITT, Peggy. Conceptualizing simultaneity: a transnational social field perspective on society. *International migration review*, v. 38 (145), p. 595-629, fall 2004.
- _____; ÇAĞLAR, Ayşe; GULDBRANDSEN, Thaddeus C. Beyond the ethnic lens: locality, globality, and born-again incorporation. *American ethnologist*, v. 33 (4), p. 612-633, 2006.
- _____; _____. Towards a comparative theory of locality in migration studies: migrant incorporation and city scale. *Journal of ethnic and migration studies*, v. 35 (2), p. 177-202, 2009.

- _____. Blood and belonging: long-distance nationalism and the world beyond. In: MCKINNON, Susan; SILVERMAN, Sydel. *Complexities: beyond nature and nurture*. Chicago and London: University of Chicago Press, 2005a, p. 289-311.
- _____. Transborder citizenship: an outcome of legal pluralism within transnational social fields. In: BECKMANN, Franz von Benda; BECKMANN, Keebit von Benda; GRIFFITHS, Anne (ed.). *Mobile people, mobile law: expanding legal relations in a contracting world*. London: Ashgate, 2005b, p. 27-50.
- _____. Beyond methodological ethnicity: local and transnational pathways of immigrant incorporation. *Willy Brandt series of working papers in international migration and ethnic relations*, 2008.
- _____. A global perspective on transnational migration: theorizing migration without methodological nationalism. *Centre on migration, policy and society*. Working Paper n. 67, University of Oxford, 2009a.
- _____. Old and new locality: theorizing transnational migration in a neo-liberal world (to be translated into Spanish). *Nuevos retos del transnacionalismo*, OPI Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales, 2009b.
- _____. Beyond methodological ethnicity and towards the city scale: an alternative approach to local and transnational pathways of migrant incorporation. In: PRIES, Ludger (ed.). *Transnational and global*. London: Routledge, 2009c.
- _____. Theorizing about and beyond transnational processes. In: MIELANTS, Eric; CERVANTES-RODRIGUEZ, Margarita; GROSGOUEL, Ramon (ed.). *Caribbean migration to the United States and Western Europe: essays on incorporation, identity and citizenship*. Temple UP, 2009d.
- SCIRÉ, Claudia D'Ipollito de Oliveira. *Consumo popular, fluxos globais: práticas, articulações e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza*. Dissertação de mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009.
- SEYFERTH, Giralda. Imigração e colonização alemã no Brasil: uma revisão da bibliografia. *BIB: Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais*, n. 25, p. 3-55, 1988.
- _____. A imigração no Brasil: comentários sobre a contribuição das ciências sociais. *BIB: Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais*, n. 57, p. 7-47, 2004.
- SHU, Chang-sheng. Imigrantes e a imigração chinesa no Rio de Janeiro (1910-1990). *Leituras da história*, v. 17, ano II, p. 44-53, 2009.
- SILVA, Marcos de Araújo. *Guanxi nos trópicos: um estudo sobre a diáspora chinesa em Pernambuco*. Dissertação de mestrado, Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2008a.
- _____. Ye hé huá shì wo de mù zhe: religiosidade, genealogias transnacionais e memórias compartilhadas de deslocamento: o caso do protestantismo chinês em Recife. *Protestantismo em revista*, v. 6, p. 23-36, 2008b.
- _____. This isn't contraband, I'm clean: a study of borders of incorporation and exclusion among chinese immigrants in Pernambuco. *Vibrant*, Florianópolis, v. 6, p. 152-169, 2009a.
- _____. Organizações comerciais chinesas e segmentações étnicas do mercado de trabalho informal no Nordeste brasileiro. In: 33º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2009, Caxambu, MG. Site do 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009b.
- _____; MEDEIROS, B. F. Chineseness for sale: reflexividade e processos de commodificação cultural na vida de imigrantes chineses. In: 27ª RBA – REUNIÃO BRASILEIRA

- DE ANTROPOLOGIA, 2010, Belém, PA. *Anais da 27ª RBA - Reunião Brasileira de Antropologia*, 2010.
- SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). *Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, v. 34, p. 182-188, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- SMITH-DOERR, Laurel; POWELL, Walter. Networks and economic life. In: SMELSER, Neil Joseph; SWEDBERG, Richard. *The handbook of economic sociology*, 2. ed., 2000, p.379-402.
- SOARES, Weber. A emigração valadarense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais. In: MARTES, Ana Cristina Braga; FLEISCHER, Soraya (org.). *Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 231-261.
- STARK, David. Recombinant property in eastern european capitalism. *American journal of sociology*, n. 101, p. 993-1027, 1996.
- STRATHERN, Marilyn. The limits of auto-anthropology. In: JACKSON, Anthony (ed.). *Anthropology at home*. London: Tavistock publications, 1987.
- _____. Parts and holes: refiguring relationships in a postplural world. In: KUPER, Adam (ed.). *Conceptualising society*. London: Routledge, 1992.
- _____. Cutting the network. *Journal of the royal anthropological institute*, v. 2, n. 3, 1996.
- _____. *Property, substance and effect: anthropological essays on persons and things*. London: Athlone Press, 1999.
- _____. *Partial connections* [updated edition]. Oxford: Altamira Press, 2004.
- TARRIUS, Alain. *Arabes de France: dans l'économie mondiale souterraine*. Toulouse: Éditions de l'Aube, 1995.
- _____. *Les nouveaux cosmopolitismes: mobilités, identités, territoires*. Toulouse: Éditions de l'Aube, 2000.
- _____. Au-delà des États-nations: des sociétés de migrants. *Revue européenne des migrations internationales*, v. 17, n. 2, 2001a.
- _____. Pauvres en migration et globalisation des économies: le transnationalisme migratoire en Europe méridionale. 2001b. Disponível em: <http://w3.cers.univ-tlse2.fr/annuaires/fiches_indivi/permanents/altarrius.htm>.
- _____. *La mondialisation par le bas*. Paris: Balland, 2002.
- _____. *La remontée des Suds: afghans et marocains en Europe méridionale*. Toulouse: Éditions de l'Aube, 2007a.
- _____. *La remontée des Sud: migrations en réseaux, villes et territoires transnationaux dans les Bassins Est et Ouest méditerranéens*. 2007b. Disponível em: <http://w3.cers.univ-tlse2.fr/annuaires/fiches_indivi/permanents/altarrius.htm>.
- _____; MISSAOUI, Lamia. Villes et migrants, du lieu-monde au lieu-passage. *Revue européenne des migrations internationales* [En ligne], v. 22, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://remi.revues.org/index2818.html>>.
- TELLES, Vera da Silva ; CABANES, Robert. *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. *Novos estudos*, n. 84, p. 142-173, 2009.
- THOMAS, William; ZNANIECKI, Florian. *The polish peasant in Europe and America*. Chicago/Boston: University of Chicago Press/Badger, 1918.

- THUNO, Mette. Reaching out and incorporating chinese overseas: the trans-territorial scope of the PRC by the end of the 20th century. *China quarterly*, v. 168, p. 910-929, 2001.
- TILLY, Charles. Itinerários em análises sociais. *Tempo social*, v. 16, n. 2, p. 299-302, 2004.
- TOPALOV, Cristian. Os saberes da cidade em crise. *Revista espaço e debates*, v. 11, n. 34, 1992.
- TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. Tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 1993.
- _____. Redes em processos migratórios. *Tempo social*, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008a.
- _____. Sociabilidades e valores: um olhar sobre a família árabe muçulmana em São Paulo. *Dados*, v. 51, n. 1, p. 37-74, 2008b.
- URRY, John. *Sociologie des mobilités: une nouvelle frontière pour la sociologie?*. Paris: Armand Colin, 2005.
- VERAS, Daniel. A imigração chinesa em São Paulo: importante ponto de contato entre Brasil e China. In: PAULINO, Luis; PIRES, Marcos (org.). *Nós e a China*. São Paulo: LCTE Editora, 2009.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- WAIZBORT, Leopoldo. Questões não só alemãs. *Revista brasileira de ciências sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, Junho 1998.
- WALDINGER, Roger; FITZGERALD, David. Transnationalism in question. *American journal of sociology*, v. 109, n. 5, p. 1.177-1.195, March 2004.
- WALDINGER, Roger. The “other side” of embeddedness: a case-study of the interplay of economy and ethnicity. *Ethnic and racial studies*, v. 18, n. 3, p. 555-581, 1995.
- _____. Immigrant “transnationalism” and the presence of the past. In: BARKAN, Elliot; DINER, Hasia; KRAUT, Alan (ed.). *From arrival to incorporation: migrants to the U.S. in a global era*. New York and London: New York University Press, 2008, p. 267-285.
- _____. Rethinking transnationalism. *Empiria: revista de metodologia en ciencias sociales*, n. 19, p. 21-38, 2010.
- WHYTE, William F. *Sociedade da esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- WIEVIORKA, Michel. Préface: un thriller sociologique. In: TARRIUS, Alain. *Les nouveaux cosmopolitismes: mobilités, identités, territoires*. Toulouse: Éditions de l’Aube, 2000, p. 9-13.
- WILLEMS, Emilio; SAITO, Hiroshi. Shindô-Remmei: um problema de aculturação. *Sociologia*, v. 9, n. 2, p. 133-152, 1947.
- XIANG, Biao. A new mobility regime in the making: what does a mobile China mean to the world? *Idées pour le débat*, n. 10, p. 1-19, 2007.
- ZELIZER, Viviana. Beyond the polemics of the market: establishing a theoretical and empirical agenda. *Sociological forum* 3, p. 614-634, 1988.
- _____. Culture and consumption. In: SMELSER, Neil Joseph; SWEDBERG, Richard (ed.). *The handbook of economic sociology*, 2nd ed. Princeton, N.J.: Princeton University Press e New York: Russell Sage Foundation, p. 331-354, 2005.
- ZHOU, Min. *Chinatown: the socioeconomic potential of an urban enclave*. Philadelphia: Temple University Press, 1992.

Notícias de jornais e revistas

DIÁRIO DE SÃO PAULO. “Todos os 31 subprefeitos serão PM”. 3 de fevereiro de 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Reclusa e discreta, colônia chinesa se espalha por SP”. 26 de setembro de 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Após ameaças, Kassab veta blitz em feira”. 22 de dezembro de 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Alunos bolivianos pagam para não apanhar em escola estadual de SP”. 28 de setembro de 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Justiça e PM fecham Shopping 25 de Março em busca de mercadorias falsas”. 14 de dezembro de 2010, edição *online*.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Empresário relatou a Kassab cobrança de propina em feira”. 22 de junho de 2011.

G1. “PM usa bombas de gás lacrimogêneo para dispersar camelôs no Brás”. 26 de outubro de 2011, edição *online*.

JORNAL DA TARDE. “PM vai fiscalizar camelôs na 25 de Março”. 14 de novembro de 2009.

O GLOBO. “Integrantes da máfia chinesa são acusados de matar comerciante na Grande SP, diz polícia”. 18 de maio de 2011, edição *online*.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “PF prende 12 de grupo acusado de escravizar chineses em SP”. 22 de maio de 2009, edição *online*.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Capital vira ‘linha de montagem’”. 2 de novembro de 2009.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Polícia enquadra pirataria como crime grave e venda passa a dar cadeia em SP”. 2 de novembro de 2009.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Chinês é apontado como chefe de contrabando de celulares”. 5 de maio de 2010.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Prefeitura administra feira com pirataria”. 23 de maio de 2010.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “25 de Março – A torre de Babel do consumo”. 22 de setembro de 2010, edição *online*.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Operação Delegada alcança toda SP e 3.500 PMs poderão fazer ‘bico oficial’”. 29 de março de 2011.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Em novas mãos, Pagé quer banir pirataria”. 27 de maio de 2011.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Em 10 anos, País ganha 1 milhão de moradores que se declaram amarelos”. 23 de julho de 2011.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “25 de Março troca lojas por miniboxes”. 24 de setembro de 2011.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Kassab troca o comando de três subprefeituras de São Paulo”. 29 de dezembro de 2011.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Law Kin Chong negocia prédio no Brás”. 14 de maio de 2012.

PORTAL DA PREFEITURA, “Prefeitura amplia parceria e estende Operação Delegada para a ‘Feirinha da Madrugada’”. 20 de maio de 2011.

PORTAL DA PREFEITURA. “Prefeito expande convênio com a PM para combate ao comércio irregular em 5 subprefeituras”. 24 de maio de 2010.

PORTAL DA PREFEITURA DE SÃO PAULO. “Prefeitura lança o Projeto Circuito das Compras, que interligará o comércio na região central da Capital”. 4 de fevereiro de 2011.

PORTAL DA PREFEITURA. “Operação apreende 46 mil produtos pirateados em shopping no Brás”. 30 de janeiro de 2012.

REVISTA PIAUÍ. “Dazibao! A guerra de ideias dos jornais chineses em São Paulo”. n. 11, 2007.

REVISTA PROBLEMAS BRASILEIROS. “Brasil descobre a China e reforça laços culturais e comerciais”, nº368, 2005.

THE ECONOMIST. “China-Africa debate”, 15th – 22nd Feb. 2010.

VEJA – SÃO PAULO. “O vasto mundo da China em São Paulo”. 15 de janeiro de 1986.

Consultas a outras fontes documentais

Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito dos fatos relacionados à pirataria de produtos industrializados e à sonegação fiscal.

TNS Research International. “25 de Março – Laboratório de Consumo”. Disponível em: <<http://www.tnsglobal.com.br/site2006/mkt/varejo/25.pdf>>.

Websites

www.univinco.com.br – União dos lojistas da 25 de Março e adjacências

www.galeriapage.com.br – Galeria Pagé

www.mundooriental.com.br – Shopping Mundo Oriental

www.shoppingportogeral.com.br – Shopping Porto Geral

www.saarashopping.com.br – Saara Shopping

www.shoppingsaopaulocenter.com.br – Shopping São Paulo Center

www.shopping25.com.br – site de vendas online

www.guia25demarco.com.br – site de anúncios

www.lojas25demarco.com.br – site de anúncios

www.25demarco.com.br – site de anúncios

www.vitrine25demarco.com.br – site de anúncios

<http://www.nmqb.com.cn/> - site do Jornal Chinês para a América do Sul [Nanmei Qiaobao]

<http://hbpd.bxqw.net/> - site da rede de migrantes chineses do Brasil [Baxi Qiaowang]

